

# FILANTROPIA

#76



## ODS

BRASIL PARTICIPA DA ELABORAÇÃO DOS OBJETIVOS E TEM A ERRADICAÇÃO DA POBREZA COMO PRIORIDADE

## RECURSOS HUMANOS

ORGANIZAÇÕES SOCIAIS ESTIMULAM VOLUNTÁRIOS E PROFISSIONAIS A BUSCAR CONHECIMENTO

## CAPTAÇÃO DE RECURSOS NO EXTERIOR

ORGANIZAÇÕES BRASILEIRAS RECORREM A ENTIDADES INTERNACIONAIS COMO FORMA DE CAPTAR RECURSOS E GARANTIR SUA SUSTENTABILIDADE

**ENTREVISTA** • Cineasta Mara Mourão fala sobre seu interesse e envolvimento com o Terceiro Setor e comenta sua visão quanto ao empreendedorismo social













# FIFE 2017

FÓRUM INTERAMERICANO DE  
FILANTROPIA ESTRATÉGICA


## 4 A 7 DE ABRIL DE 2017

FOZ DO IGUAÇU/PR

-  Contabilidade
-  Comunicação
-  Legislação
-  Captação de Recursos

-  Voluntariado
-  Assistência Social
-  Tecnologia
-  Sustentabilidade





O Fórum Interamericano de  
Filantropia Estratégica tem  
como objetivo reunir temas  
variados voltados à gestão do  
Terceiro Setor

+ de **60 PALESTRANTES**

+ de **100 ATIVIDADES**

ATIVIDADES **DE INTEGRAÇÃO**

MAIS  
INFORMAÇÕES  
E INSCRIÇÕES:

[www.fife.org.br](http://www.fife.org.br)

Realização

**FILANTROPIA**

Patrocínio



Apoio



Nelson Wilians  
& Advogados Associados



Incentivo

**NOSSA CAUSA** AGÊNCIA DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

CIA Aérea Oficial



7

+ATITUDE



Você está muito preocupado com algo?

8

ENTREVISTA



Mara Mourão

30

CROWDFUNDING



Webinars sobre crowdfunding

88

DATA FILANTROPIA



O que os anúncios de sustentabilidade comunicam?

## GESTÃO SOCIAL

### Ponto de Vista

**18** Imunidade tributária e os direitos das organizações do Terceiro Setor

### Comunicação

**25** Desenvolvimento da liderança

### Captação de Recursos

**28** Captação de recursos pela Lei n.º 13.019/2014

### Empreendedorismo

**32** Quais são os ingredientes para ampliar o impacto dos negócios sociais?

### Turismo Inclusivo

**34** Comunidade e turismo em harmonia

### Gestão

**36** Governança corporativa

### Voluntariado

**38** Museus e o voluntariado

**42** O desafio do engajamento

### Legislação

**49** Entre erros e acertos

**52** Compliance do Terceiro Setor

### Contabilidade

**57** Processos administrativos fiscais

## 12 RADAR SOCIAL

## 16 DIÁLOGO SOCIAL

## 59 PAINEL DE CONTROLE

## 62 FILANTROPIA RESPONDE

## 92 FIQUE LIGADO!

## 94 GERAÇÃO DE RENDA

## 96 REFLEXÃO

## MULTIPLICANDO O SUAS

### Opinião

**77** Alterações nas regras de captação de recursos públicos

### Comunicação

**80** Comunicação social a serviço do bem comum

### SUAS Brasil Afora

**82** Família acolhedora

### Conselhos e conselheiros

**84** Planejamento e abrangência

### Ficção

**86** Antes do amanhecer





## CAPTAR RECURSOS NO EXTERIOR PODE SER UMA BOA SOLUÇÃO

66

20

ESPECIAL

OBJETIVOS DE  
DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL

55

CONTABILIDADE



A CONTABILIDADE E O PLANO DE  
CONTAS DAS ORGANIZAÇÕES DA  
SOCIEDADE CIVIL

44

RECURSOS HUMANOS

MAIS VALIOSOS  
QUE DINHEIRO



# FILANTROPIA

[www.institutofilantropia.org.br](http://www.institutofilantropia.org.br)

Rua Bela Cintra, 178 – Consolação – São Paulo – (11) 2626-4019

## PRESIDENTE

Marcio Zeppelini

## VICE-PRESIDENTE

Mauro Zeppelini

## DIRETORA-EXECUTIVA

Thaís Iannarelli

## ATENDIMENTO

Amanda Manarim

Cinthia Mello

Leila Souza

## EVENTOS

Rogério Costa

## PROJETOS

Mauricio Dias Lopes

## CONSELHO CONSULTIVO

Ana Carolina Carrenho

Ana Carolina Zanoti

Dal Marcondes

Daniel Cerqueira

Dulcinéia Reginato Francisco

Fagna Freitas

Giulliano Soares

Guilherme Reis

Jonas Leandro Flores

Mara Gabrilli

Marcelo Monello

Marco Iarussi

Marcos Biasioli

Maria Iannarelli

René Steuer

Rilder Campos

Rosana Pereira

## CONSELHO DIRETOR

Danilo Tiisel

Felipe Mello

Marcelo Estraviz

Michel Freller

Ricardo Monello

Ricardo Oliveira

Rogério Martir

Rogério Paganatto

## CONSELHO HONORIS CAUSA

Alfredo Norberto Fernandes

André da Silva

Cristina Zeppelini

José Mariano Zeppelini

Júlio Leme

Maria Helena Zeppelini

Rafael Baltresca

Reinaldo Oliveira

Roberto Carlos Latini

Silvia Weidman

## INCENTIVADORES



## APOIO INSTITUCIONAL



## PARCEIROS ESTRATÉGICOS



## REVISTA FILANTROPIA

ISSN 1677-1362

IDEALIZADORES



IMPRESSÃO



AUDITORIA DE TIRAGEM • TIRAGEM AUDITADA: 15.000 exemplares

**EDITOR-GERAL:** Marcio Zeppelini (43.722/SP) • **EDITORA-CHEFE:** Thaís Iannarelli (MTB 46.415/SP)  
• **EDITORA-ASSISTENTE:** Paula Craveiro (MTB 39.316/SP) • **REDAÇÃO:** Paula Craveiro | Luciano Guimarães  
• **EDIÇÃO:** Alexandre José de Assis | Karina Watanabe | Monize Muniz • **IMAGENS ILUSTRATIVAS:** istock.com/Shutterstock.com  
**CONSELHO EDITORIAL DELIBERATIVO:** Marcelo Monello | Marcio Zeppelini | Marcos Biasioli | Mauro Zeppelini | Ricardo Monello



# TRANSFORMANDO PLANOS EM AÇÃO



**THAÍS IANNARELLI**  
Diretora-executiva  
do Instituto Filantropia

Do grego *strategia*, a palavra ‘estratégia’ está sendo mais do que essencial para as organizações do Terceiro Setor nos últimos tempos. Por definição, significa plano, método ou manobra para alcançar um objetivo ou resultado específico.

E planejar – muito bem –, juntamente com a equipe, ações para promover a sustentabilidade das instituições deve fazer parte da rotina de trabalho. Avaliar ferramentas novas de captação de recursos, assim como maneiras de manter os *stakeholders* próximos à sua causa, é o que faz a instituição progredir (até crescer – mesmo em tempos de crise).

Com equipes cada vez mais profissionalizadas e interessadas em elaborar ações em prol do desenvolvimento do país, as organizações brasileiras podem adotar diferentes formas de captação de recursos.

Na matéria de capa desta edição, abordamos como os recursos internacionais podem ter um impacto positivo na sustentabilidade das instituições. Mesmo que o direcionamento desses recursos tenha mudado um pouco, é importante considerar a captação de recursos internacionais como uma – dentre várias – maneiras de colocar em prática projetos na sua instituição.

Outra notícia interessante que tivemos nos últimos meses foi o resultado da pesquisa Doação Brasil, realizada pelo Instituto Gallup para o Instituto pelo Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS). Ela mostrou que, em 2015, os brasileiros doaram cerca de R\$ 13,7 bilhões (o que corresponde a 0,23% do PIB). Isso demonstra que a captação com pessoas físicas também é outro campo a ser trabalhado pelas instituições – cultura que, antes, não era tão disseminada no país.

Nesta edição, trataremos ainda outros temas bem interessantes para a gestão das organizações. Falamos sobre imunidades tributárias, sobre a atualização da Lei n.º 13.019 e sobre como os benefícios intangíveis podem ser importantes para melhorar a atuação dos funcionários e voluntários de uma instituição.

Confira estes e outros assuntos, e aproveite a leitura!

Abraços sustentáveis.  
Thaís Iannarelli e Marcio Zeppelini



**MARCIO ZEPPELINI**  
Presidente  
do Instituto Filantropia

HÁ MAIS DE  
25 ANOS  
GARANTINDO

# TRANSPARÊNCIA CREDIBILIDADE

ESPECIALIZADA EM AUDITORIA E CONTABILIDADE

PARA O  
TERCEIRO  
SETOR



📍 Alameda Ezequiel Dias | n° 427 | 2° andar | Centro | Belo Horizonte | MG | +55 31 3324.3800  
📍 Rua Bela Cintra | n° 178 | Consolação | São Paulo | SP | +55 11 2763.0175  
📱 [rrauditoria](#) | [valuenegocios](#) 🏠 [rrauditoria.com.br](#) | [valuenegocios.com.br](#)

**R&A**  
AUDITORIA E CONSULTORIA

**value**





# VOCÊ ESTÁ MUITO PREOCUPADO COM ALGO?

## O BARCO ENCALHADO

Em agosto de 1918, um saveiro estava sendo puxado por um rebocador, no Rio Niágara, nos Estados Unidos, quando o cabo arrebentou. As fortes correntezas logo conduziram o barco em direção às cataratas. Quando estava prestes a cair, o barco encalhou em algumas rochas bem acima das quedas.

Os dois homens que estavam a bordo foram salvos apenas no dia seguinte. Eles passaram uma noite de terror, pois esperavam que a navegação despencasse para a morte a qualquer momento.

Esse fato ocorreu há quase cem anos, mas a velha barça continua lá, no mesmo lugar, até os dias de hoje. Jamais aconteceu a queda prevista.

## RESPIRE FUNDO E SIGA EM FRENTE

O que está consumindo seus neurônios atualmente?

O que tem tirado horas de seu precioso sono?

Não conseguimos passar um dia de nossas vidas sem termos pendências que precisam ser resolvidas. São pequenos contratemplos, probleminhas, problemões ou verdadeiras catástrofes. Em maior ou menor grau, são desafios que devem ser encarados com cabeça erguida, com energia de guerreiro e com amor no coração.

Acreditar que haverá uma saída é o primeiro e mais sábio passo para encontrá-la e conseguir desvencilhar-se daquilo que nos aflige

sem muitas sequelas. Por outro lado, se você entrar em desespero, achar que não tem saída e que, mais cedo ou mais tarde, você será derrotado, esse será o caminho do fracasso.

Como na história apresentada, você pode estar se sentindo sozinho, em uma embarcação encalhada à beira de uma queda-d'água, prestes a se encontrar com a derrota. Quem nunca se sentiu assim na vida?

Às vezes, as coisas se tornam tão turvas que não conseguimos enxergar um palmo na nossa frente, mas as respostas estão todas ali. As soluções estão na sua cara. Seu desespero apenas faz com que o problema aumente, se agrave.

Vá fazer uma caminhada ou correr sozinho e pense calmamente a respeito. Simule alternativas, pense em situações, das mais lógicas até as improváveis. Às vezes, ao imaginar o que pode acontecer de pior e ir voltando, como se fosse uma realidade virtual, você encontrará atalhos para que sua trajetória seja menos dolorida.

Acredite: você vai sair dessa!

*Está desesperado? Acreditar que haverá uma saída é o primeiro e mais sábio passo para encontrá-la.*

Abraços e beijos com +Atitude!

Marcio Zeppelini





---

# SEMEANDO TRANSFORMAÇÕES POSITIVAS

Por Paula Craveiro

**G**raduada em Cinema pela Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP), **Mara Mourão** dirigiu mais de 200 comerciais antes de se dedicar à produção de médias e longas-metragens. Atualmente, ela acumula vários prêmios e já alcançou milhões de espectadores pelo mundo.

Em 2005, a cineasta lançou o documentário *Doutores da Alegria*, que apresenta os médicos da organização de mesmo nome e recebeu o selo da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) por promover uma cultura de paz. Sua versão para a TV foi indicada ao Emmy. Em 2012, foi a vez do documentário *Quem se importa*, que mostra o trabalho de 18 empreendedores sociais cujas ideias visionárias já transformaram milhões de vidas. Participaram do vídeo pessoas como o ganhador do Prêmio Nobel da Paz, Muhammad Yunus; Bill Drayton, da Ashoka Empreendedores Sociais; e Wellington Nogueira, do *Doutores da Alegria*.

Em entrevista à **Revista Filantropia**, Mara Mourão comenta seu interesse e envolvimento com o Terceiro Setor e fala a respeito de sua visão quanto ao empreendedorismo social.

## **Revista Filantropia: Como começou o seu interesse pelo Terceiro Setor?**

**Mara Mourão:** Meus dois primeiros filmes foram de comédia. *Avassaladoras* foi um sucesso de bilheteria e a reação do público era sempre muito positiva, mas ficava restrita ao “ri muito”, “me diverti muito”. Quando decidi fazer um documentário sobre os *Doutores da Alegria*, a resposta do público foi completamente diferente daquela que eu recebia com as comédias. As pessoas diziam-me que o filme havia mudado a vida delas. Isso é uma coisa muito forte! Fiquei chocada com o impacto do documentário. Ouvi relatos de professores dizendo que mudaram o jeito de ensinar e de jovens que decidiram dar outro rumo às suas carreiras. Foi então que resolvi fazer um filme na mesma linha, só que com um foco mais abrangente. *Quem se importa* veio como resposta à reação do público, que me fez sentir na pele o impacto social que um filme pode causar. Percebi que o cinema pode ser uma ferramenta poderosa de transformação social.

## **RF: E seu envolvimento com o tema empreendedorismo social?**

**MM:** Minha relação com o empreendedorismo social é antiga. Meu marido é um empreendedor social e presidente do conselho da Ashoka (organização internacional pioneira no fomento do modelo). Por isso, há muitos anos tenho escutado histórias lindas de pessoas que provocam impactos positivos a seu redor. Quando ele chegava em casa contando histórias comoventes sobre a atuação nos hospitais, eu sempre pensava que não era justo que só as pessoas internadas pudessem ter contato e saber do trabalho dos artistas do *Doutores da Alegria*. Aos poucos, fui amadurecendo a ideia de fazer um filme sobre elas. Quando decidi, de fato, filmar *Quem se importa*, mergulhei de cabeça nessa temática e aprofundi-me nas pesquisas, conversando com diversas pessoas, entre elas Bill Drayton e David Bornstein, dois grandes conhecedores do assunto.



**RF: Os projetos apresentados em *Quem se importa* são variados, como microcrédito e programas de saúde. A seu ver, qual é o ponto que os une?**

**MM:** O painel de empreendedores sociais foi composto por personagens de diversos países e atuantes nas mais variadas áreas. Escolhi 18 nomes para o filme depois de uma pesquisa extensa, na qual busquei pessoas com ideias inovadoras, de baixo custo e de alto impacto social que soubessem se comunicar bem e cujos trabalhos teriam imagens às quais eu teria acesso. Foi muito difícil escolher, porque precisei deixar de fora muitas pessoas brilhantes – por isso, estou pensando em criar uma série de televisão, para poder apresentar essas iniciativas ao redor do mundo. Pesquisei em livros, na internet e na rede Ashoka. Com o filme, você passa a entender que os *transformadores* podem estar nas áreas de educação, saúde, meio ambiente, direitos humanos, economia, enfim, em qualquer área. A mensagem central é a de que todo mundo pode mudar o mundo, não importa em que setor, seja ele privado, governamental ou social. Qualquer pessoa pode fazer a diferença.

**RF: Você notou alguma diferença entre os tipos de empreendedor?**

**MM:** Existem empreendedores de vários níveis. Se a pessoa faz um trabalho em grande escala e afeta milhões de vidas, ela é chamada de empreendedor social. Se faz algo em uma escala menor, é um transformador ou agente de mudança. Existem vários nomes, mas acho que isso não é o mais importante; são nomes diferentes para um espírito comum, o espírito de parar de simplesmente reclamar e não se conformar com uma realidade que não deve existir, arregañar as mangas e partir para a ação. O que esses empreendedores sociais têm em comum são as qualidades inerentes a um empreendedor: inovação, visão de futuro, não desistir fácil, enxergar oportunidades quando a maioria enxerga problemas etc.

**RF: Como você vê o empreendedorismo social no Brasil?**

**MM:** Esse setor cresceu muito nas últimas quatro décadas, por várias razões históricas. Primeiramente, porque mais de 90 países, que antes eram sistemas ditatoriais, absolutistas e de *apartheid*, passaram a promover sistemas democráticos, e só em uma democracia é possível que o setor cidadão floresça. Depois, houve aumento da classe média, com mais acesso à educação e à saúde. Para completar, veio a internet, que ampliou o alcance da informação acerca dos problemas sociais. As empresas resolveram reter seus talentos por meio de programas de responsabilidade socioambiental mais robustos, afinal o jovem hoje em dia está em busca de propósito, não só de estabilidade financeira. Por fim, acho que as pessoas também abdicaram da crença de que são os governos e as autoridades os únicos responsáveis por solucionar os grandes problemas da humanidade. Essa conjuntura fez com que o setor cidadão tivesse enorme crescimento. Mas creio que, no futuro, não haverá essa divisão entre empreendedores sociais e cidadãos. Acredito que todos nós seremos cidadãos mais ativos. Isso aconteceu no mundo todo e não foi diferente no Brasil, que, junto com a Índia, são grandes celeiros de empreendedorismo social. Acredito que o Brasil seja um dos países mais criativos nesse campo.



Mara Mourão e grupo Sementes de Transformação

**RF: O que é preciso para ser um empreendedor social? Qualquer pessoa pode mudar e provocar mudanças positivas em sua comunidade ou mesmo no mundo?**

**MM:** Para mudar o mundo, basta ter consciência do seu próprio poder de transformação. No documentário, mostramos projetos de pessoas que possuem essa consciência e, assim, buscamos inspirar mais pessoas a se engajar socialmente.

**RF: O que você considera importante para conseguirmos engajar as pessoas? O que é preciso fazer para que as pessoas se importem?**

**MM:** Muitas vezes, as pessoas querem atuar socialmente, mas como isso não está entranhado em nossa sociedade elas não sabem como começar. Em países como Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha, por exemplo, a cultura do voluntariado permeia toda a sociedade. Mas sinto que em países de cultura latina isso não acontece. Então, o *Quem se importa* inspirou-me a criar um projeto de educação para inspirar jovens a se engajarem socialmente, chamado Sementes de Transformação.

**RF: Qual é a proposta do Sementes de Transformação?**

**MM:** O Sementes de Transformação acredita que os jovens do ensino médio podem ser agentes de transformação na sociedade a partir do momento que compreendem a realidade em que vivem, sejam capazes de reconhecer suas capacidades e motivações e sintam-se apoiados para a construção de algum projeto de cunho social. Bill Drayton, fundador da Ashoka, acredita que se 3% dos jovens que hoje estão nas escolas fossem agentes de mudança, mudaríamos o mundo em pouco tempo. Como ele comenta no filme: “Os pais vão ficar preocupados se o filho estiver indo mal em matemática, mas será que notarão se o filho está sendo um transformador?”. Pergunto: será que os pais estão preocupados em formar cidadãos proativos, pessoas que realmente lutam pelos seus direitos e dos outros? Acredito que todos nós deveríamos nos empenhar mais nesse sentido. 📌



# Agregar valor na Gestão das Entidades do Terceiro Setor é o nosso compromisso há mais de 45 anos.

- ✓ Contabilidade por projetos
- ✓ Prestação de Contas
- ✓ Administração de RH especializada em Departamento Pessoal
- ✓ Gestão de voluntários e terceirizados
- ✓ Controle da regularidade fiscal, certidões e retenções fiscais
- ✓ Sistema Integrado de Gestão - ERP



**seteco**  
ASSESSORIA CONTÁBIL  
[www.seteco.com.br](http://www.seteco.com.br)  
(11) 3500-3500



**asplan**  
Soluções Inteligentes  
[www.asplan.com.br](http://www.asplan.com.br)  
(11) 3500-5300







FOTO: OMS



## EXPECTATIVA DE VIDA SOBE CINCO ANOS, DE 2000 A 2015, EM TODO O MUNDO

Segundo o relatório anual *Estatísticas Globais de Saúde: Monitorando a Saúde para os ODS* (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável), publicado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em maio, a expectativa de vida no mundo tem aumentado desde 2000. Entre 2000 e 2015, o aumento foi de cinco anos. Em 12 países, a expectativa superou os 82 anos em 2015: Japão (83,7), Suíça (83,4), Cingapura (83,1), Austrália (82,8), Espanha (82,8), Islândia (82,7), Itália (82,7), Israel (82,5), França (82,4), Suécia (82,4), Coreia do Sul (82,3) e Canadá (82,2). Do lado oposto, os 22 países com expectativa abaixo de 60 anos são todos da África Subsaariana, como Serra Leoa (50,1 anos), Angola (52,4) e República Centro-Africana (52,5). O Brasil tem indicador intermediário, com expectativa de 75 anos, acima da média global. A OMS alertou para a necessidade de os países melhorarem os dados disponíveis e estima que 53% das mortes em todo o mundo não sejam registradas, apesar de vários países terem mostrado consideráveis progressos nessa área. Publicado anualmente desde 2005, o relatório é a principal fonte de informações sobre a saúde das pessoas no mundo. O documento contém dados de 194 países em uma série de indicadores de mortalidade, doenças e do sistema de saúde, incluindo expectativa de vida; morte por doenças-chave; serviços de saúde e tratamentos; investimentos financeiros em saúde; e fatores e comportamentos de risco que afetam a saúde.

Download (em inglês): <http://j.mp/1X6Qni2>

FOTO: REVERSE DELIVERY



## DELIVERY BUSCA ALIMENTOS PARA DOAÇÃO EM CASA E ENTREGA A QUEM TEM FOME

A organização não governamental Banco de Alimentos, em parceria com a agência Grey Brasil, criou a campanha Reverse Delivery, que visa arrecadar alimentos para as pessoas que têm fome. A proposta da iniciativa é: quando um cliente pede uma entrega dos restaurantes participantes, ele é consultado sobre o interesse em doar algum alimento que tem em casa para pessoas carentes. Se o cliente concordar, a própria ONG vai buscar a comida em domicílio e providenciar sua distribuição para entidades beneficentes. Qualquer estabelecimento que oferece o serviço de *delivery* e tenha interesse em colaborar pode se cadastrar no site. Pizzarias, lanchonetes e restaurantes japoneses, por exemplo, já participam da iniciativa.

[www.reversedelivery.com.br](http://www.reversedelivery.com.br)

## DENÚNCIAS DE VIOLÊNCIA CONTRA MULHER CRESCEM 44,7% NO PAÍS EM UM ANO

Os registros de violência contra a mulher no Brasil cresceram 44,7% em 2015, em comparação ao ano anterior. Dados da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 mostram que no ano passado foram registradas 76.651 denúncias, ante 52.957, em 2014. Isso representa um caso a cada sete minutos no Brasil, em 2015. As ocorrências específicas de violência sexual (estupro, assédio e exploração) saltaram 129%, de 1.517 para 3.478 relatos. No país, foram 9,5 estupros por dia. A maior parte de todos os casos registrados em 2015 é relativa à violência física – 38.451 ocorrências, ou seja, 50,15% do total. Outros casos mais recorrentes foram de violência psicológica, 23.247 ocorrências (30,33%), e 5.556 registros de violência moral (7,25%). Esses são os dados nacionais mais recentes, divulgados em março de 2016.

[www.spm.gov.br/ligue-180](http://www.spm.gov.br/ligue-180)



## CARTOON NETWORK, OPAS E UNICEF UNEM-SE NO COMBATE AO ZIKA E AO *Aedes Aegypti*

“Chamando todos os super-heróis. Não é uma simulação. As nossas comunidades foram invadidas por perigosos mosquitos e precisamos de ajuda.” Com essas palavras, a Cartoon Network na América Latina, em parceria com a Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), criou anúncios de utilidade pública que convocam crianças e jovens para combater a proliferação do *Aedes aegypti*, evitando que criadouros do inseto surjam pela acumulação de água parada. A mensagem é parte de uma campanha educativa para conscientizar o público infantil sobre o vírus Zika. No Brasil, a iniciativa conta com o apoio do Ministério da Saúde. As metas da campanha – que chama à ação várias das personagens infantis, como As Meninas Superpoderosas e Ben 10 – são informar e promover a participação das crianças na luta contra o Zika e os focos do mosquito. “Nossa experiência em todo o mundo mostra que as crianças podem fazer uma real diferença como parte das estratégias de participação das comunidades para lidar com questões de saúde pública”, afirma o vice-presidente sênior do Cartoon Network, Boomerang e Tooncast na América Latina Barry Koch.

📧 [www.cartoonnetwork.com.br](http://www.cartoonnetwork.com.br)

Link para vídeo: <https://youtu.be/sTummm237FM>

## AVIANCA BRASIL FAZ PARCERIA COM MÉDICOS SEM FRONTEIRAS PARA TRANSPORTE AÉREO

A companhia aérea Avianca Brasil e a organização humanitária internacional Médicos Sem Fronteiras (MSF) anunciaram parceria para transporte dos profissionais do escritório brasileiro da entidade. O contrato envolve a cessão de passagens aéreas para os destinos domésticos contemplados na malha da empresa, que opera em 22 cidades do país. Os profissionais da MSF utilizarão esse apoio para participar de reuniões sobre temas humanitários e outros eventos, como exposições para sensibilizar o público brasileiro a respeito das crises enfrentadas pelas populações atendidas pela organização. Além de apoiar com o transporte, a Avianca Brasil também divulgará em sua revista de bordo e no sistema de áudio e vídeo de suas aeronaves informações acerca de como os clientes podem colaborar no esforço de ajuda. “Colaborar para que esses profissionais viajem pelo Brasil para realizar atividades de apoio ao trabalho da organização é apenas uma pequena ação se comparada ao gesto desses grandes exemplos de altruísmo. Divulgaremos o trabalho deles em nossos canais de comunicação, como fazemos com todos os projetos sociais e culturais que apoiamos”, destacou Flavia Zülzke, gerente geral de marketing da Avianca Brasil.

📧 [www.msf.org.br](http://www.msf.org.br)

## SÃO PAULO LANÇA SERVIÇO DE SMS DE EMERGÊNCIA PARA SURDOS

Desde 16 de maio, a Secretaria do Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São Paulo tornou-se um posto de cadastramento de pessoas com deficiência auditiva para acesso aos sistemas de emergência da Polícia Militar na capital. O objetivo é que a população com deficiência auditiva possa acionar os serviços 190 e 193 por meio de mensagens via SMS em casos de acidentes, roubos ou assaltos. Apenas as mensagens de números de celulares previamente cadastrados no sistema serão recebidas pela PM. Esse serviço é válido somente no Estado de São Paulo. Para realizar o cadastro, a pessoa com deficiência auditiva deve comparecer à secretaria e apresentar registro geral (RG), Cadastro de Pessoa Física (CPF), endereço e até três números de celular para cadastro. Haverá intérprete de linguagem brasileira de sinais (libras) para quem necessitar. Além da secretaria, diversos batalhões da Polícia Militar estão aptos a fazer o cadastramento. Segundo a Delegacia de Polícia da Pessoa com Deficiência, em 2015 foram registradas em todo o estado cerca de 15 mil ocorrências com deficientes, das quais 12,7% envolveram pessoas com deficiência auditiva. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam que no estado de São Paulo há cerca de 9 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência, das quais 1,8 milhão têm deficiência auditiva. O cadastramento deve ser agendado pelo e-mail [violenciaedeficiencia@sedpcd.sp.gov.br](mailto:violenciaedeficiencia@sedpcd.sp.gov.br) ou telefone (11) 5212-3755.

📧 [www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br](http://www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br)



FOTO: ONU MULHERES/INSTITUTO COCA-COLA BRASIL



## ONU MULHERES E INSTITUTO COCA-COLA BRASIL PROMOVEM IGUALDADE DE GÊNERO EM COMUNIDADES DE BAIXA RENDA

Cerca de 22 mil mulheres e 13 mil homens de comunidades de baixa renda participaram de oficinas de capacitação sobre igualdade de gênero promovidas pela Organização das Nações Unidas (ONU) Mulheres e pelo Instituto Coca-Cola Brasil. O público, mobilizado em 24 estados e no Distrito Federal, foi composto por empreendedores, jovens em preparação para entrada no mercado de trabalho e membros de cooperativas de materiais recicláveis que participam da plataforma Coletivo Coca-Cola. Iniciativa semelhante está em desenvolvimento na África do Sul e no Egito. O conteúdo despertou debates e reflexões sobre as relações cotidianas, as divisões de tarefas no ambiente doméstico e familiar, a ação das desigualdades de gênero no mercado de trabalho e na comunicação. A parceria uniu o programa Coletivo Coca-Cola, voltado ao fortalecimento comunitário e à geração de renda nas comunidades, e a experiência da ONU Mulheres nos temas igualdade de gênero, empoderamento das mulheres e direitos humanos. Nas oficinas sobre empreendedorismo e igualdade de gênero foram abordados temas como procedimentos de criação, legalização e gerenciamento eficiente de negócios próprios e coletivos, além da gestão de recursos. Ao final, foi elaborado um *Guia de formalização fácil para empreendedoras* e levantaram-se dados sobre gênero, raça e etnia para o *Manual de compras sustentáveis*, do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), composto por mais de 70 grandes grupos empresariais do país, entre eles a Coca-Cola Brasil.

www.onumulheres.org.br

## DIÁRIO OFICIAL PUBLICA CRIAÇÃO DO NÚCLEO DE PROTEÇÃO À MULHER

Após a repercussão do caso do estupro coletivo de uma adolescente no Rio de Janeiro, ocorrido em 21 de maio, o Ministério da Justiça (MJ) publicou, em 2 de junho, no *Diário Oficial da União*, portaria criando o Núcleo de Proteção à Mulher, para atuar na prevenção da criminalidade contra a mulher e na sua repressão. Segundo a portaria, o núcleo terá como principal diretriz proporcionar "o máximo apoio às mulheres vítimas de crimes contra a dignidade sexual e de quaisquer violências domésticas". Vinculado ao MJ, o órgão será composto pelos secretários nacionais de Políticas para as Mulheres, de Direitos Humanos, de Segurança Pública e de Assuntos Legislativos. Também terá participação de três secretários estaduais de Segurança, um delegado de Polícia Federal e um representante da Organização das Nações Unidas (ONU) Mulheres. De acordo com o MJ, o núcleo também tem como objetivos articular e integrar as ações dos órgãos de segurança pública na proteção à mulher, além de estimular e propor aos órgãos federais, estaduais, distritais e municipais a elaboração de planos e programas integrados de segurança pública e de ações sociais de prevenção da violência e da criminalidade contra a mulher.

http://agenciabrasil.ebc.com.br

FOTO: DINOSMICHAL / SHUTTERSTOCK.COM



## BRASIL ABRIGA 8.863 REFUGIADOS DE 79 NACIONALIDADES

O número de refugiados reconhecidos pelo Brasil entre 2010 e 2016 aumentou 127%, de acordo com o Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), do Ministério da Justiça. O dado consta do relatório divulgado em 10 de maio, que afirma que atualmente o país abriga 8.863 refugiados de 79 nacionalidades, sendo a maior parte sírios, angolanos, colombianos, congolenses, libaneses, iraquianos, liberianos, paquistaneses e de pessoas provenientes de Serra Leoa. O Conare registrou ainda forte expansão nas solicitações de refúgio. Nos últimos cinco anos, esses pedidos subiram 2.868%, passando de 966, em 2010, para 28.670, em 2015. Diante do grande número de refugiados e da tradição brasileira em dar abrigo aos imigrantes, o governo federal adotou várias medidas de apoio. Entre as ações, constam o programa de visto humanitário para cidadãos haitianos e o programa de vistos especiais aos afetados pelo conflito sírio. Outras ajudas têm sido oferecidas pelos dois Centros de Referência e Acolhida para Imigrantes (Crais) em atividade em São Paulo. Outros centros estão previstos para Porto Alegre, Florianópolis, Curitiba, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Guarulhos. Essas medidas têm sido acompanhadas da facilitação do acesso à documentação para a retomada de vida regular no Brasil, com auxílio para emissão de carteira de identidade estrangeira para refugiados e asilados, e ajuda para retomada de uma vida produtiva com condições de sustento do indivíduo e da família.

www.itamaraty.gov.br





## FLUMINENSE E SOS MATA ATLÂNTICA ANUNCIAM PARCERIA INOVADORA

O Fluminense Football Club e a Fundação SOS Mata Atlântica firmaram uma parceria inovadora que prevê uma série de ações em conjunto pela preservação de uma das florestas mais importantes do mundo. Para marcar a parceria, a organização não governamental estampará a logomarca no uniforme do time até o fim do ano e o Campeonato Brasileiro contará com as presenças de Guerreirinho e da mascote da SOS Mata Atlântica. Um exemplo de ação dessa parceria é o desenvolvimento, via plataforma de *crossfunding* (financiamento coletivo entre empresas e pessoas físicas), da restauração florestal de uma área de aproximadamente 10 hectares que envolve o plantio de 25 mil mudas nativas. A região ainda será escolhida e o Fluminense terá o direito de colocar o nome no espaço e de possuir a própria floresta. Será o primeiro clube do Brasil a ter *naming rights* sobre uma área de restauro florestal, com todo o suporte da SOS Mata Atlântica para o desenvolvimento do projeto. Serão realizadas também campanhas de conscientização a respeito da importância da preservação da natureza.

www.sosma.org.br

## MUDANÇAS CLIMÁTICAS AMEAÇAM AGRICULTURA FAMILIAR NO NORTE E NO NORDESTE

As mudanças climáticas terão fortes efeitos negativos para a agricultura familiar das regiões Norte e Nordeste do Brasil nas próximas décadas, segundo estudo do Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), divulgado em maio. De acordo com o levantamento, os efeitos das mudanças do clima são uma ameaça não somente à segurança alimentar dessas comunidades rurais, como à produção de alimentos no país, uma vez que a agricultura familiar responde pela maior parte do alimento consumido domesticamente no Brasil. Feito em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o estudo mostrou que as áreas mais afetadas pelas mudanças climáticas no Norte e no Nordeste serão o semiárido e a região de savana do Nordeste (sul do Maranhão, sul do Piauí e a Bahia ocidental). No Brasil, a previsão é que, durante as próximas décadas, a região com maior elevação na temperatura seja a Centro-Oeste. Contudo, até o fim do século, é vista também a elevação da temperatura no Norte e no Nordeste, principalmente nas áreas centrais das regiões. Diante desse cenário, o cultivo de soja e café terá as maiores perdas, enquanto cana-de-açúcar e mandioca terão prejuízos menores se comparadas a outras culturas.

http://j.mp/ClimaAgric



## ESCRavidÃO MODERNA ATINGE 45,8 MILHÕES DE PESSOAS NO MUNDO

Cerca de 45,8 milhões de pessoas em todo o mundo estão sujeitas a alguma forma de escravidão moderna. A estimativa é do relatório *Índice de Escravidão Global 2016*, da Fundação Walk Free, divulgado em 30 de maio. Segundo o documento, 58% dessas pessoas vivem em apenas cinco países: Índia, China, Paquistão, Bangladesh e Uzbequistão. Já os países com a maior proporção de população em condições de escravidão são a Coreia do Norte, o Uzbequistão, o Camboja e a Índia. A escravidão moderna ocorre quando uma pessoa controla a outra, de tal forma que retire dela sua liberdade individual, com a intenção de explorá-la. Entre as formas de escravidão estão o tráfico de pessoas, o trabalho infantil, a exploração sexual, o recrutamento de pessoas para conflitos armados e o trabalho forçado em condições degradantes, com extensas jornadas, sob coerção, violência, ameaça ou dívida fraudulenta. No último relatório, de 2014, cerca de 35,8 milhões de pessoas viviam nessa situação. A Walk Free salienta que a escravidão moderna é um crime oculto, que afeta todos os países e tem impacto na vida das pessoas que consomem produtos feitos por meio do trabalho escravo. Por isso, é preciso o envolvimento dos governos, da sociedade civil, do setor privado e da comunidade para a proteção da população vulnerável. Segundo a fundação, o Brasil tem 161,1 mil pessoas submetidas à escravidão moderna – em 2014, eram 155,3 mil. Apesar do aumento, considera-se baixa a prevalência de trabalho escravo no país, com incidência em 0,078% da população.

www.globalsslaveryindex.org



## GERENCIAMENTO E CONTROLE DA EXECUÇÃO DE PROJETOS SOCIAIS

Já desenvolveu um projeto e na hora de botar a mão na massa teve algum problema? Já encontrou dificuldades em gerenciar um planejamento? Esse treinamento visa apoiar a atuação de gestores com metodologias práticas e efetivas na administração e no controle da execução de seus projetos. Também foca nas ferramentas de planejamento, implementação e gerenciamento do *Project Management for Development* (PMD), metodologia que adaptou os conceitos e as ferramentas do *Project Management Body of Knowledge* (PMBOK) para as organizações do Terceiro Setor. Ao longo do treinamento serão abordadas 12 ferramentas específicas para planejamento e gerenciamento de escopo, tempo, recursos, partes interessadas, riscos e controle.

**Data: 29 de agosto de 2016**

**Palestrantes: Liziane Dranka e Morgana Krieger**



## MEDIA TRAINING E RELACIONAMENTO COM A IMPRENSA

As organizações sociais precisam estar aptas a lidar com a imprensa de maneira correta, de modo a fazer com que ela se torne uma importante aliada na divulgação de suas atividades e de sua causa. Esse relacionamento deve ser um trabalho permanente, visando ao constante aperfeiçoamento, a fim de estreitar o atendimento à mídia e gerar oportunidades de veiculação do conceito e das atividades da organização. Neste treinamento, o participante aprenderá como melhorar a relação com a mídia e como fortalecer a imagem institucional, obtendo mais assertividade no trabalho com a imprensa, além de aperfeiçoar habilidades para lidar com jornalistas, blogueiros e produtores de conteúdo.

**Data: 22 de setembro de 2016**

**Palestrante: Fabiana Dias**



## LOGÍSTICA REVERSA E SUSTENTABILIDADE

Dois documentos ligados ao meio ambiente e à responsabilidade social – ISO 26.000 e Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), respectivamente – fazem parte do arcabouço que referencia a sustentabilidade no país. Publicada em 2010, em Genebra, a ISO 26.000 é um conjunto de diretrizes e de uso voluntário (que não visa fins de certificação) que funciona como um guia de responsabilidade social para todos os tipos de organização, independentemente de seu porte ou de atividade. Já a PNRS (Lei n.º 12.305/2010), por meio do Decreto n.º 7.404/2010, dispõe sobre princípios, objetivos e instrumentos, bem como diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos. Este treinamento tratará desses dois aspectos, destacando importância e especificidades, bem como explicará o conceito de logística reversa, seus instrumentos de aplicação, termos de compromisso, acordos setoriais, entre outros.

**Data: 9 de setembro de 2016**

**Palestrantes: Francisco Biazini e Ricardo Oliani**



## IMERSÃO AVANÇADA EM CAPTAÇÃO DE RECURSOS PARA ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR

**R**evitalizada e com programação totalmente reformulada, a imersão em captação de recursos é um treinamento necessário para que as ONGs ampliem horizontes sobre a melhor maneira de mobilizar parceiros, doadores e patrocinadores, bem como conhecer outras ferramentas para financiar seus programas e seus projetos. Em 40 horas de aulas teóricas e práticas, exercícios individuais e em grupo, vivências e oficinas ministradas por profissionais da área, a imersão proporcionará interação e troca de experiências entre os participantes.

📅 **Data:** 19 a 23 de setembro de 2016

**Palestrantes:** Amanda Riesemberg, Ariel Tomaspolski, Danilo Tiisel, Fabiana Dias, Fernando Nogueira, Flávia Lang, Giulliano Soares, Guilherme Reis, João Paulo Vergueiro, Karina Isoton, Marcelo Estraviz, Marcio Zeppelini, Michel Freller, Ricardo Falcão, Rosana Pereira e Thais Iannarelli

### PRESTAÇÃO DE CONTAS PARA PROJETOS INCENTIVADOS

Trabalhar com projetos incentivados nem sempre é uma tarefa fácil, pois o proponente (seja pessoa física, seja organização não governamental – ONG) deve prestar todas as contas, em detalhes, para que não incorra na criação de passivos. Como esse processo envolve diversas regras, toda atenção é pouca para evitar infrações à legislação. Para tanto, este treinamento tem o objetivo de facilitar a prestação de contas de projetos incentivados, proporcionando informações sobre todos os aspectos, além de fornecer dicas para facilitar o dia a dia do gestor de projetos sociais ou produtores culturais.

📅 **Data:** 13 de setembro de 2016

**Palestrantes:** Laura Zelazny e Michel Freller

### COMO USAR AS REDES SOCIAIS PARA FORTALECER PROJETOS SOCIAIS

A internet é uma valiosa aliada nos relacionamentos. As redes sociais abrem espaço para que existam conexões entre instituições e pessoas, possibilitando o suporte e a excelência da informação e da comunicação. O Terceiro Setor já se comunica com essa sociedade que vive intensamente conectada para divulgar seus serviços e aumentar seu fluxo de informações, mas é possível ir além. Este treinamento pretende atualizar o participante quanto às atuais plataformas e suas infinitas possibilidades e oportunidades, trazendo estatísticas, ferramentas e casos reais.

📅 **Data:** 16 de setembro de 2016

**Palestrante:** Kelli Lima

#### 2 de setembro

Desenvolvimento estratégico de projetos de impacto

#### 5 de setembro

+TEMPO: Organize seu tempo para produzir mais e melhor

#### 13 de setembro

Prestação de contas para projetos incentivados

#### 14 de setembro

Diálogos Filantropia: Seminário Itinerante do Terceiro Setor

CMDCA em 4 etapas: Registro, projeto, captação e prestação de contas

#### 16 de setembro

Revisão estatutária e elaboração de regimentos internos com base na governança

Diálogos Filantropia: Seminário Itinerante do Terceiro Setor

#### 23 de setembro

Elaboração de projetos para editais da União Europeia

#### 27 de setembro

Financiamento de projetos por meio da venda de produtos e serviços

#### 28 de setembro

Excel: investimentos e gestão financeira

Gestão inovadora de voluntariado empresarial

#### 29 de setembro

Atualização Multiprofissional em Cuidados Paliativos

#### 30 de setembro

Organização e análise de dados usando o GNU PSPP

**Informações e inscrições - [www.institutofilantropia.org.br](http://www.institutofilantropia.org.br)**





# IMUNIDADE TRIBUTÁRIA E OS DIREITOS DAS ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR

Segundo os advogados Renata Lima e Guilherme Reis, autores do livro *Imunidade tributária para o Terceiro Setor*, organizações do país não usufruem esse direito adequadamente

*Por* **Thaís Iannarelli**

O direito à imunidade tributária é garantido a organizações de educação, saúde e assistência social, de acordo com o artigo 14 do Código Tributário Nacional. Essa é a máxima defendida pelos advogados Renata Lima e Guilherme Reis, ambos membros do Núcleo do Terceiro Setor do escritório Nelson Wilians & Advogados Associados.

Renata, advogada e contadora com 10 anos de experiência no Terceiro Setor, e Guilherme, advogado especialista em Terceiro Setor e Direito Tributário, acabaram de lançar o livro *Imunidade tributária para o Terceiro Setor: compreendê-la e usá-la é um direito seu* e o site <[www.imunidade tributaria.com.br](http://www.imunidade tributaria.com.br)>, com o intuito

de dirimir as dúvidas das organizações sobre como usufruir esse direito.

Em entrevista à **Revista Filantropia**, eles contam um pouco sobre o tema.

**Revista Filantropia: Qual é a diferença entre imunidade e isenção?**

**Renata Lima e Guilherme Reis:** Essa conceituação é de grande importância para os profissionais do Terceiro Setor, pois frequentemente o poder público concede isenção às entidades e denomina esse benefício de imunidade. A isenção é um favor e concedida pelos

O Terceiro Setor está constituído para ser o elo entre o governo e a sociedade, fazendo com que as políticas sociais (obrigação do Estado) alcancem as pessoas. Como o governo não consegue executar todas as políticas sociais.

poderes públicos federal, estadual e municipal conforme seus critérios. Em outras palavras, para quem, quando e como quiserem. A imunidade é um direito constitucional, já regulamentada pelo Código Tributário Nacional, por meio de seu artigo 14, e deve ser cumprida e concedida pela União, pelos estados e pelos municípios.

**RF: Atualmente, no Brasil, as instituições do Terceiro Setor têm pagado impostos indevidamente? Por que isso acontece?**

**RL e GR:** Sim. Infelizmente, podemos dizer que quase a totalidade das instituições do Terceiro Setor paga impostos e, se o faz, é de forma indevida, pois tais entidades possuem imunidade sobre todos os impostos incidentes relacionados a seu patrimônio, sua renda e seus serviços. Isso ainda acontece porque o poder público deseja e necessita arrecadar. Por isso, cria barreiras indevidas e ilegais para que as instituições do Terceiro Setor usufruam seu direito à imunidade. Há ainda desconhecimento por parte das instituições do alcance do seu direito à imunidade. Agora, lançamos o site <[www.imunidade tributaria.com.br](http://www.imunidade tributaria.com.br)>. Neste endereço, as entidades poderão entender o alcance da imunidade e tirar suas dúvidas conosco.

**RF: Quais são os requisitos necessários para que uma instituição possa gozar da imunidade?**

**RL e GR:** Os requisitos para o gozo da imunidade estão listados no artigo 14 do Código Tributário Nacional e são os seguintes: não distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título; aplicar integralmente no país os seus recursos, para a manutenção dos seus objetivos institucionais; e manter escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão. Em regra, esses requisitos já estão previstos nos estatutos das instituições.

**RF: Que tipos de instituição podem usufruir esse direito?**

**RL e GR:** As instituições que atuam nas áreas da educação, saúde e assistência social podem e devem usufruir esse direito. Cabe registrar que o conceito de educação e assistência social é amplo para esse fim de imunidade. A instituição não necessita de nenhum título ou certificado.

**RF: Como vocês analisariam a relação entre o governo e as instituições do Terceiro Setor no Brasil?**

**RL e GR:** Para nós, o governo ainda não entendeu o papel do Terceiro Setor na sociedade. Este setor está constituído para ser o elo entre o governo e a sociedade, fazendo com que as políticas sociais (obrigação do Estado) alcancem as pessoas. Como o governo não consegue executar todas as políticas sociais, o Terceiro Setor assume o papel do Estado e realiza essas políticas, fazendo com que estas cheguem para aqueles que mais necessitam do apoio estatal. Entendemos que o governo não deveria ver o Terceiro Setor como um setor executor de suas obrigações, mas como um que executa melhor do que o próprio governo e de forma menos custosa para toda a sociedade.

**RF: Do ponto de vista de vocês, o cenário legal/contábil vivido pelas organizações no país hoje gera entraves ou facilita a atuação delas? Por quê?**

**RL e GR:** Veja bem, há necessidade da profissionalização na gestão das organizações. O cenário contábil e jurídico, com o advento da Lei n.º 13.019/2014, tem se tornado mais transparente e objetivo. Diríamos que hoje há um ordenamento jurídico capaz de atender às principais necessidades do Terceiro Setor, mas falta ainda a atualização de algumas normas, tais como as legislações de utilidade pública dos estados e municípios, para que se permita a remuneração dos dirigentes.

**RF: Conte-nos um pouco sobre o livro *Imunidade Tributária para o Terceiro Setor*. O que ele aborda e como pode ser útil às organizações?**

**RL e GR:** Esse livro foi escrito para os profissionais do Terceiro Setor, com uma linguagem bem didática e objetiva. Seu propósito é esclarecer para esses profissionais que o direito à imunidade alcança as instituições de educação, saúde e assistência social e que o poder judiciário tem esse tema como pacificado. Em outras palavras, as instituições que atuam nessa área não podem ter seu patrimônio, renda ou serviço tributado. Por isso, não devem pagar, por exemplo, o imposto de renda sobre aplicação financeira, o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) quando prestam serviço, o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sobre os imóveis de sua propriedade, mesmo que este esteja alugado a um terceiro. Abordamos no livro todos os impostos alcançados pela imunidade. E deixamos uma dica a todas as entidades do Terceiro Setor: acionem o poder judiciário, busquem o direito de vocês. 📌



# OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**Brasil participa da elaboração dos ODS e tem a erradicação da pobreza como prioridade**

*Por Paula Craveiro*

**O**s Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são uma agenda mundial com 17 objetivos e 169 metas que vêm sendo construídos em um processo de negociação mundial desde 2013. Eles visam orientar as políticas nacionais e as atividades de cooperação internacional no período de 2015 a 2030, sucedendo e atualizando os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).

Com base nas metas estabelecidas para os ODS, são previstas ações mundiais nas áreas de erradicação da pobreza, segurança alimentar, agricultura, saúde, educação, igualdade

de gênero, redução das desigualdades, energia, água e saneamento, padrões sustentáveis de produção e de consumo, mudança do clima, cidades sustentáveis, proteção e uso sustentável dos oceanos e dos ecossistemas terrestres, crescimento econômico inclusivo, infraestrutura, industrialização, entre outros.

Os temas dos objetivos podem ser divididos em quatro dimensões principais:

■ **Social:** questões relacionadas às necessidades humanas de saúde, educação, melhoria da qualidade de vida e justiça.



**Tabela 1.** Diferenças entre Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

	ODM (2000-2015)	ODS (2015-2030)
<b>NATUREZA</b>	Reduzir a pobreza extrema, em suas várias dimensões. Falta de acesso aos recursos básicos (comida, água, saneamento, energia, habitação e educação).	Equilíbrio das dimensões econômica, ambiental e social. Uso eficiente de recursos naturais. Promoção de práticas sociais justas de maneira economicamente viável.
<b>FOCO</b>	Um bilhão de pessoas na pobreza absoluta. Países em desenvolvimento e países menos desenvolvidos.	Escala global. Países desenvolvidos exercendo a liderança na mudança de padrões insustentáveis de produção de consumo.
<b>SOLUÇÕES</b>	A pobreza extrema foi erradicada em países desenvolvidos e em alguns países em desenvolvimento.	Exigência da construção de diferentes caminhos. Não alcance por parte de nenhum país do desenvolvimento sustentável. Necessidade de reformas estruturantes.
<b>MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO</b>	Investimento dos países desenvolvidos. Doações, recursos públicos e filantropia. Papel limitado do setor privado.	Grandes oportunidades para o setor privado. Uso da tecnologia. Incentivos tributários e investimento direto.
<b>JANELA TEMPORAL</b>	Prazo: 2000 a 2015 (15 anos). Marco: fim da pobreza absoluta em 2030. Compromisso moral.	Prazo: 2015 a 2030 (15 anos). Marco: 2050 (9 bilhões de habitantes). Compromisso aberto com as gerações futuras.

Fonte: ODS Nós Podemos, 2016.

- **Ambiental:** trata da preservação e conservação do meio ambiente, com ações que vão da reversão do desmatamento, proteção das florestas e da biodiversidade, combate à desertificação, uso sustentável dos oceanos e recursos marinhos até a adoção de medidas efetivas contra mudanças climáticas.
- **Econômica:** uso e esgotamento dos recursos naturais, produção de resíduos, consumo de energia, entre outros.
- **Institucional:** refere-se às capacidades para colocar em prática os ODS.

### FOME E NUTRIÇÃO

Os ODS 1 e 2 visam acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares, e erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável, respectivamente. “Os objetivos ampliam a abordagem de temas vinculados aos ODM. A meta é mais ambiciosa do que a proposta nos ODM, que falava em reduzir pela metade o número de pobres e daqueles que passavam fome. Isso é absolutamente desafiador, mas temos a visão muito clara de que é possível que esta seja a primeira geração capaz de acabar com a pobreza no mundo. A gente tem essa oportunidade. Há uma série de soluções disponíveis para chegarmos lá”, diz o assessor sênior da Organização das Nações Unidas (ONU), Haroldo Machado Filho.

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável ampliam a abordagem de temas vinculados aos ODM. Isso é absolutamente desafiador, mas é possível que esta seja a primeira geração capaz de acabar com a pobreza no mundo

**Haroldo Machado Filho, da Organização das Nações Unidas (ONU)**

### BEM-ESTAR, EDUCAÇÃO E IGUALDADE DE GÊNERO

Os demais ODS preveem cuidado com algumas doenças e bem-estar das pessoas (objetivo 3), garantia de educação inclusiva e de boa qualidade e oportunidades de aprendizagem (objetivo 4), e igualdade de gênero e importância do empoderamento de mulheres e meninas (objetivo 5).

### ÁGUA POTÁVEL

“Para além do objetivo 6, que propõe que se assegurem a disponibilidade de água potável e o saneamento básico para todos, são incluídas dimensões que não apareciam antes”, explica Machado Filho.






**Tabela 2.** Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)

No site do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) são apresentados os 17 objetivos de desenvolvimento sustentável e as explicações detalhadas de cada um deles.

	<b>1 Erradicação da pobreza</b> Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.
	<b>2 Erradicação da fome</b> Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e a melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.
	<b>3 Saúde de qualidade</b> Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.
	<b>4 Educação de qualidade</b> Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.
	<b>5 Igualdade de gênero</b> Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.
	<b>6 Água limpa e saneamento</b> Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos.
	<b>7 Energias renováveis</b> Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos.
	<b>8 Empregos dignos e crescimento econômico</b> Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.
	<b>9 Inovação e infraestrutura</b> Construir infraestruturas resistentes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.
	<b>10 Redução das desigualdades</b> Reduzir a desigualdade entre os países e dentro deles.
	<b>11 Cidades e comunidades sustentáveis</b> Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.
	<b>12 Consumo e produção responsáveis</b> Assegurar padrões de produção e consumo sustentáveis.

Continua...

**Tabela 2.** Continuação

	<b>Combate às alterações climáticas</b> Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos.
	<b>Vida debaixo d'água</b> Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos, para o desenvolvimento sustentável.
	<b>Vida sobre a terra</b> Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra, e estancar a perda de biodiversidade.
	<b>Paz, justiça e instituições fortes</b> Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.
	<b>Parcerias em prol das metas</b> Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Fonte: PNUD.

## ENVOLVIMENTO DO BRASIL NA ELABORAÇÃO DOS OBJETIVOS

O Brasil vem participando ativamente das discussões e das definições sobre os ODS e tem como posição defender a erradicação da pobreza como prioridade nas iniciativas para o desenvolvimento sustentável.

A negociação da Agenda 2030, que estabeleceu os 17 objetivos e suas metas, foi inovadora no âmbito da ONU. Diferentemente dos ODM, os ODS nasceram com base em amplas consultas no mundo todo, com a participação de diversos atores, e foram aprovados por unanimidade pelos países membros. “A Agenda 2030 entrou em vigor em 2016. Os objetivos, as metas e os indicadores foram estabelecidos, mas ainda não foram definidas todas as métricas para monitoramento e avaliação de resultados. Podemos considerar que este ano será o da implantação dos ODS, em que o mais importante será disseminar o conhecimento a respeito deles para todos os setores da sociedade, especialmente o setor privado, que agora passa a ter papel ainda mais importante”, explica Mariana de Góes Borges, secretária nacional de Comunicação do Movimento Nacional ODS Nós Podemos.

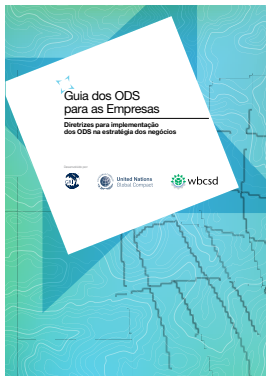
O Brasil participou da negociação dos ODS de uma posição privilegiada, por três razões principais, segundo a secretária de Comunicação. “Fomos os anfitriões da Rio+20, considerada a

*Os ODS nasceram a partir de amplas consultas no mundo todo, com a participação de diversos atores, e foram aprovados por unanimidade pelos países membros*

maior conferência na história das Nações Unidas, que chamou a atenção do mundo para a importância de pensar o desenvolvimento de forma integrada”, explica Mariana. As discussões consolidaram a noção de que não pode haver prosperidade sem respeito à dignidade humana e ao planeta, ou seja, não pode mais haver desenvolvimento que não seja sustentável. “Para o Brasil, o acordo da Rio+20 foi ponto de partida e pedra fundamental na construção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”.

Mariana afirma ainda que o Brasil foi também um dos países que incorporaram de modo mais consistente a estratégia dos ODM a suas políticas públicas e obtiveram os mais significativos resultados em termos de inclusão social e melhoria das condições de vida das populações mais vulneráveis.





#### GUIA PARA EMPRESAS

O *Guia ODS para empresas: diretrizes de implementação dos ODS nas empresas* foi desenvolvido por importantes instituições, como o Global Reporting Initiative (GRI). O documento explica como os ODS afetam os seus negócios, oferecendo ao leitor as ferramentas e o conhecimento necessários para colocar a sustentabilidade no centro de sua estratégia.

Download gratuito: <[http://j.mp/ODS\\_Empresas](http://j.mp/ODS_Empresas)>.

“Nossa experiência concreta não só tem servido de exemplo para outros países, como também nos conferiu forte legitimidade nas discussões sobre um novo modelo de desenvolvimento”, ela garante.

Por fim, o país conta com esforço amplo e participativo entre os governos (estaduais e municipais), da sociedade civil, de movimentos sociais, do setor privado e da academia. Essa ativa participação da sociedade singularizou a atuação brasileira.

#### IMPLANTAÇÃO DOS OBJETIVOS

Os ODS são mais complexos e detalhados do que os ODM, dada sua variedade de tema. Essa complexidade representa um desafio, assim como a abordagem tímida que os ODS recebem nos fóruns internacionais, principalmente nos temas com impacto no comércio internacional, na dívida externa de países, em transferência tecnológica ou na reforma do sistema financeiro global.

Apesar das dificuldades para sua implementação, os ODS têm grande poder de mobilização, uma vez que são uma agenda positiva, e podem favorecer a articulação entre diferentes setores e forças políticas.

A discussão sobre financiamento, assistência técnica e descentralização de capacidades no território, o envolvimento de estados e municípios e a articulação entre governos, sociedade civil e setor privado são questões decisivas para a implementação bem-sucedida.

#### COMO ALCANÇAR OS ODS

O Movimento Nacional ODS Nós Podemos trabalha, desde 2004, para conscientizar e mobilizar as pessoas, empresas, organizações da sociedade civil e governo. A entidade está presente em todos os estados brasileiros e é estruturada em núcleos estaduais, regionais e municipais. “A rede de voluntários e de instituições, que faz parte do movimento, trabalha permanentemente na sensibilização de novos atores para que percebam que a sustentabilidade só será alcançada se as pessoas e organizações adotarem atitudes diferentes. A responsabilidade pela construção de um Brasil melhor hoje depende de todos nós”, assegura Mariana.

*O Brasil possui mais de 18 milhões de voluntários que, mobilizados pelo compromisso com os ODM, fez com que o país atingisse praticamente todas as metas definidas pela ONU, em 2000*

As empresas, assim como os outros dois setores da sociedade (organizações sociais e governo), desempenham papel fundamental no desenvolvimento de suas localidades. “Com a adoção da Agenda 2030, ficam claros os motivos pelos quais as empresas precisam se envolver. Essa é uma das razões pelas quais as metas também devem ser perseguidas pelos países desenvolvidos”, diz Mariana.

Com a mesma eficiência que definem suas estratégias e seus investimentos, as empresas começam a identificar espaços no mercado para implementar estratégias de investimento social alinhadas ao negócio. “Com conhecimento e ferramentas, colocam a sustentabilidade na pauta da organização e passam a adotar práticas internas e de mercado que contribuam para a construção de um país mais forte economicamente, mais justo socialmente e mais responsável ambientalmente”, afirma.

O Brasil possui mais de 18 milhões de voluntários. O trabalho desses voluntários mobilizados pelo compromisso com os ODM fez com que o Brasil pudesse celebrar grandes conquistas. O país conseguiu atingir praticamente todas as metas definidas pela ONU, em 2000.

“Da mesma forma, todos nós devemos agir em favor do desenvolvimento sustentável do Brasil proposto pela Agenda 2030. Em nossa família, em nosso bairro ou em nosso local de trabalho, devemos sempre aproveitar todas as oportunidades de sensibilizar aqueles que estão ao nosso redor, para que percebam que apesar de ser uma agenda global ela diz respeito ao que acontece do nosso lado”, ressalta Mariana. 📌



## DESENVOLVIMENTO DA LIDERANÇA

### A importância da comunicação para o engajamento das equipes no Terceiro Setor

**N**os últimos anos, o debate sobre como desenvolver a habilidade de liderança cresceu. O conceito se expandiu, pois, há algumas décadas, acreditava-se que a liderança estava condicionada a cargos de chefia e diretoria. Hoje, reconhece-se que ela é uma habilidade para ser desenvolvida e trabalhada com dedicação e esforço.

Um dos grandes desafios para toda a sociedade atualmente, inclusive para as organizações de Terceiro Setor, é a transição muito

rápida e intensa de um cenário estável, previsível e rígido para um cenário de muitas mudanças e incertezas que transforma as lideranças para serem mais flexíveis e se adaptarem ao ambiente.

A primeira etapa para desenvolver a habilidade de liderança encontra-se no autoconhecimento. Um líder que consegue alcançar resultados conhece muito bem seus pontos fortes, o que faz sua equipe trabalhar engajada com ele, e também seus pontos fracos, possibilitando a sua equipe manter-se distante



◀ **FLÁVIA MENDES** é mestre em Comunicação pela Universidade de São Paulo (ECA-USP), graduada em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (Umesp) e especialista em Comunicação Empresarial pela Faculdade Cásper Líbero. É palestrante do Instituto Filantropia nos temas Liderança, Comunicação e *Feedback*, e proprietária da FCMendes.

## *A habilidade de se comunicar de forma clara, objetiva e completa é uma das características mais importantes da liderança, pois é por meio da comunicação que o líder do Terceiro Setor consegue alcançar sua equipe e todo o público que se relaciona com a instituição*

e não entregar resultados positivos. O autoconhecimento é o caminho para o líder entender suas necessidades e, consequentemente, as necessidades da sua equipe, do ambiente do qual ele faz parte. Assim que o líder utiliza as ferramentas de autoconhecimento, ele torna-se capaz de compreender o mundo a sua volta e atuar para melhorá-lo.

A habilidade de se comunicar de forma clara, objetiva e completa é uma das características mais importantes da liderança, pois é por meio da comunicação que o líder do Terceiro Setor consegue alcançar sua equipe (funcionários e voluntários) e todo o público que se relaciona com a instituição.

Entretanto, a capacidade de comunicação e interação é um desafio para a maioria dos líderes. Muitos desconhecem ou esquecem as barreiras de comunicação que impedem que esta seja eficaz. Essas barreiras acontecem quando existe hostilidade do receptor/emissor, seja porque o líder não escolheu de maneira adequada o momento, local e meio, seja porque não houve de fato compreensão da mensagem por parte do receptor.

Um exemplo é quando o receptor não está interessado no assunto ou não acha que o assunto possa lhe interessar. Essa crença traz-nos um comportamento de descaso e repulsa com o emissor da mensagem, que, por causa desse comportamento, pode iniciar uma comunicação agressiva, acreditando que, desse modo, o receptor poderá entendê-lo melhor.

Outra barreira de comunicação muito comum em um país de dimensões continentais como o Brasil são as diferenças culturais entre o emissor e o receptor, que podem atrapalhar a compreensão do significado de uma mensagem e, principalmente, a interação entre líderes e colaboradores.

A comunicação na construção do processo de liderança ainda é a melhor ferramenta para engajar as pessoas, sobretudo para elas trabalharem por um objetivo ou uma causa comum.

### **DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA AS LIDERANÇAS NO TERCEIRO SETOR**

Ao assumir a liderança, assumimos nossa capacidade de nos relacionarmos e interagirmos com pessoas para que a nossa causa alcance o resultado esperado.

A grande dificuldade do Terceiro Setor é acreditar que os seus colaboradores e voluntários não precisam ser engajados para trabalhar nas causas. Ao lidar com seres humanos, sabemos que é preciso uma dose diária de estímulo para continuar as atividades e vencer os obstáculos que nos cercam nesse mundo de incertezas. Essa dose vem, em parte, dos objetivos em que

a pessoa acredita e da influência do ambiente no qual ela se encontra e das pessoas com que ela se relaciona. É necessário superar o receio de se comunicar com colaboradores e voluntários e entender que é por meio da comunicação que se alcançam os objetivos comuns.

Segundo o autor de *O monge e o executivo*, James C. Hunter, liderança define-se em: “Habilidade de influenciar pessoas para que trabalhem com entusiasmo por objetivos identificados como voltados para o bem comum”<sup>1</sup>. A comunicação como uma habilidade da liderança eficaz é o ponto-chave para o desenvolvimento e o crescimento da organização de Terceiro Setor.

O *feedback*, processo em que se fornecem informações ao colaborador sobre seu desempenho profissional, é uma habilidade de comunicação e de liderança muito eficiente no ambiente organizacional e, muitas vezes, pouco aplicada como uma estratégia de desenvolvimento, ou, pior ainda, aplicada de maneira ineficiente, com consequências negativas como resultado.

O líder pode utilizar o *feedback* de dois modos: de caráter positivo, no qual são reforçados comportamentos e ações bem-sucedidas; e de forma corretiva, em que se busca o redirecionamento das ações. É no processo de *feedback* que o líder consegue entender as dificuldades e também as atitudes positivas de sua equipe. Ele é uma via de crescimento de mão dupla, no qual todos podem aprender e se desenvolver pessoal e profissionalmente.

Quanto mais uma organização utiliza o processo de *feedback*, mais pode alcançar os resultados desejados. Esse processo facilita os fluxos de comunicação interno e externo e promove a motivação nos indivíduos quando aplicado de maneira correta, ou seja, de maneira assertiva, sem agressividade, humilhação ou acusações. Utilizar o *feedback* para agredir as pessoas significa que o líder não está usando-o no seu real sentido, que ele procura controlar e padronizar comportamentos, e não é assim que se alcançam resultados.

As organizações de Terceiro Setor são construídas por pessoas, por seus valores e pelos sonhos em que acreditam, por um mundo ou uma comunidade melhor e com mais oportunidades. Quando os líderes impõem normas ou regras sem dialogar com as pessoas que constroem a organização ou empregam a comunicação e o *feedback* para agredir, podem destruir os sonhos dessas pessoas e, consequentemente, desmotiva-las e afastá-las dos objetivos voltados ao bem comum.

Então, como poderemos aplicar o *feedback* e engajar os indivíduos em nossa causa?





## A UTILIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA NO **FEEDBACK**

O *feedback* pode ser aplicado de diversas maneiras. Uma delas é por meio dos princípios da comunicação não violenta (CNV). A CNV consiste num método criado pelo psicólogo Marshall Rosenberg que contempla quatro princípios: observação, sentimentos, necessidade e pedido.

Para qualquer acontecimento, é necessário observar, sem julgamentos, o que está ocorrendo. Um exemplo aplicado do princípio da observação: “Nosso colega não pediu minha opinião durante a reunião”. Essa é uma forma de observar algum acontecimento sem julgar ou colocar suas opiniões ou misturas com o segundo princípio, sentimentos.

O que sentimos é muito importante e afeta nossa comunicação e interação com as outras pessoas. Assim, podemos verificar quais são nossos sentimentos em relação aos fatos concretos ocorridos, por exemplo: “Quando nosso colega não pede minha opinião durante a reunião, eu me sinto magoado e rejeitado”.

Assim que identificamos nossos sentimentos, é possível partir para o terceiro princípio: compreensão das reais necessidades: “Quando nosso colega não pede minha opinião, eu me sinto magoado e rejeitado, pois o meu desejo era poder contribuir mais nas reuniões”.

Nessa etapa já se identificaram o fato concreto, os sentimentos e os desejos da pessoa. Então, o último estágio é a realização do pedido. Esse pedido deverá ser benéfico ao solicitante e a quem for solicitado; não é uma ordem, uma imposição, mas um pedido que tem como objetivo enriquecer a vida de todos os envolvidos.

Por exemplo: “Colega, por favor, quando estivermos na próxima reunião gostaria que você pedisse minha opinião, pois gostaria de contribuir ativamente. Quando não contribuo, sinto-me magoado e rejeitado”.

Os princípios da CNV apresentados mostram-nos um caminho muito produtivo para construir relações e liderar equipes.

## CONSIDERAÇÕES E APLICAÇÕES SOBRE LIDERANÇA E COMUNICAÇÃO

A liderança, quando tem como alicerce a construção de relações por meio da comunicação clara, objetiva, que valoriza o *feedback* e utiliza os princípios da CNV, consegue alcançar os objetivos identificados como voltados para o bem comum, como afirma Hunter, e, o melhor, consegue alcançar esses objetivos com pessoas engajadas e motivadas com a causa da organização.

O curso *Liderança de equipes: comunicação e feedback para engajamento nas organizações* é um treinamento do Diálogo Social que procura aplicar ferramentas de autoconhecimento e de percepção da liderança, apresentando a importância da comunicação, assim como quais são as barreiras e sua influência no ambiente. Dessa maneira, o líder pode se desenvolver como um agente de transformação nas organizações do Terceiro Setor.

É uma oportunidade para o líder consolidar sua instituição e contribuir de modo eficaz para o aprendizado e desenvolvimento da sua equipe. 📖

### REFERÊNCIAS

HUNTER, J. C. De volta ao mosteiro: o monge e o executivo falam de liderança e trabalho em equipe. São Paulo: Sextante, 2014.



◀ **GUILHERME REIS** é advogado com 10 anos de atuação no Terceiro Setor. Sócio-diretor do escritório Nelson Wilians & Advogados Associados. Especialista em Direito do Terceiro Setor e Direito Tributário.



◀ **RENATA LIMA** é advogada e contabilista com 10 anos de atuação no Terceiro Setor. Coordenadora do Núcleo Terceiro Setor do escritório Nelson Wilians & Advogados Associados.

# CAPTAÇÃO DE RECURSOS PELA LEI N.º 13.019/2014

**D**emorou, mas chegou o momento de ver concretizada a revogação de uma lei que há muito já estava ultrapassada. Muitas organizações foram pegas de surpresa com a revogação da Lei n.º 91/1935, conhecida como Lei da Utilidade Pública Federal, primeiro título concedido às entidades do Terceiro Setor no Brasil e que outorgava a essas entidades o direito de não pagarem as contribuições da seguridade social e de conseguirem com empresas privadas doações por meio do benefício da renúncia fiscal. As entidades, quando detentoras de tal titulação, ficavam obrigadas a prestar contas para o Ministério da Justiça.

Com o passar dos anos, esse título foi ficando ultrapassado, pois outros foram criados, trazendo os benefícios que a Utilidade Pública Federal proporcionava, com inovações e novas exigências, tornando a Utilidade Pública Federal mais uma espécie de honraria para aquelas entidades que possuíam o título do que um benefício legal. Esse título foi replicado pelos estados e municípios que, em sua maioria, repetiram na íntegra as disposições da lei federal, porém, com algumas outras especificidades. Assim, tanto os estados quanto os municípios deveriam atualizar seus respectivos títulos – Utilidade Pública Estadual (UPE) e Utilidade Pública

Municipal (UPM) – para a melhor adequação às novas legislações que regiam o Terceiro Setor, como a Lei Federal n.º 13.151/2015, que permite de forma expressa a remuneração de dirigentes, e a Lei Federal n.º 13.019/2014, que disciplina as parcerias entre os poderes públicos e as organizações da sociedade civil, tendo em vista que essa lei não exige, para parcerias, que a entidade possua qualquer título ou certificação.

A Lei de Utilidade Pública Federal foi revogada pela Lei n.º 13.204/2015, que alterou diversos dispositivos da Lei n.º 13.019/2014, conhecida como Marco Regulatório do Terceiro Setor. Esta lei instituiu novas normas gerais para as parcerias entre o poder público e as organizações da sociedade civil (OSCs) – nova nomenclatura aplicada às organizações não governamentais (ONGs). Ela entrou em vigor em janeiro de 2016 para a União e os estados e entrará em janeiro de 2017 para os municípios.

Para bem dizer, a revogação da Lei de Utilidade Pública Federal não significou o fim dos benefícios concedidos às OSCs. Ao contrário, o que antes era restrito às organizações detentoras do título de Utilidade Pública Federal, agora é direito de toda OSC.

Nesse ponto, cabe ressaltar que a Lei n.º 13.019/2014 apresenta três definições para as OSCs:



## *A revogação da Lei de Utilidade Pública Federal não significou o fim dos benefícios concedidos às OSCs. Ao contrário, o que antes era restrito às organizações detentoras do título de Utilidade Pública Federal, agora é direito de toda OSC*

- a) entidade privada sem fins lucrativos que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva;
- b) as sociedades cooperativas previstas na Lei n.º 9.867, de 10 de novembro de 1999; as integradas por pessoas em situação de risco ou vulnerabilidade pessoal ou social; as alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e de geração de trabalho e renda; as voltadas para fomento, educação e capacitação de trabalhadores rurais ou capacitação de agentes de assistência técnica e extensão rural; e as capacitadas para execução de atividades ou de projetos de interesse público e de cunho social;
- c) as organizações religiosas que se dediquem a atividades ou a projetos de interesse público e de cunho social distintas das destinadas a fins exclusivamente religiosos.

Esclarecido o que é OSC, para os fins propostos na Lei n.º 13.019/2014, vamos aos benefícios concedidos a elas, que são:

- a) receber doações de empresas, até o limite de 2% de sua receita bruta;
- b) receber bens móveis considerados irrecuperáveis, apreendidos, abandonados ou disponíveis, administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- c) distribuir ou prometer distribuir prêmios, mediante sorteios, vale-brindes, concursos ou operações assemelhadas, com o intuito de arrecadar recursos adicionais destinados à sua manutenção ou custeio.

A novidade apresentada pela Lei n.º 13.019/2014 é o fato de que todas as OSCs, independentemente de título ou certificação, podem usufruir os benefícios citados.

A única exigência está atrelada ao propósito social da entidade. Deverá a organização que pleiteia usufruir um dos benefícios elencados ter em seu estatuto um dos seguintes objetivos: promoção da assistência social; promoção da cultura, da

defesa e da conservação do patrimônio histórico e artístico; promoção da educação; promoção da saúde; promoção da segurança alimentar e nutricional; defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável; promoção do voluntariado; promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza; experimentação não lucrativa de novos modelos socioprodutivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito; promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar; promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais; organizações religiosas que se dediquem a atividades de interesse público e de cunho social distintas das destinadas a fins exclusivamente religiosos; estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas neste artigo.

Entre os benefícios apontados, a possibilidade de receber doações de empresas que estão sob o regime do lucro real até o limite de 2% de sua receita bruta é a de maior relevância, pois passa a ser uma nova fonte de receita para as entidades, que antes não tinham essa oportunidade.

Ocorre que, na prática, a questão não é tão simples como parece. A Lei n.º 13.019/2014 permite que as OSCs recebam 2% da receita bruta, mas a Lei n.º 9.249/1995, que altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, só permite que as empresas deduzam suas doações até o limite de 2% do lucro operacional, e não da receita bruta, como consta da Lei n.º 13.019/2014 – Marco Regulatório. Em outras palavras, um pode receber (OSCs), mas o outro não pode doar (empresas privadas). O curioso é que o governo federal alterou a Lei n.º 9.249/1995 por meio da Lei n.º 13.204/2015 para que fosse possível a doação às OSCs independentemente de certificação. Portanto, poderia ter feito constar dessa legislação que a dedução seria da receita bruta, mas não o fez, deixando lacuna em um ponto crucial e de mais dificuldade para as OSCs: a captação de recursos.

Perdeu o governo federal uma grande oportunidade para fortalecer as OSCs, permitindo que elas desenvolvam suas atividades apoiadas pela iniciativa privada. De todo modo, é um direito que cabe a todas as OSCs e todas elas devem exercê-lo. 📌





◀ **CANDICE PASCOAL** é CEO e cofundadora da Kickante. É especialista em arrecadação de recursos, com experiência em projetos de captação para ONGs na Europa, na Ásia e nas Américas, como Médicos sem Fronteiras, Cruz Vermelha e WWF.



# WEBINARS SOBRE CROWDFUNDING

**Plataforma de financiamento coletivo  
disponibiliza gratuitamente série de seminários on-line**

Uma forma inovadora de realizar projetos sociais que ainda estão no papel é por meio do *crowdfunding*. É bom salientar o quanto o *crowdfunding* mudou a vida de diversas instituições que anteriormente dependiam de patrocínio, editais ou até mesmo do próprio bolso para iniciar seu projeto social.

O site da Kickante, considerada a maior plataforma de financiamento coletivo do Brasil, criou uma série de *webinars* em que todo o conhecimento do *crowdfunding*, em diversas áreas, é disseminado e discutido entre os participantes. Os eventos acontecem mensalmente e contam comigo, Candice Pascoal (cofundadora da Kickante), e um convidado especial.

Um dos temas abordados nesses *webinars* foi “A força dos projetos pessoais: como captar recursos para realizar seu sonho”. Na ocasião, foi citado o caso de Manuela, que nasceu sem uma das mãos e cujos pais lançaram uma campanha para arrecadar fundos para a compra de uma prótese definitiva, a fim de que a menina não sofresse limitações ao longo da infância. A campanha durou 60 dias e contou com cerca de 650 contribuidores. “Até então, não tínhamos conhecimento do que era financiamento coletivo e começamos a buscar empréstimos”, contou a mãe da garota. Como os custos para a aquisição da prótese incluíam viagens frequentes aos Estados Unidos, o que tornaria a dívida muito grande, os pais de Manuela começaram a

Uma forma inovadora de realizar projetos sociais é por meio do crowdfunding, que mudou a vida de instituições que dependiam de patrocínio, editais ou do próprio bolso para iniciar seu projeto

procurar outras opções. Quando o casal de amigos Leonardo e Patrícia apresentou o *crowdfunding* a eles, a primeira dúvida que surgiu foi como seria a reação dos amigos e conhecidos, mas eles acabaram se surpreendendo com o número de pessoas que quiseram ajudar.

### **CROWDFUNDING E TERCEIRO SETOR**

As organizações do Terceiro Setor estão cada vez mais adeptas do financiamento coletivo, compreendido como um meio eficaz para atingir suas metas e realizar seus projetos com mais facilidade.

Recentemente, a série de *webinar* destacou o tema “Quais técnicas de arrecadação de fundo mais funcionam para organizações não governamentais (ONGs)?”. Ela contou com a participação de especialistas do Terceiro Setor que esclareceram diversas dúvidas sobre as principais técnicas de arrecadação de fundos para organizações sociais no Brasil. Um desses especialistas foi Michelle Braga, gerente de relacionamento da One to One, do Médicos sem Fronteiras (MSF) no país.

Durante a conferência on-line, ressaltou-se que os brasileiros são os que mais doam, mas, para isso, as organizações precisam solicitar mais, inovando na forma de arrecadar recursos. Com o auxílio do *crowdfunding*, o Terceiro Setor não corre riscos, investe pouco e tem um resultado bem rápido. Já para outros tipos de arrecadação, é necessário um planejamento mais intenso, com metas para o longo prazo.

Segundo Michelle, o MSF optou pelo *crowdfunding* quando a Kickante surgiu com a opção de campanha flexível, pois toda doação é importante: “Antes, com somente a opção ‘tudo ou nada’, teríamos de devolver as doações, caso a meta não fosse alcançada”. A gerente também afirmou que, com o financiamento coletivo, as organizações não têm necessidade de produzir suas recompensas antecipadamente, podendo customizá-las, após o término da campanha, de acordo com o número de doadores, evitando o desperdício. “Para o MSF, o item mais relevante em uma campanha de *crowdfunding* é o banco de dados, as pessoas que, de fato, contribuíram”, contou.

Outro exemplo de *webinar* ligado ao Terceiro Setor foi o Evento do bem da Kickante. A conferência detalhou mais uma opção de campanha criada pela plataforma de *crowdfunding*, em que o contribuidor se torna um voluntário digital, podendo criar uma campanha para a ONG com a qual mais se identifica.



## **DICAS IMPORTANTES**

Permita-se ser vulnerável e tenha humildade para pedir ajuda.

Primeiramente, fale com sua família, amigos e colegas de trabalho e peça para que eles divulguem a outros amigos.

Durante o processo, tenha por perto um grupo de amigos próximos. Apoio é fundamental, sobretudo para trazer positividade e incentivo.

Com frequência, lembre as pessoas sobre a sua campanha. Na correria do dia a dia, elas acabam se esquecendo de contribuir.

Reconheça todas as contribuições, não somente as financeiras. *Crowdfunding* também é amor.

Estabeleça uma meta e acredite nela. Não peça menos do que precisa por medo de não alcançá-la.

Vivencie todas as etapas do processo, desde a primeira contribuição até a meta alcançada. São emoções diferentes e gratificantes.

## **DICAS DE MICHELLE BRAGA, DO MSF, PARA EXPANDIR A BASE DE DADOS DE SUA ONG**

Esteja presente nas mídias sociais, principalmente no Facebook.

Invista em mala direta.

Faça campanhas de *crowdfunding*. Elas serão divulgadas para o Brasil inteiro.

Invista em *street fundraising* (pessoas na rua solicitam arrecadação diretamente à população: diálogo direto).

Peça para doadores recorrentes compartilharem e divulgarem as ideias de sua ONG para que elas consigam novos doadores para a organização (*peer-to-peer*).

Uma época que representa uma ótima oportunidade de mostrar suporte às organizações são as festas de fim de ano, em que o voluntário pode contar com a ajuda de contatos, amigos e familiares. A plataforma contém um cadastro prévio de mais de 300 instituições, o que facilita a criação da campanha, além da comodidade de poder doar sem precisar sair de casa. 🏠



◀ **RENATA TRUZZI** é diretora executiva e responsável pelo portfólio de negócios sociais da NESsT Brasil e seus investimentos. É membro do comitê executivo da Associação Nacional de Desporto para Deficientes (ANDE), do conselho consultivo da Retalhar e do conselho da Captamos.



# QUAIS SÃO OS INGREDIENTES PARA AMPLIAR O IMPACTO DOS NEGÓCIOS SOCIAIS?

**Precisamos de soluções que transformem comunidades marginalizadas em protagonistas**

**E**mpreender é como cozinhar. Em tese, todos nós podemos tentar. Basta ter acesso aos ingredientes, às ferramentas (incluindo aqui a internet) e a uma boa receita para garantir um delicioso prato no fim. A princípio, sim!

De uma maneira ou de outra, se iniciarmos essa trajetória seguindo nossas paixões, a chance de dar certo aumentará bastante.

Mas e quando não temos o dinheiro necessário para os ingredientes? E quando não temos um fogão ou uma cozinha minimamente equipada? E quando não temos comida em nossa despensa? E quando não temos internet para pesquisar receitas?

Ou, por outro lado, se além dos ingredientes e das receitas básicos, pudermos ter acesso a especiarias e alimentos de que nunca ouvimos falar anteriormente? Ingredientes, sejam locais,

sejam importados de outras culturas, que enriquecerão enormemente o nosso resultado?

E se pudermos ter acesso a mentores experientes e engajados para aprendermos o segredo desses ingredientes e dessas receitas e, mais ainda, os detalhes que não estão nos livros ou nos vídeos a que temos acesso?

E se, além de mentores, pudermos ter acesso a recursos extras, financeiros e técnicos que nem sabíamos de que precisávamos?

E se esses mentores pudessem também nos dar *feedback* sobre o nosso desempenho?

No mundo da cozinha, essa combinação de recursos, investimento, tempo, treinamento e paixão poderia transformar um cozinheiro caseiro em um grande *chef* dono de um restaurante,



---

## *Precisamos de soluções que transformem comunidades marginalizadas em protagonistas, e não apenas em beneficiários de projetos sociais. Precisamos juntar recursos financeiros flexíveis e pacientes, adicionar recursos técnicos, como ferramentas de gestão e treinamentos, e acrescentar uma pitada de mentoria profissional*

como aqueles que são vistos hoje em dia na televisão. A diferença está entre fazer por necessidade e fazer de maneira planejada, visando a um resultado melhor para um número maior de pessoas, não deixando de lado a satisfação pessoal.

No caso de empreendedores sociais, o mais comum nos últimos 30 anos foi a escolha por modelos de organizações sem fins lucrativos que captam recursos (financeiros, humanos e técnicos) para o cumprimento das metas sociais como erradicação da fome, redução da pobreza, acesso à saúde, empregabilidade, geração de renda sustentável, acesso à habitação, acesso à educação de qualidade, preservação do meio ambiente e saneamento.

Em nossa metáfora, o empreendedor social seria um cara que se move pela paixão de ajudar o próximo e se inspira nos modelos de *experts* que conhece. Seria quem viabiliza sua ideia captando seus ingredientes e recursos por meio de doações, com isenção de impostos, para produzir alimentos de qualidade quase profissional gratuitamente para as pessoas com fome de sua comunidade.

Mais recentemente, nos últimos cinco a oito anos, conhecemos um novo modelo capaz de resolver os problemas sociais críticos de um país: o modelo híbrido dos negócios sociais, que, como qualquer empresa, deve se preocupar com o retorno financeiro além do social, com vistas à longevidade de suas conquistas e à expansão dos resultados para um público cada vez maior de beneficiários.

Voltando à nossa história, poderia ser um dono de restaurante que capacita e emprega particularmente pessoas de baixa renda ou com deficiência, as quais não possuem muito acesso a oportunidades no mercado de trabalho ou estabilidade profissional. Diferentemente do primeiro restaurante (puramente social), esse outro local teria um modelo de negócios tradicional, vivendo de suas vendas e pagando seus fornecedores normalmente, assim como seus funcionários. Por querer contratar pessoas marginalizadas para sua equipe, teria de investir mais que seus concorrentes na capacitação dos seus funcionários. São os chamados custos sociais.

Para ser bem-sucedido, esse empreendedor precisa ser tão bom e eficiente quanto os melhores *chefs* que o inspiraram, pois não garantirá a sobrevivência de seu negócio nem o salário dos seus funcionários se não conseguir competir com a concorrência. Por outro lado, não será capaz de crescer nem expandir seu impacto se escolher viver de doações.

Como encontrar, então, o apoio necessário para que o cozinheiro caseiro (muitas vezes sem recursos, mas com muita paixão) se torne um *chef* de cozinha renomado, com dezenas de empreendimentos

bem-sucedidos e lucrativos, beneficiando ainda as comunidades marginalizadas? Como transformar os beneficiários do primeiro exemplo em protagonistas por meio de modelos inovadores? Como transformar o restaurante que emprega prioritariamente grupos marginalizados em uma grande rede e, assim, ampliar seu impacto, sem que seus custos sociais o derrubem? Estamos falando de um modelo complexo que visa tanto ao lucro e à sobrevivência quanto ao impacto social. E modelos complexos exigem soluções complexas.

Precisamos de soluções que transformem comunidades marginalizadas em protagonistas, e não apenas em beneficiários de projetos sociais. Precisamos juntar recursos financeiros flexíveis e pacientes, adicionar recursos técnicos, como ferramentas de gestão e treinamentos, acrescentar uma pitada de mentoria profissional. Misturar bem e deixar descansar. Colocar no forno e aguardar um ou dois anos. O resultado será surpreendente.

É disso que se trata o NESsT Partners, iniciativa inovadora que objetiva ampliar o acesso a recursos financeiros, técnicos e sociais a negócios sociais em estágio inicial. Essa iniciativa é baseada no modelo de *engaged philanthropy* ou *venture philanthropy*, que alavanca recursos e habilidades para a solução de problemas sociais. Por ser um modelo que propõe a participação dos investidores no negócio social, ele constrói relações de longo prazo, ao mesmo tempo em que ensina questões de gestão aos empreendedores sociais e questões sociais aos investidores.

Em quase 20 anos de experiência, nós aprendemos que nem a lógica pura do mercado nem a lógica pura do setor sem fins lucrativos têm sido efetivas para a solução dos principais problemas sociais. Apostamos, então, nessa nova forma de fazer investimento, que é também uma nova forma de fazer filantropia. Negócios sociais têm um *timing* diferente de negócios regulares. Demoram mais para atingir seu *breakeven* e para estar prontos para expansão (vide tempo de forno citado anteriormente). Por isso, precisam de recursos híbridos (doações, doações retornáveis, empréstimos, *equity*) que, combinados e aplicados no estágio certo, contribuirão com seu desenvolvimento.

O NESsT Partners visa trazer para o campo dos negócios sociais mais temperos, conhecimentos, experiências, habilidades, ferramentas, receitas e caminhos para que as escolhas de nossos protagonistas sejam mais certeiras rumo a um impacto social significativo na sociedade.

Acreditamos que a combinação desses distintos ingredientes, na medida exata e no tempo adequado, trará resultado excepcional que agradará aos paladares mais exigentes do mercado. 🍴



US\$ 150 milhões investidos, incluindo investimentos socioambientais

# COMUNIDADE E TURISMO EM HARMONIA

**Braço do Grand Palladium no Terceiro Setor,  
o Instituto Imbassaí promove ações para conscientizar os hóspedes  
e a população local sobre a importância da preservação ambiental**

*Por Marcio Zeppelini e Luciano Guimarães*

Feitos não só da maior conscientização da sociedade sobre a importância de transformar a realidade de quem precisa, mas da necessidade de uma alteração de rota na luta pela preservação do meio ambiente, ações e atividades ligadas à sustentabilidade e às comunidades de entorno têm ganhado cada vez mais espaço no planejamento de empresas por todo o Brasil.

Já há algum tempo, o setor de turismo vem se destacando por investir em empreendimentos considerados “verdes”, construídos ou adaptados para reciclar resíduos orgânicos em composteiras para gerar adubo para hortas próprias, aproveitar água da chuva para lavar o chão e para dar a descarga nos sanitários e gerar energia elétrica e aquecer a água dos chuveiros por meio da luz solar.

Além da economia de dinheiro e da construção de uma reputação positiva perante a sociedade, projetos socioambientais

concebidos pela cadeia produtiva do turismo atraem mais hóspedes e promovem mudanças substanciais no cotidiano das pessoas que, muitas vezes, tiram seu sustento da própria área em que vivem.

O Grand Palladium Imbassaí Resort & Spa poderia ser um bom exemplo desse tipo de empreendimento, entretanto, é mais do que isso. O complexo, com 654 quartos, está localizado na reserva natural de Imbassaí, de frente para o mar da Costa dos Coqueiros e à margem do rio que lhe empresta o nome, cercado de praias virgens, dunas e zonas protegidas, como as praias que recebem tartarugas para a desova.

O estabelecimento vem sobressaindo não pelas suas boas práticas com o meio ambiente, mas por tratar a questão da sustentabilidade pelo pilar da ecologia e também pelas questões culturais e socioeconômicas do entorno, chamado de “turismo inclusivo”.



Moradores do entorno representam 80% da mão de obra

No pilar ambiental, aquela praxe: lixeiras com coleta seletiva, torneiras e iluminação com sensores de presença, lâmpadas de baixo consumo e produtos de limpeza biodegradáveis, que contribuem para mitigar os impactos negativos da operação no ecossistema do entorno.

Além disso, o empreendimento mantém parceria com o Projeto Tamar, proporcionando o suporte necessário para o acompanhamento dos ninhos formados no entorno do *resort*, do resgate de tartarugas machucadas na beira da praia e da soltura de filhotes que nascem nas areias de Imbassaí. Paralelamente, criou um sistema de controle de luminosidade que se adapta para não atrapalhar a desova das tartarugas marinhas.

Todavia, o ponto alto do hotel está nos recursos humanos. Financeiramente não seria tão interessante “importar” mão de obra já capacitada de outros estados que tenham o turismo mais estabelecido. Por isso, antes mesmo de iniciar as obras do complexo, em 2005, os investidores começaram a investir pesado na educação da população que vive no entorno, que amargava uma taxa de quase 37% de analfabetismo. Hoje, passados dez anos, a taxa caiu para 4%. Essa redução ultrapassa a *performance* nacional pelo investimento que o grupo hoteleiro fez na região, oferecendo aulas de inglês, cozinha, informática, entre outros. É um exemplo que deve ser aplaudido e copiado por outros empreendimentos Brasil a fora.

É o caso do auxiliar de recursos humanos do hotel Maquir. “Quando chegamos aqui, ele mal falava, era um menino muito tímido e a educação pública que recebeu mal dava para ele escrever. Virou um homem”, comemora Francisco Oliveira, diretor superintendente do Instituto Imbassaí.

Assim como diversas outras empresas que criam institutos e fundações para cuidar de suas ações filantrópicas, o *resort* também conta com um braço no Terceiro Setor — o Instituto Imbassaí. Criada em 2005, a entidade promove a conscientização



Imbassaí: turismo inclusivo e consciente

da população local, por meio de palestras e cursos voltados para o turismo sustentável.

Paralelamente, o hotel coordena ações de limpeza da Praia de Imbassaí, realizada em conjunto com escolas, idosos, jovens aprendizes, todos moradores da comunidade. O Grand Palladium, por sua vez, promove a Caminhada Ecológica, levando os hóspedes pelo trajeto da foz do Rio Imbassaí até o *resort*, passando pela praia, quando eles são convidados a limpá-la.

Com o apoio do Instituto Imbassaí, o complexo hoteleiro também leva os hóspedes para compartilhar outra experiência inesquecível: o plantio de mudas nativas, como anelím, murta-da-praia, pau-pombo e araticum.

Por conta de iniciativas como as descritas, o empreendimento recebeu, em 2014, a certificação Earth Check – baseada na Agenda 21 da Organização das Nações Unidas (ONU) –, que coroa todas as iniciativas de sustentabilidade relacionadas à preservação do meio ambiente. Criado em 1994, o certificado avalia o desempenho ambiental e o sistema de gerenciamento do ambiente para otimizar a aplicação da política de desenvolvimento sustentável em cada hotel.

## COMUNIDADE

O Instituto Imbassaí, que começou catalogando plantas e animais nativos, também tem ampla atuação com a comunidade do entorno. Parceira de órgãos como o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) e o Sindicato dos Hotéis, a entidade está totalmente envolvida com a comunidade e oferece aulas em igrejas e escolas, atingindo pessoas de todas as idades.

A instituição, sem fins lucrativos, desenvolve ações como o programa Jovem Aprendiz, que orienta e direciona jovens ao mercado de trabalho local, além de promover cursos de capacitação profissional na área hoteleira, aulas de artesanato e alfabetização de adultos. Há também o projeto Bem Viver Imbassaí, com atividades físicas para a terceira idade, tudo em sintonia com o meio ambiente e a comunidade local. 🌊





◀ **WARLEY DIAS** é mestre em Contabilidade e Controladoria pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Diretor nas empresas R&R Auditoria e Consultoria e Value Gestão de Negócios. Professor da pós-graduação em Contabilidade e Gestão para o Terceiro Setor da Faculdade Batista de Minas Gerais (FBMG). Possui larga experiência em auditoria e consultoria no Terceiro Setor.



◀ **RÉGIS MONTEIRO FERREIRA** é mestre em Contabilidade, com MBA Executivo em Finanças e contador. Diretor da R&R Auditoria e Consultoria, da Value Gestão de Negócios Ltda. e da Value Gestão Contábil Ltda.



# GOVERNANÇA CORPORATIVA

O papel da boa gestão na longevidade das instituições do Terceiro Setor

**Q**uando se fala de continuidade das organizações, independentemente do seu porte ou segmento, logo se remete à necessidade de captação de recursos. Ou seja, pelo menos a princípio, a sobrevivência de uma organização parece estar diretamente relacionada com a sua capacidade de obter recursos, seja por fontes externas (financiadores, credores ou governo), seja por geração própria (lucro/superávit).

Contudo, estudos<sup>1</sup> têm demonstrado que fatores associados à gestão, além de questões econômicas, são essenciais para o crescimento sustentável de qualquer organização. Assim, o desenvolvimento e a aplicação da governança corporativa<sup>2</sup> pelas entidades vêm se apresentando como um mecanismo que contribui para a sobrevivência e o crescimento corporativo, por possibilitar o aumento do valor da instituição e facilitar seu acesso ao crédito.

*A aplicação da governança corporativa, aliada à contratação de auditoria externa especializada, aumenta a transparência e a credibilidade das informações divulgadas, bem como o controle operacional e financeiro eficaz*

Nesse contexto, a gestão de uma instituição com boas práticas de governança corporativa deve ser pautada, entre outros fatores, nos seguintes aspectos:



**Relacionamento com as partes interessadas:** garantir relacionamento transparente e de longo prazo com as partes interessadas (por exemplo: financiadores, credores, governo e órgãos reguladores), além de definir estratégia de comunicação com elas.



**Transparência:** assegurar que sejam prestadas informações relevantes, completas, tempestivas e de qualidade às partes interessadas, tanto por força de lei ou regulamento quanto de forma voluntária. Para tanto, o processo de prestação de contas (*accountability*), por meio de emissão de relatórios periódicos, é de suma importância.



**Controles internos:** elaborar sistemas de controles internos, tendo em vista monitorar o cumprimento dos processos operacionais e financeiros, bem como possibilitar uma atitude preventiva, prospectiva e proativa na minimização e antecipação de riscos.

A gestão com governança corporativa passa a ter enfoque na qualidade das informações, tanto no aspecto de prestação de contas como exigência legal quanto na visão da responsabilidade social e econômica. Nesse sentido, esse modelo de gestão possibilita administração mais eficiente, fundamentada em maior nível de procedimentos operacionais e gerenciais.

Adicionalmente, o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC)<sup>3</sup> ressalta que boas práticas de gestão são fortalecidas quando há atuação de auditoria independente, por se tratar de um agente de governança corporativa de grande importância no fortalecimento da transparência, além de auxiliar no processo de melhoria dos procedimentos da instituição, contribuindo para o desenvolvimento e incremento dos índices de governança corporativa.

Assim, a aplicação da governança corporativa, aliada à contratação de auditoria externa especializada no segmento do Terceiro Setor, aumenta a transparência e credibilidade das informações divulgadas, bem como o controle operacional e financeiro eficaz,

e oportuniza processos claros e completos de prestação de contas. Ou seja, o passo primordial para a perpetuidade das instituições, ou, ao menos, ao aumento de sua longevidade, é a sua boa gestão, pois isso credencia as entidades a criarem valor de seu negócio (tanto na visão social que se presta quanto na visão econômica), uma vez que propicia eficiência operacional e administrativa e maior atração de recursos. 📌

#### REFERÊNCIAS

<sup>1</sup>SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (Sebrae). *Sobrevivência das Empresas no Brasil*. São Paulo: Sebrae, 2013; DORNELAS, J. C. A. *Empreendedorismo: transformando ideias em negócios*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

<sup>2</sup>Segundo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), governança corporativa é o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre acionistas/cotistas, conselho de administração, diretoria, auditoria e conselho fiscal.

<sup>3</sup>Segundo o IBGC, governança diz que toda organização deve ter suas demonstrações financeiras auditadas por auditor externo independente. Sua atribuição básica é verificar se as demonstrações financeiras refletem adequadamente a realidade da sociedade.



Museu de Arte Moderna (MAM), São Paulo, SP

# MUSEUS E O VOLUNTARIADO

O ponto de partida para o sucesso de um programa de voluntariado em museus e espaços culturais não é tanto a experiência, mas o entusiasmo e a certeza de que os voluntários são apaixonados pelo tema e encantados com a possibilidade de atuar nesses locais. Uma das

atividades mais praticadas no mundo todo por voluntários nos museus é a acolhida de visitantes. Nos últimos anos, os gestores de voluntários têm realizado treinamentos cada vez mais intensos para se certificar de que eles podem fornecer, com alegria, o melhor serviço possível de “boas-vindas”. Uma oportunidade de

## Número de funcionários dos museus por setor ou especialidade segundo vínculo, Brasil, 2010

Setor/ especialidade	Vínculo							
	Efetivo	Cedido	Função gratificada	Contratado por tempo determinado	Terceirizado	Voluntário	Estagiário/ bolsista	Outro
Diretoria	627	73	335	110	37	409	38	77
Museólogo	232	23	25	33	23	49	86	6
Bibliotecário	191	37	20	29	23	33	78	13
Arquivista	153	17	7	16	12	35	59	2
Conservador	177	39	21	46	77	32	18	30
Pedagogo	166	56	14	36	34	53	44	3
Historiador	307	57	39	50	36	88	273	9
Arquiteto	48	9	6	18	15	26	22	7
Antropólogo	55	3	2	10	4	7	11	3
Administrativo	2040	153	305	261	321	99	336	53
Manutenção	1215	141	434	265	1086	160	6	45
Limpeza	1294	200	23	111	1185	45	6	35
Segurança	1190	190	40	68	1599	17	2	32
Outro	1581	134	75	281	389	476	1492	191

Fonte: [www.museus.gov.br](http://www.museus.gov.br)



promover e de criar memoráveis experiências práticas para quem visita o espaço e certamente também para quem realiza a ação.

Todo voluntário é uma parte integrante do museu, quer atue ou interaja com os visitantes ou trabalhe como apoio com uma equipe de pesquisadores. A atividade pode acontecer na área de comunicação, como divulgadores e conteudistas nas mídias sociais; como mobilizadores de recursos; com a tradução de materiais; e com o apoio administrativo e em eventos pontuais.

O Cadastro Nacional de Museus (CNM) constitui-se em um instrumento do Sistema Brasileiro de Museus (SBM) e tem por objetivo conhecer e integrar o campo museal brasileiro, por meio da coleta, registro e disseminação de informações sobre museus. Segundo o cadastro de 2006, existem 3.200 instituições museológicas no Brasil.

Mas, comparar aspectos do universo dos museus dentro do Brasil e também com outros países, observar aspectos de gestão e ainda de participação de voluntários foi o resultado

de uma relevante publicação de 2011: *Museus em números*. Ela veio com o objetivo de fortalecer o cadastro e para oferecer aos museus os dados estatísticos, levantados pelo CNM, com um olhar multidisciplinar, servindo de referência ao planejamento de políticas públicas, ao desenvolvimento de pesquisas e um convite a participação social. A publicação, produzida pelo Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), órgão do Ministério da Cultura, tem a grande expectativa de que, com esses dados e análises, os museus do Brasil possam estimular o envolvimento da sociedade civil, não só ampliando o número de visitas, mas também como um convite a participar, seja por meio das associações de amigos, clube de sócios e, principalmente, como acontece em tantos outros países do mundo, por meio do voluntariado. A partir desses dados e investigações é possível propor novos rumos. Pensar na participação do voluntariado nos museus ainda é um grande desafio no Brasil.

#### Quantidade de museus mapeados e cadastrados, segundo unidades da federação e grandes regiões, Brasil, 2010

Unidade da Federação	Total de Museus Mapeados		Museus Cadastrados no CNM	
	Frequência simples	%	Frequência simples	%
<b>BRASIL</b>	<b>3.025</b>	<b>100,0</b>	<b>1.500</b>	<b>100,0</b>
<b>Norte</b>	<b>146</b>	<b>4,8</b>	<b>70</b>	<b>4,7</b>
Rondônia	15	0,5	4	4,7
Acre	23	0,8	11	0,7
Amazonas	41	1,4	17	1,1
Roraima	6	0,2	1	0,1
Pará	42	1,4	27	1,8
Amapá	9	0,3	7	0,5
Tocantins	10	0,3	3	0,2
<b>Nordeste</b>	<b>632</b>	<b>20,9</b>	<b>273</b>	<b>18,2</b>
Maranhão	23	0,8	11	0,7
Piauí	32	1,1	10	0,7
Ceará	113	3,7	55	3,7
Rio Grande do Norte	65	2,1	30	2,0
Paraíba	63	2,1	14	0,9
Pernambuco	98	3,2	46	3,1
Alagoas	61	2,0	26	1,7
Sergipe	25	0,8	10	0,7
Bahia	152	5,0	71	4,7
<b>Sudeste</b>	<b>1.151</b>	<b>38,0</b>	<b>571</b>	<b>38,1</b>
Minas Gerais	319	10,5	165	11,0
Espírito Santos	61	2,0	26	1,7
Rio de Janeiro	254	8,4	118	7,9
São Paulo	517	17,1	262	17,5
<b>Sul</b>	<b>878</b>	<b>29,0</b>	<b>453</b>	<b>30,2</b>
Paraná	282	9,3	99	6,6
Santa Catarina	199	6,6	119	7,9
Rio Grande do Sul	397	13,1	235	15,7
<b>Centro-Oeste</b>	<b>218</b>	<b>7,2</b>	<b>133</b>	<b>8,9</b>
Mato Grosso do Sul	54	1,8	27	1,8
Mato Grosso	43	1,4	28	1,9
Goiás	61	2,0	39	2,6
Distrito Federal	60	2,0	39	2,6

Fonte: [www.museus.gov.br](http://www.museus.gov.br)

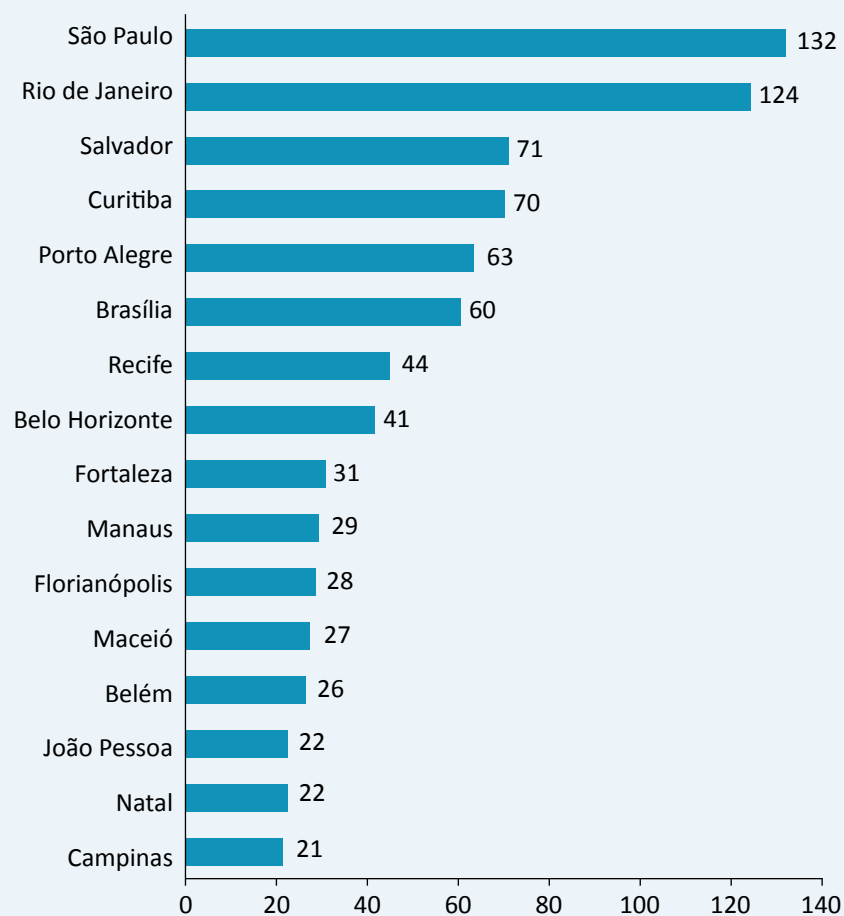
Os voluntários participam de associações de amigos de museus e em conselhos. Oficinas, cursos e, principalmente, o intercâmbio com museus de outros países têm sido fundamentais para inserir o voluntariado em diferentes áreas.

Oportunidades de voluntariado em museus, centros culturais, memoriais, bibliotecas e ainda em espaços e pontos de cultura:

- atendimento ao público;
- acompanhamento dos visitantes;
- captação de novos sócios;
- recepção;
- apoio administrativo;
- apoio no arquivo;
- atualização de banco de dados de parceiros e sócios;
- direção, gestão e conselho das associações de amigos de museus;
- tradução de documentos e de catálogos de exposições;
- apoio a área de comunicação;
- produção de boletim eletrônico;
- atualização e construção de conteúdo para site e mídias sociais;
- divulgação das exposições, atividades educativas e eventos;
- apoio à área de museologia com pesquisa e na conservação de documentos e objetos;
- apoio nas oficinas de artes, fotografia e história da arte;
- participação em cursos e eventos externos;
- visitas a outros museus para intercâmbio e troca de experiências;
- captação de recursos financeiros e materiais;
- mobilização de recursos humanos, ampliando quadro de parceiros e apoiadores;
- gestão de voluntários, associados e parceiros.

Existem muitas maneiras importantes de os voluntários contribuírem, tornando-os um dos recursos reconhecidamente relevantes também nos museus do Brasil e de todo o mundo. 🇧🇷

#### Cidades com o maior número de museus, Brasil, 2010



Fonte: [www.museus.gov.br](http://www.museus.gov.br)

# FILANTROPIA

FAÇA PARTE DA  
MAIOR REDE DE  
CONHECIMENTO  
TÉCNICO E DE GESTÃO  
DE ORGANIZAÇÕES  
SOCIAIS!

AFILIE-SE:

[www.institutofilantropia.org.br](http://www.institutofilantropia.org.br)





# O DESAFIO DO ENGAJAMENTO

## Voluntariado em tempos de crise

**V**ivemos em um mundo em que a tecnologia passou a dominar a forma de nos conectarmos com as pessoas. E o engajamento, de maneira geral, virou um dos principais desafios do mundo moderno. A era do excesso de informações dá voz a todos, mas faz com que nos percamos em nossos processos de escolhas devido à quantidade exorbitante de opções. O engajamento requer interação, envolvimento, é o

famoso “jogar junto”. Só que, para isso, é preciso querer participar do time.

Com tantas opções disponíveis, a escolha do time fica ainda mais difícil. Quantas mensagens você recebe por dia? Sejam elas e-mails, correspondências, SMS, WhatsApp e comunicados de forma geral. Esse bombardeio de informações nos deixa sem tempo e sem interesse em analisar tudo o que recebemos, e acabamos

## Um gestor que conhece seus voluntários é capaz de valorizar suas ações e pode desencadear uma série de emoções positivas, com alto potencial de aumentar a motivação deles

filtrando aquilo que queremos. Nosso filtro está ligado com o que nos identificamos ou procuramos em determinado momento.

Na hora de estabelecer estratégias para engajar e motivar voluntários, poucos gestores pensam nisso. Essas estratégias estão intimamente relacionadas à comunicação. Como vencer as barreiras e conquistar voluntários para que eles, de fato, queiram jogar junto e sintam-se parte do time? As estratégias de comunicação convencionais visam somente passar a mensagem, sem se preocuparem em causar emoções que despertem esse sentimento de pertencimento.

Vivemos em um contexto extremamente desmotivador. Desemprego batendo recorde, crise política, bolsa de valores “brincando” de roleta russa; tudo isso faz com que a tensão no ambiente corporativo só vá aumentando. A desmotivação é geral dentro das empresas, e programas de voluntariado e projetos sociais são dolorosamente afetados. Esse ambiente angustiante e tenso é contagioso e dificulta qualquer ação de engajamento. A boa notícia é que dá para reverter esse círculo vicioso. Como? Fazendo o círculo girar para o outro lado, estimulando emoções positivas.

Barbara Fredrickson, renomada psicóloga americana e escritora do livro *Love 2.0*, afirma que o aumento de emoções positivas na vida é capaz de melhorar a nossa conexão com os outros, gerando felicidade e até beneficiando nosso sistema imunológico e evitando doenças. Erramos ao acreditar que sentimos emoções de forma passiva; nós podemos, sim, influenciar nossas atitudes para que, ao final do dia, as positivas sejam superiores às negativas. E o resultado disso pode ser impressionante.

Se exercermos o poder de influenciar pessoas para que elas possam ter mais emoções positivas, aumentamos nosso engajamento com elas. Um gestor que conhece seus voluntários é capaz de valorizar suas ações e pode desencadear uma série de emoções positivas com alto potencial de aumentar a motivação deles.

Para definir quais ferramentas utilizar nesse processo, é preciso pensar um pouco fora da caixa. Lembre-se: é necessário repensar as estratégias de comunicação, libertar-se das ideias convencionais e buscar formas de utilizar a tecnologia a nosso favor. Para um programa com grande número de voluntários, é preciso criar ferramentas de interação, visando à troca de informações e maior aproximação com os envolvidos. Só não vale criar ferramentas e não utilizá-las.

Em grupos menores, pode-se fazer pequenos eventos ou reuniões, ou até um bate-papo com o objetivo de conhecê-los, entender suas angústias e buscar caminhos que os levem a sentir mais emoções positivas. A chave do sucesso é conhecer o seu voluntário.

É muito importante ter momentos de troca quando se está acostumado a oferecer ações, demandar tarefas, fazer gincanas, lançar desafios, e não com momentos de valorizar as atuações e escutar o que os voluntários têm a dizer. Isso diminui o senso de pertencimento e, conseqüentemente, enfraquece o engajamento. A partir do momento em que você conhece seus voluntários, torna-se mais fácil criar estratégias de comunicação e propor atividades que estimulem as emoções positivas.

Exercite a sua conexão com as pessoas. Experimente controlar suas emoções e fazer a balança pender mais para o lado positivo. Faça um teste: avalie a sua conexão com as pessoas ao seu redor. Escolha três pessoas por dia e dê uma nota de 0 a 10 para sua conexão com cada uma delas. Pense em sintonia e proximidade. Ao final da semana, avalie as notas que você se deu. Isso fará você prestar atenção como se relaciona com as pessoas.

### DICAS PARA AUMENTAR O ENGAJAMENTO COM OS VOLUNTÁRIOS:

- ✓ Utilize a estratégia da “positividade” em toda a sua comunicação. Estimule emoções positivas.
- ✓ Comece a avaliar a sua conexão com as pessoas diariamente.
- ✓ Mantenha um canal de diálogo aberto com os voluntários e incentive-os a utilizá-lo.
- ✓ Crie iniciativas, programas, ações e políticas de forma participativa e envolvente.
- ✓ Estabeleça momentos periódicos de *brainstorming* com outras pessoas de seu time ou com um grupo de voluntários somente para terem ideias.
- ✓ Conheça seus voluntários.

Claro que ninguém vive somente do positivo; o negativo também é importante para aprendermos e nos fortalecermos. O segredo é fazer a balança pender para o lado que te favorece.

Lembre-se que todo problema, por mais difícil que seja, também vem acompanhado de uma oportunidade. Tudo está na nossa forma de ver as coisas. 📌



# MAIS VALIOSOS QUE DINHEIRO

**Organizações sociais investem e incentivam seus profissionais e voluntários a buscar constante conhecimento, provando que crescimento e realização pessoais não têm preço no Terceiro Setor**

*Por Luciano Guimarães*

*Jean-Luc Picard (Patrick Stewart): — A economia do futuro é um pouco diferente. O dinheiro não existe no século XXIV.*

*Lily Sloane (Alfre Woodard): — Nenhum dinheiro!? Isso significa que você não recebe pagamento?*

*Jean-Luc Picard (Patrick Stewart): — A aquisição de riqueza já não é a força motriz de nossas vidas. Trabalhamos para melhorar a nós mesmos e o resto da humanidade.*

Travado no filme *Jornada nas estrelas: primeiro contato*, exibido nos cinemas em 1996, o diálogo entre o capitão da nave estelar *Enterprise* e sua mais nova aliada ilustra, especialmente na última fala, o desejo da maioria das pessoas que atua no Terceiro Setor,

independentemente se elas trabalham em troca de um pagamento mensal ou se prestam serviços voluntariamente. No fundo, todos desejam se tornar pessoas melhores.

Enquanto o mundo ainda estiver baseado na riqueza do dinheiro, portanto longe do que nos apresenta a indústria cinematográfica, os profissionais que fazem parte de alguma organização sem fins lucrativos continuarão buscando o crescimento pessoal e o desenvolvimento de habilidades por meio da constante participação em processos de educação continuada.

Cada entidade construiu, com o passar do tempo, sua própria política de difusão de conhecimento, seja simplesmente estimulando os colaboradores a frequentar cursos e eventos,



seja contribuindo financeiramente — em alguns casos — para facilitar a formação técnica requerida segundo a função de cada indivíduo na instituição.

“O impacto é importantíssimo e positivo. Embora seja um investimento de longo prazo, a capacitação dos profissionais do Terceiro Setor faz toda a diferença na eficiência dos trabalhos realizados pelas instituições”, afirma Thaís Iannarelli, diretora executiva do Instituto Filantropia e editora da **Revista Filantropia**.

Apesar de ter sido divulgada praticamente há um ano, uma pesquisa promovida pelo IF com 223 participantes, direcionada para identificar a importância da capacitação técnica de equipes multidisciplinares, revelou que apenas 7,6% dos participantes informaram não ter realizado investimentos em capacitação nem pretender fazê-lo.

De acordo com o levantamento divulgado na edição 74 da **Revista Filantropia**, ao contrário dessa minoria, 17% indicaram ter planos de investir em capacitação nos próximos três anos, enquanto 66,4% disseram já investir. “Após o investimento em capacitação, 52,9% das organizações não governamentais (ONGs) consideraram que os resultados, em termos de captação de recursos e de parceiros, melhoraram um pouco, enquanto outros 10,8% ponderaram que evoluíram muito. Ou seja, mais da metade dos respondentes vislumbrou na capacitação uma ferramenta de melhoria na área de captação de recursos”, argumenta Thaís.

Embora o IF promova, em média, 180 treinamentos por ano (imersões, oficinas, cursos de oito horas, palestras e debates), tenha quatro mil afiliados e conte com mais de 100 palestrantes, a “menina dos olhos” da entidade é o Fórum Interamericano de Filantropia Estratégica (FIFE), que neste ano recebeu 581 participantes de todo o Brasil, os quais atualizaram conhecimentos sobre o Terceiro Setor. Em 2017, o evento será realizado de 4 a 7 de abril, em Foz do Iguaçu (PR).

“Desde o início da nossa atuação, muitas coisas mudaram no Terceiro Setor como um todo, inclusive a forma de pensar dos gestores. A visão estratégica e sistêmica, hoje, é muito mais presente na gestão das instituições, assim como a importância dada ao planejamento e à sustentabilidade das ações”, avalia a gestora.

Segundo ela, também se perdeu um pouco — embora ainda não totalmente — daquele mito de que as instituições não podem ter superávit no fechamento de suas contas, afinal ele é necessário para que a instituição possa reinvesti-lo em sua causa. “Outra questão polêmica e que tem relação direta com a capacitação é a da remuneração de dirigentes, e treinamentos sobre esse tema têm sido cada vez mais procurados”, salienta.

Para a diretora da GFAI Coaching, Rebeca Toyama, um dos grandes desafios da educação continuada no Terceiro Setor é conseguir se comunicar de forma efetiva com o segmento. “Porém isso costuma acontecer, também, em outros setores. Todavia, uma vez que essa primeira barreira seja superada, a educação continuada torna-se peça-chave para o desenvolvimento de todos os envolvidos”, argumenta.

A especialista acredita que, hoje, a maior habilidade não está relacionada a saber, mas à capacidade de aprender, ligada à habilidade de ler cenários e entender suas demandas e prioridades.



**Claudia Buzzette Calais, da Fundação Bunge:**  
*“profissionais da entidade passam anualmente por formação em gestão de processos e pessoas”*



**Rebeca Toyama, da GFAI Coaching:** *“educação continuada torna-se peça-chave para o desenvolvimento de todos os envolvidos”*



**Alessandra Zeppelini, especialista em RH:**  
*“coaching apoia o desenvolvimento da carreira do profissional”*



**Thaís Iannarelli, da Rede Filantropia:**  
“gestores mudaram forma de pensar”



**Marisa Ohashi, do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas:** “atual panorama do Terceiro Setor nacional corrobora a busca por benefícios intangíveis”



**Silvia Espesani, do Instituto Ayrton Senna:**  
“entidade proporciona oportunidades para desenvolver habilidades e competências socioemocionais”

“Cada vez fica mais fácil mensurar os benefícios intangíveis por meio dos resultados tangíveis, especialmente visto que resolução de problemas, aprimoramento de trabalho em equipe, comunicação e liderança são as competências mais procuradas em processos seletivos”, destaca.

Da mesma maneira, a educação continuada viabiliza essa atualização dos profissionais em novos processos de gestão, em tendências e ferramentas de atração e retenção de colaboradores, atualização de conhecimentos técnicos, conceitos e atuação na liderança.

“Os profissionais de quaisquer níveis podem se beneficiar não só da aquisição de novos conhecimentos, mas da oportunidade que as ações de treinamento e capacitação geram de repensar formas correntes de atuação, ter novos *insights* sobre conhecimentos já consolidados, além de novos pontos de vista adquiridos por meio de discussões em grupo, seja em salas de aula presenciais, seja em situações colaborativas a distância”, afirma a especialista em Recursos Humanos, Alessandra Zeppelini.

A especialista acrescenta que ferramentas como o *coaching*, que se destina a apoiar o desenvolvimento da carreira do profissional, colaboram para um desenvolvimento profissional muito consistente, desde que bem conduzido por profissional formado e certificado em boas instituições. É fundamentalmente um processo de facilitação conduzido pelo *coach* para que o próprio indivíduo (*coachee*) descubra suas habilidades e pontos fortes.

“É por meio desse reforço das habilidades que os *coachees* conseguem traçar planos para lidar com suas fraquezas. O *coaching* bem conduzido leva o indivíduo a estabelecer seus próprios planos de ação, os quais devem ser concretos, bem delimitados e factíveis, para que possam trabalhar nas dificuldades do indivíduo”, ressalta Alessandra.

Tão fundamental quanto participar desse processo, é identificar os temas adequados, os que de fato agregarão valores ao profissional, à sua organização e à sociedade. “Quanto mais alinhado o conteúdo aos desafios, maior será o impacto”, concorda Rebeca.

## PROGRESSO

A evolução do profissionalismo atingido pelo Terceiro Setor brasileiro, sobretudo na última década, é marcante, na opinião da diretora executiva da Fundação Bunge Claudia Buzzette Calais. “Fundações, ONGs e institutos sempre foram muito cobrados por transparência em seus processos, tanto da sociedade quanto das empresas mantenedoras ou financiadoras de projetos”, comenta.

No caso da entidade que dirige, especificamente, essa profissionalização se reflete muito na estrutura de treinamentos e capacitações. Lá, os gestores passam todos os anos por formação em gestão de processos e pessoas para garantir a melhoria contínua dos projetos e a otimização dos recursos materiais e humanos.

Esse esforço levou a atividades envolvendo os 500 voluntários da fundação e os colaboradores da Bunge Brasil, em 2015, a participar de 185 formações e 182 ações de voluntariado, o que correspondeu a 8.233 horas voluntárias. “Esses trabalhos

conjuntos entre voluntariado e capacitações geram um grande sentimento de pertencimento ao projeto, resultando em um amplo engajamento, que nos garante uma participação de quase 100% desses voluntários nos projetos da organização social”, ressalta Claudia.

A executiva reitera que a ação voluntária contribui também para o desenvolvimento de habilidades profissionais importantes como comunicação, negociação, multifuncionalidade, melhor gestão de tempo e trabalho em equipe, habilidades que todo voluntário precisa ter. “E isso acaba migrando também para o ambiente de trabalho”, complementa.

### RENOVAÇÃO

Atualmente, passando por um profundo processo de renovação de suas políticas internas, a fim de adaptá-las à gestão por competências — tendência evidente no Terceiro Setor e também na iniciativa privada —, o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife) está criando um sistema de gestão que organiza e dá coerência, de modo global, aos processos de recursos humanos.

“Identificamos as competências organizacionais com base no mapa estratégico do Gife, e as competências que cada um deve ter para que realize suas atividades de maneira mais incisiva, contribuindo mais com os objetivos da organização. Com isso, conseguimos identificar quais são as lacunas que devem ser trabalhadas individualmente com treinamento e desenvolvimento”, argumenta a gerente administrativo-financeira da entidade, Marisa Ohashi.

Se por um lado a organização investe em treinamentos que são de fato necessários e relevantes, por outro, opina a gestora, a equipe passa a ter mais clareza sobre o que é esperado dela e o que é preciso desenvolver em relação às competências para a execução de suas atividades. “E sabe ainda que isso será incentivado pela organização”, reitera.

Para Marisa, o atual panorama do Terceiro Setor nacional corrobora a busca por benefícios intangíveis como desenvolvimento pessoal, propósito, conexões, identidade de valores, entre outros, bastante valorizados em uma equipe fortemente engajada, como é o caso de muitas organizações da sociedade civil (OSCs).

“Nesse sentido, a capacitação profissional tem papel importante tanto para o funcionário que busca seu desenvolvimento como também para a organização, que busca continuamente manter uma equipe mais qualificada e motivada”, complementa a executiva do Gife.

### CONEXÃO

Considerado um exemplo de gestão, o Instituto Ayrton Senna alinhou suas políticas de recursos humanos não somente aos valores da entidade, mas também às estratégias das soluções educacionais levadas para a linha de frente, isto é, para as



**Felipe Mello, do Canto Cidadão:**

*“busca por benefícios intangíveis no Terceiro Setor recebeu contribuição de profissionais que migraram da iniciativa privada”*



**Márcia Pregnoatto, da Fundación Avina:**

*“o dinheiro não é encarado como o único objetivo de quem atua em uma ONG”*

escolas, onde o fio condutor é o desenvolvimento integral do indivíduo por meio do incremento das habilidades cognitivas e socioemocionais de cada um.

A missão é preparar o aluno para ser bem-sucedido na escola e na vida, sabendo reconhecer e acreditando nas suas potencialidades e aproveitando as oportunidades. “Com essa prática interna, oferecemos para os 140 profissionais do instituto – todos eles contratados pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) – oportunidades para desenvolver habilidades e competências socioemocionais, ampliar conhecimentos e vivenciar experiências desafiadoras, sempre com o apoio de consultorias e metodologias modernas”, explica a gerente executiva de recursos humanos Silvia Espesani.



A busca pelos benefícios intangíveis aparece também na forma como os colaboradores do Instituto Ayrton Senna, presidido por Viviane Senna, relacionam-se com a própria organização social.

“Estão no nosso DNA o respeito mútuo, as relações de colaboração e a capacidade de trabalhar em time, o que torna o ambiente de trabalho muito diferenciado. Aqui as pessoas trabalham com paixão e é onde elas encontram um sentido maior, porque estão totalmente conectadas a uma causa e contribuindo para a transformação da vida de milhões de crianças e jovens. Isso não tem preço”, comemora.

### MIGRAÇÃO

A educação, inicial ou contínua, é condição essencial para a melhoria dos resultados no Terceiro Setor. É imprescindível que as organizações sociais ofereçam aos seus públicos interno e externo oportunidades de qualificação de seus talentos. O motivo é bastante claro: os desafios sociais estão em constante movimento, em mutação, assim como o perfil do público atendido.

A opinião é do diretor fundador da ONG Canto Cidadão, Felipe Mello. “A dinâmica social ganha contornos novos a todo instante. Assim, há uma demanda por soluções inovadoras, que tenham a capacidade de compreender as novas nuances, propondo ações capazes de amenizar ou solucionar questões do dia de hoje.”

De acordo com o gestor, há também uma série de outras questões que acompanham esse movimento, especialmente a incorporação de técnicas e talentos mais profissionais na gestão social. “Novamente, também por isso, não há como escapar da educação continuada, caso se queira manter e ampliar os programas existentes”, reforça.

A busca por benefícios intangíveis no Terceiro Setor também tem sua parcela de contribuição na cultura trazida pelos profissionais que todos os anos — e há muito tempo — vêm migrando da iniciativa privada e realocando-se em cargos e funções com características bem similares àquelas dos empregos que exerciam anteriormente.

“De fato, isso também seguirá determinando quais são as atividades que perdurarão. Sem profissionais cada vez mais qualificados, dificilmente uma organização seguirá cativando investidores, voluntários e aprovação coletiva. Hoje em dia, inclusive e felizmente, a vigilância sobre o bom uso de recursos — seja na esfera governamental, seja no Terceiro Setor — exige uma gestão excepcional e transparente”, pondera Mello.

Em termos instrumentais, avalia o gestor, os avanços são nítidos. “Com mais acesso a dados e informações, os erros passaram a ser dragões menos assustadores, mas ainda devemos muito a nós mesmos em se tratando de evitar erros recorrentes de relacionamento. Estou falando, acima de tudo, de uma visão mais

sistêmica e menos dirigida exclusivamente à causa direta da organização e ética. Os desafios cotidianos muitas vezes impedem o investimento de tempo em parcerias, trabalhos conjuntos, interferência nas políticas públicas”, argumenta.

O diretor da ONG assinala que os bons treinamentos serão um importante fiel da balança no Terceiro Setor. “Digo os bons, porque há muitas ofertas de baixo nível”. Segundo ele, no Canto Cidadão, que possui equipe remunerada direta e indireta — que varia de acordo com os projetos em curso — de aproximadamente 25 pessoas e mais de 300 voluntários —, os colaboradores são instigados a passar por treinamentos capazes de estimular o pensamento inovador.

“Nossas soluções sociais precisam de mentes e olhares atentos, dispostos e repletos de repertórios capazes de desafiar a estrutura estabelecida. E os nossos treinamentos também proporcionam um olhar muito especial aos nossos voluntários, uma vez que eles aceitam o desafio de caminhar conosco na realização de atividades sociais desafiadoras”, frisa o dirigente.

### MULTICULTURALISMO

Presente em 21 países da América Latina e do Caribe — 14 fisicamente e 7 por meio de parcerias e redes —, a Fundación Avina atua na geração de mudanças em grande escala para o desenvolvimento sustentável por meio da construção de processos de colaboração entre atores de diferentes setores.

Com 85 colaboradores que exprimem o multiculturalismo do continente, a organização atua em uma realidade muito particular, sem concentração de equipes e trabalhando por programas. “Acredito que uma organização deve gerar oportunidades para estimular a aprendizagem de seus colaboradores”, enfatiza a diretora de desenvolvimento humano da entidade, Márcia Pregnoatto.

Esse pensamento é demonstrado por meio da adoção de um modelo de designação de tempo para que os colaboradores possam se programar para novas oportunidades de aprendizagem. Anualmente, a Avina direciona US\$ 200 por profissionais, para que cada um deles possa participar de treinamentos externos.

“Além disso, usamos recursos de *webinars* para conectar os profissionais que ficam nos países onde atuamos. Criamos a plataforma LabCIS, um ambiente digital de aprendizagem para os colaboradores da Avina e que futuramente atenderá os empreendedores por meio do conceito de *e-learning*”, comenta a gestora.

De fato, salienta a executiva, o dinheiro não é encarado como o único objetivo para aqueles que desejam crescer pessoal e profissionalmente, de maneira especial no Terceiro Setor. “Além de constantemente ajudar quem necessita, é evidente a busca por uma evolução que os tornem seres humanos melhores”, conclui Márcia. 📖



# ENTRE ERROS E ACERTOS

**Legislações que formam o arcabouço do Marco Regulatório do Terceiro Setor ainda precisam de ajustes para beneficiar as organizações da sociedade civil e as pessoas atendidas por elas**

*Por Luciano Guimarães*

**A**inda que a Lei n.º 13.204/2015 tenha alterado, no fim do ano passado, partes do Marco Regulatório do Terceiro Setor (Lei n.º 13.019/2014) — antes mesmo de sua entrada em vigor — e esclarecido pontos considerados duvidosos e obscuros, infelizmente o texto final não abarcou todas as lacunas trazidas pela legislação. Para a União, o Distrito Federal e os estados, a legislação está valendo desde o último dia 23 de janeiro e passará a abarcar os municípios somente em 1.º de janeiro de 2017.

“O legislador perdeu uma grande oportunidade ao deixar de tratar, por exemplo, de critérios financeiros para a dispensa do chamamento público”, argumenta a advogada e contadora Renata Lima, sócia e coordenadora nacional do Núcleo de Terceiro Setor do escritório Nelson Wilians & Advogados Associados.

Segundo ela, com a redação atual da lei, o procedimento do chamamento público é a regra a ser aplicada a todas as parcerias, independentemente do montante envolvido. Ou seja, uma parceria anual

de R\$ 10 mil exige o mesmo procedimento do que uma parceria de R\$ 1 milhão para igual período. “Ora, isso é tratar o desigual de forma igual e burocratizar todas as parcerias, tendo em vista que as exigências são as mesmas para contratação, monitoramento e avaliação”, lamenta.

A advogada vai mais além em sua análise, reiterando que outra preocupação dos gestores das 322.890 organizações sociais brasileiras, conforme o Mapa das Organizações da Sociedade Civil (base 2013), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), é o fato de que a criação de novas regras não pode ser feita por meio de regulamento, pois esse instrumento não tem poder de legislar, estando ele apto tão somente para estabelecer normas que têm por intuito o fiel cumprimento da lei.

Publicado em 28 de abril deste ano, 95 dias após a entrada em vigor da Lei n.º 13.019/2014, o Decreto n.º 8.726/2016, que regulamentou tal lei, dispõe sobre regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública federal e as organizações da sociedade civil (OSCs).

De acordo com a advogada Renata Lima, esse mesmo decreto vai dispor sobre as regras e os procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública federal e as OSCs. “Simplificando, o decreto visa regulamentar as tratativas entre as OSCs e o poder público federal, devendo cada estado e município dispor de seus decretos regulamentares para futuras parcerias com as OSCs em nível estadual e municipal, respectivamente”, afirma a especialista.

## INOVAÇÕES

A Lei n.º 13.019/2014 também traz pontos positivos que beneficiam as organizações sociais. “O texto deixa claro, por exemplo, que os recursos destinados aos fundos, como o da criança e do adolescente, o do idoso, o da defesa dos direitos difusos, entre outros, serão empregados na realização de políticas públicas por meio de chamamento público — procedimento obrigatório de seleção — e poderá ou não ser realizado pelo conselho gestor de cada fundo específico”, comenta o advogado Guilherme Reis, sócio-diretor do escritório Nelson Wilians & Advogados Associados, especialista em direito do Terceiro Setor e direito tributário.

“Outra inovação tratada no regulamento diz respeito à possibilidade de incluir no plano de trabalho os custos indiretos necessários à execução do objeto, despesas como internet, transporte, aluguel, telefone, consumo de água e luz, bem como remuneração de serviços contábeis e de assessoria jurídica”, explica.

Paralelamente, a legislação prevê a possibilidade de restrição, no edital, da seleção de propostas apresentadas exclusivamente por concorrentes sediados ou com representação atuante e reconhecida na unidade da federação em que será executado o objeto da parceria.

“Foi algo inovador, pois antes uma entidade sediada em qualquer rincão deste país poderia participar de qualquer edital de chamamento público, ainda que a entidade ganhadora jamais conhecesse as reais necessidades daquela sociedade que participou do edital”, exemplifica Guilherme Reis.

## PARCERIAS

Os números do Mapa das Organizações da Sociedade Civil mostram que existem 8.679 parcerias em andamento no país — 3.989 na Região Sudeste, 2.290 no Sul, 1.417 no Nordeste, 771 no Centro-Oeste e 212 no Norte. Para dar conta desse universo, as OSCs têm vínculo empregatício com 2,176 milhões de pessoas, segundo o Ministério do Trabalho.

De acordo com a Lei n.º 13.019/2014, para a celebração das parcerias previstas na legislação, as OSCs devem inserir em seus estatutos três requisitos obrigatórios. O primeiro determina que os objetivos precisam ser voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social. O segundo estabelece que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido seja transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da lei e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta. O terceiro e último obriga que a escrituração esteja de acordo com

os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade.

“O segundo requisito poderá ensejar diversas dúvidas, pois não cuidou o legislador de observar as outras legislações que regem o Terceiro Setor e que apresentam a mesma obrigação, porém destinadas às outras entidades, e que, se modificada a redação conforme quer a Lei n.º 13.019/2014, poderá acarretar sérios problemas, por exemplo, para as entidades que possuem Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social (Cebas)”, alerta a advogada Renata Lima.

Isso porque, reforça a especialista, a Lei n.º 12.101/2009, que dispõe sobre a Cebas, determina em seu artigo 3.º, inciso II, que o estatuto “preveja, em seus atos constitutivos, em caso de dissolução ou extinção, a destinação do eventual patrimônio remanescente a entidades sem fins lucrativos congêneres ou a entidades públicas”.

Tamanha rigidez se dá por causa do grande volume de recursos que circula nesse sistema. Entre 2009 e 2015, segundo o Mapa do Ipea, o valor dos recursos públicos destinados às OSCs, por base de origem, chegou a R\$ 39,8 bilhões, sendo R\$ 32,586 bilhões advindos do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), R\$ 4,386 bilhões do Sistema de Convênios (Siconv), 2,8 bilhões da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e R\$ 39 milhões de lei de incentivo à cultura.

## BENEFÍCIOS E LACUNAS

Com o advento da Lei n.º 13.019/2014, todas as OSCs, independentemente de título ou de certificação, fazem jus a determinados benefícios. Poderão receber doações de empresas, até o limite de 2% de sua receita bruta; auferir bens móveis considerados irrecuperáveis, apreendidos, abandonados ou disponíveis, administrados pela Secretaria da Receita Federal; e distribuir ou prometer distribuir prêmios, mediante sorteios, vale-brindes, concursos ou operações assemelhadas, com o intuito de arrecadar recursos adicionais destinados à sua manutenção ou a seu custeio.

“Entre os benefícios apontados, a possibilidade de receber doações, até o limite de 2% da sua receita bruta de empresas sob o regime do lucro real, é o de maior relevância, pois passa a ser uma nova fonte de receita para as entidades que antes não possuíam essa possibilidade”, concordam Renata Lima e Guilherme Reis, autores do recém-lançado livro *Imunidade tributária para o Terceiro Setor* (2016).

“Ocorre que, na prática, a questão não é tão simples como parece. A Lei n.º 13.019/2014 permite que as OSCs recebam até 2% da receita bruta, mas a Lei n.º 9.249/1995, que alterou a legislação do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), só permite que as empresas deduzam suas doações até o limite de 2% do lucro operacional, e não da receita bruta”, reiteram os advogados.

Problema bem comum no Brasil, o atrito entre duas legislações retrata as dificuldades que diversos setores enfrentam no país, por causa de legisladores que desconhecem o funcionamento das leis e, em muitos casos, são refratários a pedidos de mudanças necessárias.



As OSCs passaram a ter três conceitos diferentes de acordo com o artigo 2.º da Lei n.º 13.019/2014:

**ENTIDADES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS:** não distribuem entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva;

**SOCIEDADES COOPERATIVAS:** previstas na Lei n.º 9.867, de 10 de novembro de 1999, são aquelas integradas por pessoas em situação de risco ou vulnerabilidade pessoal ou social; as alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e de geração de trabalho e renda; as voltadas para o fomento, a educação e a capacitação de trabalhadores rurais ou capacitação de agentes de assistência técnica e extensão rural; e as capacitadas para execução de atividades ou de projetos de interesse público e de cunho social;

**ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS:** aquelas que se dedicam a atividades ou a projetos de interesse público e de cunho social distintas das destinadas a fins exclusivamente religiosos.

## SÍNTESE DA LINHA DO TEMPO DO MARCO REGULATÓRIO DAS OSCS



Fonte: Secretaria de Governo da Presidência da República – Governo Federal

Em resumo, por causa desse conflito legislativo, enquanto as OSCs podem receber doações, as empresas privadas não têm permissão para doar. “O curioso é que o governo federal alterou a Lei n.º 9.249/1995, por meio da Lei n.º 13.204/2015, para que fosse permitida a doação às OSCs, independentemente de certificação. Entretanto poderia ter feito constar nessa legislação que a dedução seria da receita bruta, mas não fez e deixou uma lacuna

em um ponto crucial e de maior dificuldade para as OSCs, que é a captação de recursos”, avaliam Renata e Guilherme.

Dessa forma, em meio a tantas dificuldades que já permeiam o dia a dia das entidades sem fins lucrativos, “o governo federal deixou passar uma grande oportunidade para fortalecer as OSCs, permitindo que elas desenvolvam suas atividades apoiadas pela iniciativa privada. Uma pena”, concluem os advogados. 📌



◀ **MARCOS BIASIOLI** é advogado, consultor jurídico do Terceiro Setor, titular da M. Biasoli Advogados, idealizador e membro do conselho editorial da *Revista Filantropia*.



◀ **RODRIGO PINHEIRO NAKO** é coordenador jurídico da M. Biasoli Advogados e colunista da *Revista Filantropia*.



## COMPLIANCE DO TERCEIRO SETOR

**A** assistência social, quando tratada como “filantropia” – fruto de altruísmo individual –, influenciada pela sapiência das escrituras sagradas – “tu, porém, quando deres uma esmola ou ajuda, não deixes tua mão esquerda saber o que faz a direita. Para que a tua obra de caridade fique em secreto: e teu Pai, que vê em secreto, te recompensará” (Mateus 6:3, 6:6) –, era exercida meramente sob a regência de uma única lei: a do amor. Quanto mais anônima e secreta, maior era. Para muitos, ainda

é a eloquência da dimensão do amor ao próximo, sinônimo maior do caminho pavimentado ao céu.

Enquanto o sopão, as roupas, o abrigo, a palavra, o incentivo e até mesmo a profissão da fé eram imperativos no comboio da ação do bem, o Estado não interferia. Porém, com a maturidade hodierna, a esmola cedeu lugar para a assistência social, que, por sua vez, saiu do assistencialismo para construir pontes de desenvolvimento humano sob a estrutura de política pública.

## Impor mudanças na geratriz do empreendimento pode ser uma salutar alternativa, a começar pela reflexão da alta direção sobre a importância do compliance no Terceiro Setor

Essa travessia trouxe consigo uma legião de adeptos de boas intenções, mormente os religiosos, mas, dado que “dois pobres não se sustentam”, ela também monetizou o empreendimento social, que movimenta atualmente não menos que 3% do nosso Produto Interno Bruto (PIB).

Nesse contexto, a sociedade civil teve de se organizar e, mesmo contrastando com seu DNA de bases meramente altruísticas, vem perpassando por transformações em que o empreendimento não mais é um coadjuvante da assistência social, mas também serve como barômetro no orçamento público, cuja métrica é a minoração dos índices de desigualdades derivada do trabalho delas.

Contudo, a velocidade imprimida de tais mudanças nem sempre foi paritária com a mudança da cultura na gestão da obra do bem, pois muitos dirigentes ainda resistem, advogando a tese de que a obra não está associada ao lucro, mas sim a ações de promoção humana, de modo que devem ser geridas por uma sinergia de voluntários para que haja perenidade da iniciativa.

A filosofia é para lá de valorosa e pontifica o trabalho desinteressado. No entanto, na prática ela é pecaminosa, pois a ausência de uma política austera e concentrada na busca da finalidade social, em uma gestão eficaz, pautada num orçamento palatável que entrega resultado, leva a intenção virar pesadelo.

Citamos, por exemplo, o caos em que se encontram os hospitais filantrópicos, que possuem nada menos que quase R\$ 20 bilhões de déficit. A Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas (CMB) divulgou que existem mais de 1.700 hospitais beneficentes operando no vermelho.

É atenuante o quadro, porém não excludente o fato de que o maior vilão da depreciação da virilidade econômica dos hospitais é o financiamento dos atendimentos dos pacientes usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) pelo Estado, vez que na maioria dos reembolsos se flagra o deságio em relação ao custo do atendimento.

A educação derivada das beneficentes não é diferente; muitas delas estão sofrendo para se manter diante do caixa raquítico. Citamos como exemplo o caso de um centro de educação infantil, de Campo Grande (MS), que fechou suas portas depois de 28 anos de existência, por falta de recursos. Outros

tantos exemplos podem ser colocados aqui para demonstrar o quão falho e incipiente é o conceito de gestão social.

Impor, assim, mudanças na geratriz do empreendimento pode ser uma salutar alternativa, a começar pela reflexão da alta direção sobre a importância do *compliance* no Terceiro Setor e para que se possa entender a sua função na construção social; torna-se indispensável o exame da sua origem e de seu conceito. Tal concepção foi introduzida para instituir o rigor no controle do capital financeiro, salientando-se a criação do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia, Suíça, formado pelos então presidentes dos bancos centrais dos dez países de maior economia do mundo, visando fortalecer a solidez dos sistemas financeiros.

A acreditação nos sistemas financeiros multiplicou-se, a exemplo da prática de regras de conduta, dando origem ao *compliance*, sem adentrar no mérito da minudência de toda a sua origem.

A palavra *compliance* oriunda da conjugação do verbo no infinitivo da língua inglesa *to comply*, que significa cumprir, concordar, obedecer, estar de acordo, consentir ou sujeitar-se. Noutras palavras, pode ser entendida como a submissão a regras de condutas.

O Segundo Setor, até mesmo por imposição legal (Leis n.º 9.613/1988, n.º 12.683/2012, n.º 12.529/2011, n.º 12.846/2013 e outras), já vem há tempos implantando o conceito de autorregulamentação de suas operações.

Quando a temática estava submetida aos limites das leis, modesto era o movimento das empresas nacionais em prol de seu enquadramento, uma vez que tais leis nem sempre combinavam com os interesses lucrativos dos acionistas. Além disso, a impunidade reinava diante de um Judiciário moroso, de modo que transgredir essas leis com vista ao lucro compensava.

Todavia, as operações policiais dos últimos tempos, como a Lava Jato, Zelotes, Custo Brasil e tantas outras que estão desbaratando quadrilhas empresariais por todo o país, vêm levando muitas corporações a adotarem políticas rígidas e práticas objetivas de regulamentação interna (*compliance*) para evitar não só o agravamento da ameaça à liberdade dos seus gestores, mas também a liberdade do próprio empreendimento, que, mesmo com a possibilidade de um acordo de leniência, pode ser maculado para sempre.



## A preocupação que se alardeia quanto à ausência de compliance está principalmente radicada quando as organizações não-governamentais mantêm relações com o Estado

Assim, para fechar ainda mais o cerco de combate à corrupção e melhoria das práticas administrativas, no dia 30 de junho de 2016 foi sancionada a Lei n.º 13.303/2016, cujo teor dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias no âmbito da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Como grande destaque desse diploma legal, ressalta-se a obrigatoriedade da criação de instrumentos de controle, fiscalização e ética corporativa, especialmente daquele previsto no § 4.º do artigo 9.º, o qual determina que o estatuto social deve prever a

possibilidade de que a área de *compliance* se reporte diretamente ao Conselho de Administração em situações em que se suspeite do envolvimento do diretor-presidente em irregularidades ou quando este se furtar à obrigação de adotar medidas necessárias em relação à situação a ele relatada<sup>1</sup>.

Em relação aos integrantes do Terceiro Setor, guardadas as exceções, o *compliance* tem sido visualizado de binóculos, pois muitos ainda não creem que a virulência que tem atingido o Segundo Setor possa assoprar para o seu lado, dada a natureza do negócio social.

A prova da displicência com a importância de impor regras claras e objetivas de condutas é tanta que tem sido praxe no mercado depararmos com associações, organizações religiosas e fundações, até mesmo com estatutos sociais para lá de ultrapassados, que sequer atendem aos preceitos da lei vigente (Código Civil, Lei de Registros Públicos, Lei de Parcerias e Lei da Certificação Social, se aplicáveis à espécie), quanto menos que possuam normas internas a impor limites e responsabilidades na condução de suas operações.

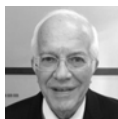
A preocupação que se alardeia quanto à ausência de *compliance* está principalmente radicada quando as organizações não-governamentais mantêm relações com o Estado, pois elas traduzem, na grande maioria, a solução das maledicências derivadas das desigualdades sociais. Porém, algumas delas servem para subterfúgios dos limites das leis orçamentárias e acabam sendo utilizadas pelos governos como porta dos fundos da tergiversação do recurso público.

Enfim, é chegada a hora de impor mais e rigorosa retidão na gestão do empreendimento social. Em linhas gerais, pode-se recomendar a adoção, não exaustiva, de um módico guia de boas práticas de *compliance*:

- identificar se a finalidade social estatutária está sendo cumprida, acareando o estatuto no tocante aos relatórios de atividades e ele referente às leis e boas práticas de governança;
- não confundir a estrutura jurídica do ente (associação, fundação ou organização religiosa) com a sua classificação social (beneficente, organização da sociedade civil de interesse público – Oscip – ou organização social – OS), pois ela deve estar ligada ao gênero, e não à pretensão tributária;
- selecionar, classificar e remunerar bons dirigentes a fim de que o ente não se nivele a uma agremiação de amigos bem intencionados, e sim a uma empresa, ainda que o “produto” seja a obra do bem;
- impor regras de condutas claras e objetivas não só aos dirigentes, mas especialmente aos seus associados, usuários e todos os terceiros com quem se relacionem, de maneira sobressalente com atores que representam o Estado;
- exigir um Conselho Fiscal atuante, fiscalizador e reparador, impedindo o nepotismo e as coligações partidárias e/ou com administradores públicos, despedindo-se daqueles figurantes protocolares;
- criar canais e ouvidoria capazes de protrair denúncias de desvios de condutas, materializando-as em processos reativos e corretivos;
- atender às regras da Lei n.º 13.019/2014, entre outras, quando a finalidade social autorizar se relacionar com o Estado, na condição de cooperadora dele;
- tornar transparentes contas (atendendo às Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC), atividades, investimentos e políticas.

Enfim, o *compliance* do Terceiro Setor não entregará apenas retidão aos atos de gestão, mas sobretudo será o bastião da acreditação do empreendimento privado de interesse público, alforriando aqueles que se entregam ao legado do bem. 🇧🇷

<sup>1</sup>BRASIL. Câmara dos Deputados. Lei n.º 13.303, de 30 de junho de 2016. Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2016/lei-13303-30-junho-2016-783296-publicacaooriginal-150692-pl.html>>. Acesso em: 19 jul. 2016.



◀ **SERGIO ROBERTO MONELLO** é salesiano cooperador, advogado, contabilista, professor, membro da Academia Paulista de Contabilidade, sócio da Advocacia Sergio Monello e sócio-diretor da Monello Contadores (Escritório Contábil Dom Bosco).



# A CONTABILIDADE E O PLANO DE CONTAS DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

A contabilidade das Organizações da Sociedade Civil (OSCs), entidades sem fins lucrativos, deve ser bem planejada, estruturada e organizada, além de utilizar a melhor técnica contábil possível.

A ausência do escopo de lucro e as atividades voltadas e direcionadas à promoção da coletividade, comprovadas pela leitura do Estatuto, caracterizam as OSCs como entidades beneficentes. Entretanto, para serem reconhecidas como entidades beneficentes de assistência social, é necessário que elas sejam declaradas assim pelo poder público, por meio da obtenção do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (Cebas), segundo as exigências contidas na Lei n.º 12.101/2009. Em outras palavras, enquanto a entidade não possuir o Cebas, pode ser considerada uma entidade beneficente de fato, mas não de direito, o que a impede de usufruir a imunidade/isenção da quota patronal de Previdência Social e outros benefícios de lei.

Inúmeras são as OSCs reconhecidas e declaradas pelo poder público como entidade beneficente de assistência social. Há, nos vários estados da federação brasileira, pessoas jurídicas que se dedicam com exclusividade à área da saúde, da educação e da assistência social propriamente dita. Essas entidades beneficentes fazem parte do chamado Terceiro Setor.

Deve-se esclarecer que o patrimônio dessas entidades de interesse social não pertence a seus associados, mas à coletividade, ao povo, especialmente ao atendimento da população mais pobre, mais necessitada e mais carente de recursos, sejam estes de natureza econômica, financeira e/ou outros.

O instrumento legal que rege a vida dessas entidades é o seu Estatuto, que constitui sua Carta Magna. É importante ainda salientar que os Estatutos Associativos, Estatutos Organizacionais ou Estatutos Fundacionais são organizados com base na Constituição Federal, no Código de Direito Civil, no Direito Tributário, no Direito Previdenciário, no Direito do Trabalho e no Direito

## *A contabilidade das entidades beneficentes constitui um instrumento e um sistema de informações que possibilitará aos administradores um elemento essencial à gestão e à condição de sustentabilidade econômica, financeira e social*

Religioso para as Organizações Religiosas em relação a toda legislação pertinente a essa espécie de instituição.

Para comprovar sua efetiva condição de entidade beneficente, além de ter um Estatuto bem elaborado, é sumamente importante que a entidade possua uma estrutura contábil muito bem organizada e fundamentada em controles internos que favoreçam uma excelente gestão/administração sob a ótica contábil, patrimonial, econômica e financeira, bem como transparência e divulgação de seus objetivos institucionais.

Assim, a contabilidade ao controlar o patrimônio associativo, organizacional ou fundacional dessas entidades beneficentes, com suas variações, vai indubitavelmente declarar se elas estão sendo bem administradas, gerenciadas e se estão aplicando de maneira efetiva seus recursos nas devidas finalidades institucionais.

A contabilidade das entidades beneficentes constitui um instrumento e um sistema de informações que possibilitará aos administradores e gestores em elemento essencial à gestão e à condição de sustentabilidade econômica, financeira e social. Enfim, a contabilidade, como instrumento indispensável à administração, vai testemunhar, declarar e demonstrar se a entidade está cumprindo fiel e plenamente suas finalidades institucionais.

Para que ocorra uma gestão profícua e transparente, é essencial que a entidade possua um plano de contas que traduza, por meio de suas vozes contábeis, a real e eficaz demonstração analítica e sintética de sua administração.

De acordo com o *Manual de procedimentos para o Terceiro Setor: aspectos de gestão e de contabilidade para entidades de interesse social*, editado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), pela Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC) e pela Associação Nacional de Procuradores e Promotores de Justiça de Fundações e Entidades de Interesse Social (Profis), desta maneira se manifesta sobre o plano de contas:

O elenco de contas representa a estrutura de alocação ou de endereços de contas a serem utilizadas por entidade econômica, para onde são direcionados os fluxos dos registros contábeis. É nessa estrutura de contas que se materializa o reconhecimento das transações econômicas da entidade e que fornece o suporte para a estrutura das demonstrações contábeis (GRAZZIOLI; CAMPELO; ANDRADE et al., 2015, p. 118)<sup>1</sup>.

A elaboração de um manual do plano de contas da entidade viabilizará a relação com o Fisco Federal. Por intermédio das obrigações acessórias da Escrituração Contábil Digital (ECD) e da Escrituração Contábil Fiscal (ECF), haverá a conexão das informações da entidade com o plano referencial por ele determinado.

A entidade deve ter o seu plano de contas baseado em seus controles internos, com detalhamento necessário para atender a todas as obrigações legais. Em outras palavras, isso não quer dizer assumir o plano referencial como da entidade, mas realizar a conexão do plano próprio quanto a esse plano referencial.

O plano de contas das OSCs precisa estar plenamente sintonizado com a gestão, e a nomenclatura contábil tem de corresponder às atividades próprias das instituições e dos segmentos econômicos e sociais em que elas atuam, estando em consonância com os princípios e as normas técnicas. Ou seja, cada entidade beneficente tem o seu próprio caráter, sua finalidade, sua roupagem jurídica e, conseqüentemente, sua imagem contábil.

O plano de contas deve ser elaborado com especial atenção às disposições estatutárias, aos convênios, aos contratos e às parcerias públicas e privadas que a entidade mantém. Nesse contexto, as informações contábeis passam a ter grande valor social, na medida em que evidenciam as atividades desenvolvidas por essas entidades beneficentes.

A contabilidade necessita apresentar suas informações de forma clara, precisa e transparente, evidenciando o atendimento de suas finalidades institucionais. A técnica contábil será totalmente cumprida com a aplicabilidade dos princípios de contabilidade e das normas brasileiras de contabilidade expedidos pelo CFC, condição para sua sustentabilidade e seu controle social.

Para que isso ocorra é essencial que o setor financeiro da instituição mantenha sua contabilidade alicerçada, fundamentada na técnica e com documentos idôneos segundo os preceitos legais. Para que a entidade tenha segurança em sua gestão contábil, é imprescindível que mantenha serviços de auditoria interna e externa.

Por fim, a entidade, agindo conforme os princípios éticos, com transparência no seu modo de agir e no cumprimento das normas legais e de seu Estatuto, bem como adotando mecanismos de controle em sua gestão, estará efetivamente demonstrando em seus dados contábeis divulgados a sua responsabilidade social. Mediante sua contabilidade, será evidenciado e divulgado o atendimento à sua missão e às suas finalidades institucionais, externos nas demonstrações contábeis, entre elas as notas explicativas, o relato integrado e o relatório de suas atividades. 📄

<sup>1</sup>GRAZZIOLI, A.; CAMPELO, A. L.; ANDRADE, A. P. et al. *Manual de procedimentos para o Terceiro Setor: aspectos de gestão e de contabilidade para entidades de interesse social*. Brasília: CFC/FBC/PROFIS, 2015. Disponível em: <[http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/Miolo\\_MTS\\_web.pdf](http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/Miolo_MTS_web.pdf)>. Acesso em: 2 jun. 2016.





◀ **CRISTIANO DE OLIVEIRA** é bacharel em Ciências Jurídicas e diretor do Centro de Arquivo de Documentos Organização & Método Ltda. é especialista em organização, acondicionamento e gerenciamento de documentos. Atua, desde 1994, na área de Legislação Documental, com enfoque em organização de documentação empresarial.



# PROCESSOS ADMINISTRATIVOS FISCAIS

**Falta de documentos comprobatórios pode gerar processos às organizações do Terceiro Setor**

**A** área de contabilidade das organizações do Terceiro Setor é dinâmica e exige o manuseio de documentos contábeis, tendo, porém, a necessidade de arquivamento adequado e constante, para que não se percam importantes comprovações em processos administrativos fiscais. A papelada é muito importante e deve ser

cuidadosamente produzida pelo contribuinte. Por intermédio da prova, o julgador forma sua convicção a favor ou contra as organizações do Terceiro Setor, já que é possível transformar uma argumentação sem prova em uma acusação vaga.

Podemos exemplificar um caso em que um contribuinte declara na sua contestação que não é devedor do tributo, pois já

## *O mau arquivamento por departamentos ou empresas terceirizadas responsáveis pela contabilidade das organizações do Terceiro Setor pode levar muitas vezes à apresentação de documentos parcialmente hábeis, informações avaliadas como não hábeis ou inválidas, como pedidos, canhotos ou rascunhos sem identificação*

o saldou, no entanto, não apresenta no componente impugnatória cópia do protocolo de recolhimento. Aqui, o argumento torna-se inválido, afinal, não está devidamente demonstrado. Por isso, é fundamental que as provas sejam consideradas.

A documentação, o que podemos chamar de produção de provas importantes e conclusivas, deve ser acumulada pelo contribuinte na ocasião da realização de diversos atos jurídicos, como negociações de compra ou venda, entre outros. A comprovação ou prova nada mais é do que um documento hábil, aquele que é aceito pelo fisco, que suporta o lançamento contábil. O mau arquivamento por departamentos ou empresas terceirizadas responsáveis pela contabilidade das organizações do Terceiro Setor pode levar muitas vezes à apresentação de documentos parcialmente hábeis, informações avaliadas como não hábeis ou inválidas, como pedidos, canhotos ou rascunhos sem identificação.

O que normalmente acontece é o contador solicitar os documentos necessários, mas como a rotina de negócios das organizações do Terceiro Setor é dinâmica, envolvendo inúmeras negociações diárias, a preocupação com a documentação anterior é postergada, o que compromete o trabalho contábil, que acaba optando por lançamentos feitos sem a documentação necessária. Essa situação fica ainda pior com o passar do tempo, quando funcionários, sócios e até mesmo o contador são substituídos. Nessa trajetória, muitos documentos podem se perder, e a ausência é sentida apenas quando há solicitação pelo fiscal, quase cinco anos depois da data em que deveriam ter sido emitidos.

Com tanto tempo passado, a busca pela papelada pode ser inútil, pois se pode não encontrar mais um fornecedor, por exemplo, que vendeu ou simplesmente fechou a organização. Uma empresa que deixou de ser fornecedora já não é mais parceira e não se interessará em ajudar na busca por documentos.

São coisas indesejáveis que, infelizmente, podem acontecer nas organizações do Terceiro Setor. Essa cultura de postergar e de não dar a devida importância a determinados trâmites burocráticos existe, e muitos administradores ainda acreditam que não é necessário manter toda a documentação em ordem.

### **DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À CONTABILIDADE**

Há três tipos de documentos necessários no manuseio da contabilidade: permanentes, intermediários e correntes.

Os permanentes e intermediários são consultados com uma finalidade específica, e isso poderá ser feito por uma empresa especializada em organizar arquivos. Já os correntes costumam ficar nas organizações do Terceiro Setor, mas, se a contabilidade for terceirizada, ela ficará com os documentos correntes por um período mínimo de um ano. Após 12 meses, todos os documentos são enviados para as organizações do Terceiro Setor (cliente) novamente, então o ideal é enviá-los também para a empresa terceirizada de organização de documentos, evitando, assim, a ausência de provas, quando necessário.

Alguns documentos precisam ser guardados em papel por dez anos, como é o caso dos comprovantes de pagamentos de salários e adiantamentos; outros por seis anos, como os extratos de conta-corrente; e alguns por cinco anos, como os comprovantes de pagamento de impostos, as notas fiscais de entrada e de serviços, os recibos de despesas, o controle de estoque anual, o pagamento de fornecedores, o movimento fiscal, os recibos de operações financeiras e os extratos de cobrança bancária, de resumos de aplicações financeiras e de movimentação com cartões.

Esses são os documentos básicos de contabilidade, e a lista de documentos e prazos a serem guardados é muito maior. As multas para a não apresentação dos documentos variam de R\$ 170 até R\$ 500 por funcionário, dobrando de valor em caso de reincidência.

Assim, os governos estadual, federal e municipal fiscalizam a lisura da empresa, visto que toda essa documentação presume arrecadação. Ou seja, todos os lançamentos contábeis precisam de comprovantes hábeis ou provas, que são os documentos, sejam de receitas, despesas ou variação patrimonial, que comprovam os lançamentos contábeis. É importante salientar que qualquer fragilidade pode expor a organização em um processo de fiscalização.

Por isso, hoje se torna fundamental a contratação de uma empresa terceirizada para a organização e o arquivamento de documentos, seja para trabalho interno na entidade, seja externo, pois infelizmente a lei ainda não permite a sua comprovação digital, apesar de todo o avanço tecnológico e de informática da atualidade. 📁



## LOCAIS INSALUBRES VETADOS

**G**estantes e lactantes estão proibidas de atuar em atividades, operações ou locais insalubres. A determinação consta da Lei n.º 13.287/2016, publicada no Diário Oficial da União do dia 11 de maio. O texto alterou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), por meio do acréscimo do Artigo 394-A, segundo o qual a empregada gestante ou lactante é afastada enquanto se enquadrar nessas condições. A Presidência da República vetou o parágrafo único, que garantia à grávida e à lactante o pagamento integral do salário, incluindo o adicional de insalubridade. De acordo com a justificativa, a redação poderia ter efeito contrário ao pretendido, sendo prejudicial à trabalhadora, na medida em que o tempo da lactação pode se estender além do período de estabilidade no emprego após o parto, e o custo adicional para o empregador poderia levá-lo à decisão de desligar a funcionária após a estabilidade.

[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)



## COTAS DO PIS E PASEP

Cerca de 4,6 milhões de idosos com mais de 70 anos que contribuíram para os fundos do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) têm direito a sacar cotas dos fundos, totalizando R\$ 7,5 bilhões. O dinheiro pode ser retirado por trabalhadores que contribuíram com os fundos antes da Constituição de 1988. Desse total, R\$ 2,4 bilhões estão parados no Banco do Brasil (BB), que administra o Pasep, formado pelas contribuições de servidores públicos. Responsável pelo PIS, formado pelas contribuições de trabalhadores da iniciativa privada e de empresas estatais, a Caixa Econômica Federal (CEF) não divulgou o valor, mas o Tesouro Nacional estima que R\$ 5,1 bilhões estejam parados no banco. O valor do benefício depende da contribuição de cada trabalhador. De acordo com o Tesouro Nacional, o saldo médio das contas corresponde a R\$ 1.135, e alguns trabalhadores têm mais de uma conta no PIS/Pasep. Para ter direito ao benefício, o trabalhador que contribuiu até 1988 deve procurar uma agência do BB ou da CEF. No caso de falecimento do trabalhador, a solicitação pode ser feita por um herdeiro direto.

[www.agenciabrasil.ebc.com.br](http://www.agenciabrasil.ebc.com.br)

## LIVRO RAZÃO

A Receita Federal revogou a obrigatoriedade de transmissão do livro Razão Auxiliar das Subcontas (RAS) para o Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), visando simplificar as obrigações tributárias, a pedido dos setores produtivos. A imposição revelou-se de elevada complexidade para os contribuintes, tendo em vista a quantidade de ajustes e de ativos/passivos existentes nas entidades, o que impactaria profundamente o ambiente de tecnologia da informação dessas entidades. A medida, instituída pela Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil (RFB) n.º 1.638, publicada no dia 12 de maio, entretanto, não dispensa o contribuinte de elaborar e manter o RAS pelo prazo prescricional, o que se faz por meio da revogação do § 5.º do Artigo 33 e do § 7.º do Artigo 169, ambos da Instrução Normativa RFB n.º 1.515, de 24 de novembro de 2014.

[www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br)

## DEMONSTRATIVO DO INSS

Tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei n.º 4.713/2016, que determina ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que o extrato anual das contribuições pagas pela seguradora seja disponibilizado por meio da rede bancária a todos que receberem benefícios mediante depósito em conta-corrente. A proposta, do deputado Felipe Maia, do partido Democratas do Rio Grande do Norte (DEM-RN), altera o Regime Geral de Previdência Social, assegurando ao trabalhador o direito de conferir a regularidade e a exatidão das contribuições descontadas de seu salário para o INSS. Já os segurados que são contribuintes individuais e facultativos poderão se certificar da inserção no Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), utilizado pelo INSS para o cálculo dos benefícios previdenciários das contribuições previdenciárias por eles pagas diretamente. O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado pelas comissões de Ciência e Tecnologia, de Comunicação e Informática; de Seguridade Social e Família; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

[www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br)





## PERÍCIA MÉDICA NO SUS

**P**ortaria interministerial assinada entre os ministérios da Saúde e do Trabalho e a Previdência Social regulamenta a atuação de órgãos e entidades integrantes do Sistema Único de Saúde (SUS) no processo de avaliação pericial para concessão e manutenção do benefício de auxílio-doença. A colaboração do SUS somente ocorrerá nos casos de impossibilidade de realização da perícia pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), quando houver incapacidade física ou técnica de implementação das atividades, ou, ainda, nos casos em que não for possível oferecer o atendimento adequado aos segurados da previdência. As perícias realizadas pelos médicos do SUS deverão obedecer a critérios previamente estabelecidos pelo INSS, cabendo ao instituto oferecer programas de capacitação para os profissionais de saúde do SUS que atuarão na realização de perícias e no atendimento dos segurados da previdência. De acordo com a portaria, a avaliação pericial poderá ser realizada nas unidades da Previdência Social ou nos órgãos e nas entidades do SUS.

[www.mte.gov.br](http://www.mte.gov.br)



## PROGRAMA APRENDIZES

**P**ublicado no dia 5 de maio, o Decreto n.º 8.740/2016 mudou algumas normas relacionadas à experiência prática de aprendizes. A partir de agora, a empresa ou o órgão contratante cuja atividade ou ambiente não for apropriado para o jovem pode ministrar as aulas práticas em entidades especializadas em formação técnico-profissional. Antes disso, porém, deve-se firmar um termo de compromisso para o cumprimento da cota no Ministério do Trabalho e na Previdência Social. Assinado o documento, a empresa e a entidade qualificada têm de estabelecer parceria para a realização de aulas práticas. A seleção de aprendizes será efetuada por meio do Cadastro Público de Emprego, disponível no portal eletrônico Mais Emprego (<http://maisemprego.mte.gov.br>), e deve privilegiar a inclusão dos jovens em situação de vulnerabilidade ou risco social, como adolescentes egressos do sistema socioeducativo, retirados do trabalho infantil e portadores de deficiência.

<http://contasemrevista.com.br>



## APLICATIVO PARA MEI

A Receita Federal e o Comitê Gestor do Simples Nacional lançaram o aplicativo MEI, destinado ao Microempreendedor Individual (MEI), disponível para Android e iOS. Com ele, é possível acompanhar sua situação tributária (ver se está devedor) e gerar o Documento de Arrecadação Simplificada (DAS) para pagamento. O aplicativo permite consultar informações sobre o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) (nome, situação, natureza jurídica, endereço), situação e períodos de opção pelo Simples Nacional/SimeI e situação mensal dos débitos tributários; emitir o DAS (nos meses em que a situação estiver devedora ou a vencer); obter informações gerais sobre MEI e SimeI (conceitos, formalização, obrigações acessórias); fazer teste de conhecimentos acerca de microempreendedores individuais; e avaliar o aplicativo.

<http://idg.receita.fazenda.gov.br>

## ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL FISCAL

A Receita Federal, por meio da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil (RFB) n.º 1.633/2016, prorrogou, para o último dia útil de julho, o prazo de entrega da Escrituração Contábil Fiscal (ECF), relacionada aos fatos ocorridos de janeiro a abril deste ano. Trata-se do mesmo prazo para situações normais relativas ao ano calendário anterior. Transmitida anualmente ao Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), a ECF deve ser entregue à autoridade tributária nos casos de extinção, cisão parcial, cisão total, fusão ou incorporação.

[www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br)



## DESAPOSENTAÇÃO

Os aposentados que retornaram ao mercado de trabalho poderão garantir um benefício mais vantajoso em apenas 45 dias. A Justiça Federal, em São Paulo, garantiu a um segurado do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) de São José dos Campos, no Vale do Paraíba (SP), o direito de receber uma nova aposentadoria nesse novo prazo, pois levou em conta o mecanismo jurídico tutela de evidência. O autor da ação aposentou-se em 1.º de março de 1997, quando tinha 43 anos de idade. Contava 30 anos, três meses e 15 dias de tempo de contribuição, e o valor da aposentadoria era de R\$ 2.333,35. O operador continuou trabalhando até setembro de 2008, totalizando 41 anos de contribuição. Hoje, com 61 anos de idade, atingiu a somatória de 102 pontos entre tempo de contribuição e idade. Com isso, o Fator Previdenciário será mais vantajoso, porque fechou em 1,0466. Com a desaposentação, ele passará a receber R\$ 4.422,51, um aumento de quase 100% em seu benefício.

[www.estadao.com.br](http://www.estadao.com.br)

## TUDO SOBRE ESOCIAL

A Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas (Fenaccon), a Receita Federal, o Ministério do Trabalho e a Caixa Econômica Federal (CEF) lançaram o Projeto Árvore do Conhecimento (<http://www.arvoredokonhecimento.org.br>), site educativo que difunde o conhecimento acerca do eSocial, plataforma que unifica e harmoniza as obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias das empresas. A ideia é capacitar e atualizar gestores de organizações sociais, empresários e contadores sobre essa nova obrigação. O conteúdo é apresentado por especialistas e explica de forma sucinta e didática as funções, os benefícios e as mudanças que acontecerão pelo eSocial na obtenção de informações fiscais. A sistemática deve entrar em vigor em duas fases. A primeira está prevista para ser iniciada em setembro e vai atingir as empresas com faturamento superior a R\$ 78 milhões. Os demais empreendimentos serão incluídos somente em janeiro de 2017, caso o prazo não seja alterado.

<http://contasemrevista.com.br>

## NOVA DECORE

No ar desde o dia 16 de maio, o novo sistema eletrônico da Declaração Comprobatória de Percepção de Rendimentos (Decore) trará mais segurança às informações constantes do documento. A Decore destina-se a provar as informações sobre percepção de rendimentos em favor de pessoas físicas e é exigida para obtenção de crédito, abertura de conta bancária e financiamento. Para a emissão do novo sistema, será necessário utilizar um certificado digital do Cadastro de Pessoa Física (e-CPF) ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (e-CNPJ). “Com a nova Decore, a comprovação de renda do declarante não poderá ser questionada, já que todas as declarações constarão do banco de dados dos Conselhos Regionais de Contabilidade, para verificação”, explica Leonardo Gonçalves, diretor de varejo e canais da Certisign.

[www.certsign.com.br](http://www.certsign.com.br)

## APLICATIVO SST FÁCIL

A Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro) criou o SST Fácil, aplicativo com o objetivo de levar informações sobre segurança e saúde no trabalho para o maior número de pessoas. O aplicativo traz uma série de perguntas divididas por temas e permite a interação entre os usuários. Disponível para Android e iOS, a ferramenta funciona como um jogo de desafio com perguntas e respostas. À medida que o usuário responde às questões, ele consegue desbloquear as fases seguintes. Há possibilidade de solicitar pistas e, ao final de cada etapa, ele ganha moedas virtuais para usar nas fases seguintes. Os temas apresentados inicialmente são: conceitos básicos em segurança e saúde do trabalhador (SST), transporte (*motoboys* e *caminhoneiros*), educação, SST nas escolas e jovem aprendiz, ergonomia e segurança química (benzeno). Novos conteúdos serão inseridos ao longo do ano.

[www.fundacentro.gov.br](http://www.fundacentro.gov.br)

# FILANTROPIA RESPONDE

## CONSULTORIA PARA O TERCEIRO SETOR

### 1. No que consiste a Lei n.º 13.257/2016, a quem se aplica o conceito de “primeira infância”, e como se dará a participação das entidades beneficentes no contexto dessa lei?

*O referido diploma legal estabelece os princípios e as diretrizes de formulação e implementação de políticas públicas para a primeira infância, em atenção à especificidade e à relevância dos primeiros anos de vida no desenvolvimento infantil e no desenvolvimento do ser humano (artigo 1.º). Considera-se primeira infância o período que abrange os primeiros seis anos (72 meses) completos de vida da criança, independentemente da condição social em que esteja inserida. Todavia, terão prioridade aquelas que estiverem na primeira infância, mas em condições de vulnerabilidade, posto que serão sujeitos precedentes nas políticas sociais públicas, nas famílias identificadas nas redes de saúde, educação e assistência social e nos órgãos do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente que se encontrem em situação de vulnerabilidade e de risco ou com direitos violados (artigo 14, § 2.º). No caso específico de proteção à “criança de primeira infância”, podemos aqui exemplificar como deve se dar a participação das entidades nesses anseios. A elas compete: integrar conselhos, de forma paritária, com representantes governamentais, exercendo funções de planejamento, acompanhamento, controle social e avaliação; executar ações diretamente ou em parceria com o poder público; desenvolver programas, projetos e ações compreendidos no conceito de responsabilidade social e de investimento social privado; criar, apoiar e participar de redes de proteção e cuidado à criança nas comunidades; promover ou participar de campanhas e ações que visem aprofundar a consciência social sobre o significado da primeira infância no desenvolvimento do ser humano (artigo 12).*

### 2. É possível que uma entidade beneficente com sede em território nacional, devidamente qualificada com a Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social (Cebas), promova repasse de recursos financeiros para uma entidade estrangeira?

*Não obstante a legalidade do assessoramento financeiro como atividade de assistência social, diversos Conselhos Municipais estão posicionando-se no sentido de que a entidade que está promovendo o repasse deve apresentar documentos da entidade que recebeu os recursos aptos a demonstrar que esta última atendeu aos anseios*

*sociais e requisitos legais. Dessa feita, a vulneração existente é a de que esses recursos não serão aplicados em território nacional, fato que contraria o inciso II do artigo 14 do Código Tributário Nacional, cumulado com o inciso II do artigo 29 da Lei n.º 12.101/2009.*

### 3. Sou dirigente de uma fundação privada, sem fins lucrativos, portadora da Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social (Cebas), com atuação nas áreas de saúde e educação. Tendo como norte o interesse de também operarmos planos de saúde, podemos manter essa atividade conforme a citada fundação, ou é necessário constituirmos outra pessoa jurídica, independente?

*Tramitava perante a Justiça Federal do Rio de Janeiro um mandado de segurança (2010.51.01.005993-6) impetrado pela Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas cujo pedido inicial pleiteava que tais hospitais pudessem operacionalizar planos de saúde, na forma de atividades vinculadas à própria entidade. Inicialmente, foi deferida liminar, ora confirmada pela referida sentença, sendo nesse momento permitido que tais hospitais filantrópicos operacionalizem planos de saúde.*

*Contudo, em maio de 2013, tal situação foi alterada em razão do acórdão exarado pelo Tribunal Regional Federal da 2.ª Região, cujo teor reformou a sentença.*

*Com essa reforma, várias entidades que, além de desempenharem atividades sociais, também operacionalizam planos de saúde têm sido recentemente alvo de suspensão da comercialização desses planos por parte da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), até que seja constituída outra pessoa jurídica independente, com ou sem fins lucrativos, na forma do artigo 34 da Lei n.º 9.656/1998.*

*Tecidas essas considerações iniciais e respondendo ao questionamento formalizado, temos de salutar que, atualmente, caso os hospitais filantrópicos também possuam interesse em operar planos de saúde, seja criada outra pessoa jurídica para a execução dessas atividades.*

### 4. Posso registrar na Junta Comercial a transformação de uma sociedade limitada em uma associação?

*As Juntas Comerciais têm negado o registro de atas que exteriorizam a vontade dos sócios de transformarem uma*



sociedade limitada em uma associação, sob o entendimento de que, nos termos do artigo 220 da Lei das Sociedades Anônimas, essa alteração somente pode ser feita de um tipo societário para o mesmo tipo societário, fato que impossibilita que tal registro seja promovido. Por óbvio, a decisão administrativa de tais órgãos que se subsumem ao Departamento Nacional de Registro do Comércio (DNRC) viola o princípio da livre iniciativa, pautado no parágrafo único do artigo 170 da Constituição Federal, que assegura a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, sem que haja qualquer intervenção do Estado. A travessia desse embate, porém, pode ser duradoura e custosa, de modo que o projeto possa ter o mesmo fim, mediante contudo outra maturação jurídica.

**5. Na forma da Lei n.º 13.019/2014, alterada pela Lei n.º 13.204/2015, como devo fazer a prestação de contas relativa à execução do termo de colaboração ou de fomento?**

*Na forma do artigo 66 do referido diploma legal, a prestação de contas relativa à execução do termo de colaboração ou de fomento dá-se mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, além da apresentação dos seguintes relatórios: Relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou os projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados; Relatório de execução financeira do termo de colaboração ou do termo de fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.*

**6. Considerando que minha instituição não possui finalidade lucrativa, ela está obrigada a ter o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA)?**

*Primeiramente, cabe salientar que ambos os programas têm como finalidade assegurar o bem-estar de seus colaboradores, de modo a minimizar eventuais riscos físicos e ambientais que porventura possam existir nos diversos ambientes de trabalho. Devemos colocar em evidência que as normas aplicadas ao assunto, isto é, a Norma Regulamentadora (NR) 7, item 7.1.1, e a NR-9, item 9.1.1, as duas do Ministério do Trabalho, exigem que todos os empregadores que vierem a admitir empregados estão obrigados a elaborar tanto o PCMSO quanto o PPRA. Nesse diapasão, considerando que nos termos do parágrafo único do artigo 15 da Lei n.º 8.212/1991 se equiparam a empresa, a*

*associação ou a entidade de qualquer natureza ou finalidade, sua instituição, mesmo não visando ao lucro, está obrigada a elaborar ambos os programas, sob pena de sofrer as sanções elencadas na NR-28.*

**7. Os empregados de minha instituição possuem horários de trabalho diversos e mais de um turno de trabalho. Devo possuir um quadro de avisos ou de horários?**

*Sim. O artigo 74 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) é claro ao dispor: "O horário de trabalho constará de quadro, organizado conforme modelo expedido pelo Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, e afixado em lugar bem visível. Esse quadro será discriminativo no caso de não ser o horário único para todos os empregados de uma mesma seção ou turma"*

**8. Sou dirigente de uma fundação privada, sem fins lucrativos, portadora do CEBAS, com atuação nas áreas de saúde e educação. Tendo como norte o interesse de também operarmos planos de saúde, podemos manter essa atividade dentro da citada Fundação ou é necessário constituirmos outra pessoa jurídica independente?**

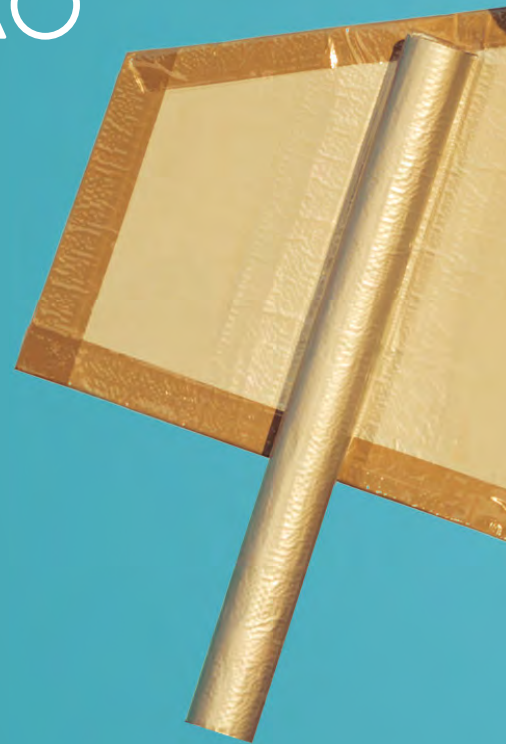
*Note-se que tramitava perante a Justiça Federal do Rio de Janeiro um mandado de segurança (2010.51.01.005993-6) impetrado pela Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas, cujo pedido inicial pleiteava que tais hospitais pudessem operacionalizar planos de saúde, na forma de atividades vinculadas à própria entidade. Inicialmente, foi deferida liminar, ora confirmada pela referida sentença, sendo, neste momento, permitido que tais hospitais filantrópicos operacionalizem planos de saúde.*

*Contudo, em maio de 2013, tal situação foi alterada em razão do acórdão exarado pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região, cujo teor reformou a sentença.*

*Com essa reforma, várias entidades que, além de desempenharem atividades sociais, também operacionalizam planos de saúde, tem sido, recentemente alvo de suspensão da comercialização destes planos por parte da Agência Nacional de Saúde, até que seja constituída uma outra pessoa jurídica independente, com ou sem fins lucrativos, na forma do Art. 34 da Lei n.º 9.656/1998.*

*Tecidas estas considerações iniciais e respondendo ao questionamento formalizado, temos que, atualmente, caso os Hospitais Filantrópicos também tenham interesse em operar planos de saúde, salutar que seja criada uma outra pessoa jurídica para execução destas atividades.*

A SOLUÇÃO  
DEFINITIVA PARA  
QUEM QUER ACELERAR  
OS RESULTADOS DA SUA  
ORGANIZAÇÃO



[ACELERADORADEIMPACTO.COM](https://ACELERADORADEIMPACTO.COM)





#

CAPA



CAPTAR RECURSOS NO  
**EXTERIOR**  
PODE SER UMA BOA SOLUÇÃO



# Organizações sociais brasileiras recorrem a entidades internacionais como forma de captar recursos e garantir sua sustentabilidade e de suas ações

*Por Paula Craveiro*

**N**os últimos anos, a economia brasileira vem passando por diversas transformações, iniciadas durante a crise mundial de 2008 e agravadas pela atual situação política e econômica do país, que tem causado grandes e constantes mudanças no modo como pessoas físicas e jurídicas lidam com o dinheiro.

Nesse cenário, a escassez de recursos tem se intensificado e afetado consideravelmente as organizações sociais, que agora precisam não apenas disputar contribuidores com outras entidades, como também recorrer a novas maneiras de captar fundos para se manter.

Em um período tão conturbado para o Terceiro Setor, mobilizar recursos tornou-se um aspecto de grande importância no processo de sustentabilidade institucional, capaz de criar condições materiais, financeiras e de trabalho para a viabilidade do projeto político-institucional de uma organização.

## **CAPTAÇÃO NO BRASIL**

Nos últimos anos, o Terceiro Setor brasileiro vem passando por uma intensa reestruturação em suas ações. Cada vez mais as organizações estão recorrendo a grandes eventos – shows, jantares beneficentes e leilões, por exemplo – como forma de captar recursos, que podem ser humanos, materiais, tecnológicos ou financeiros.

“As entidades sociais estão buscando alternativas para captar fundos e, ao mesmo tempo, tentando se projetar na mídia, de modo a divulgar suas causas e alcançar o maior número possível de contribuidores. Quanto mais uma organização e seus projetos estiverem em evidência, maior será a possibilidade de serem vistas e terem suas causas reconhecidas e apoiadas”, afirma Karina Ruffo, consultora de patrocínio do Instituto Movimento Pró-Projetos.

Essa necessidade de estar em destaque não se limita aos períodos de crise econômica e ao conseqüente “desaparecimento” dos recursos fundamentais à manutenção e à ampliação de projetos e ações; no entanto, na atual conjuntura, isso se tornou bastante importante. A visibilidade de uma organização social gera credibilidade e ajuda a promover a aproximação dela e de entes até então pouco acessados, a quem se poderão apresentar propostas e gerar parcerias.

Segundo a consultora, o país tem aproximadamente 800 fontes para captação de recursos financeiros que, juntas, mobilizam cerca de R\$ 65 bilhões por ano, entre leis de incentivo, fundos nacionais, editais privados e editais públicos.

## **DIVERSIFICAÇÃO DAS FONTES DE CAPTAÇÃO**

De acordo com Danilo Tiisel, advogado especialista em legislação do Terceiro Setor e diretor da Social Profit Consultoria, captar recursos constitui um processo que não deve ser compreendido como sinônimo de pedir dinheiro; é necessário alinhar essa atividade à educação pela causa.

“A captação consiste num processo estruturado e bastante abrangente, que demanda um plano de ação, como uma atividade de gestão estratégica. Não basta somente solicitar um recurso; também é preciso que se saiba falar sobre a causa, de modo a tornar possível a mobilização de pessoas e de recursos, de todos os tipos, em torno dela. Toda a organização deve estar preparada, pois não é apenas um profissional que realiza a captação, mas todos os envolvidos”, explica o advogado.

Tão importante quanto captar recursos é também contar com a diversificação de fundos. “Se as organizações dependem de poucas fontes, existe um risco muito grande para a sua sustentabilidade econômica, pois, se aquela fonte secar, a organização pode entrar em colapso econômico. E a gente vê isso acontecer com muita frequência no Terceiro Setor”, ressalta.

De maneira sintética, Tiisel explica que existem cinco grandes fontes para a captação de recursos:

- 1. Indivíduos:** pessoas físicas.
- 2. Empresas e institutos empresariais:** empresas e organizações sem fins lucrativos de caráter empresarial.
- 3. Geração de renda própria:** comercialização de produtos e serviços, eventos, fundos patrimoniais, marketing relacionado à causa etc;
- 4. Fontes institucionais:** governos, agências, organizações laicas e religiosas, nacionais ou internacionais.
- 5. Fundações e organizações:** pela causa, familiares e comunitárias, nacionais ou internacionais.

Entre essas modalidades, a captação com fontes internacionais tem se apresentado como uma maneira positiva, embora ainda pouco explorada, de contornar a atual situação vivida pelo Terceiro Setor, assim como de gerar relacionamento e ampliar o leque de oportunidades de manutenção e de desenvolvimento de atividades para as organizações.

### QUEM PODE RECEBER RECURSOS EXTERNOS

Foi-se o tempo em que os recursos disponíveis internamente eram suficientes para garantir o pleno funcionamento das organizações sociais. Hoje em dia, eles estão cada vez mais escassos. Portanto, recorrer à cooperação internacional tornou-se uma importante fonte de financiamento para o trabalho social. No entanto, as entidades brasileiras ainda não se beneficiam adequadamente desses recursos

por falta de conhecimento a respeito de como buscá-los. A maioria das organizações tem dificuldade na hora de identificar as fontes internacionais e de saber como ou quando recorrer a elas.

A princípio, não existem restrições significativas quanto a quem pode ou não buscar esse tipo de recurso. “Todas as instituições que estejam em dia com suas atividades e, especialmente, aquelas que possuem cadastros nos órgãos competentes, estão habilitadas”, afirma Karina Isoton, educadora em captação de recursos e palestrante da Diálogo Social.

Angélica Basthi, coordenadora de comunicação da Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (ABIA), porém, destaca: “As instituições internacionais em geral vêm solicitando que sejam respondidas algumas perguntas sobre a atuação política da organização que está demandando o recurso, como é feita sua prestação

#### Quadro 1. Principais fundações norte-americanas que financiam projetos no Brasil

POSIÇÃO	FUNDAÇÃO	ORIGEM
1	Bill & Melinda Gates Foundation	Washington
2	Silicon Valley Community Foundation	Califórnia
3	AbbVie Patient Assistance Foundation	Illinois
4	Bristol-Myers Squibb Patient Assistance Foundation	Nova York
5	Johnson & Johnson Patient Assistance Foundation, Inc.	Nova Jersey
6	Merck Patient Assistance Program, Inc.	Nova Jersey
7	Genentech Access to Care Foundation	Califórnia
8	Pfizer Patient Assistance Foundation, Inc.	Nova York
9	GlaxoSmithKline Patient Access Programs Foundation	Pensilvânia
10	Ford Foundation	Nova York

Fonte: Foundation Center, 2016<sup>1</sup>.

#### Quadro 2. Os dez maiores doadores para o Brasil (doações desde 2006)

POSIÇÃO	FUNDAÇÃO	BENEFICIADOS	ANO	VALOR EM US\$
1	W. K. Kellogg Foundation	Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa	2009	25.000.000
2	Bill & Melinda Gates Foundation	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)	2013	6.957.203
3	Bill & Melinda Gates Foundation	Fundação Atauilpho de Paiva (FAP)	2010	3.138.113
4	Ford Foundation	Fundo Brasil de Direitos Humanos	2007	3.000.000
5	The William and Flora Hewlett Foundation	Instituto de Energia e Meio Ambiente	2010	3.000.000
6	Fund for Gender Equality – UN Women’s	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres	2010	3.000.000
7	Fund for Gender Equality – UN Women’s	SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia	2010	3.000.000
8	W. K. Kellogg Foundation	Baoba – Fundo para Equidade Racial	2013	2.804.241
9	Bill & Melinda Gates Foundation	Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)	2014	2.663.855
10	Skoll Foundation	Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon)	2012	2.600.000

Fonte: GIP, 2015.

<sup>1</sup>O ranking foi atualizado em 22 de maio de 2016 e está disponível, na íntegra, em <<http://foundationcenter.org/findfunders/topfunders/top100giving.html>>. Acesso em: 27 maio 2016.

de contas ou quem costuma financiá-la. As perguntas costumam estar disponíveis nos sites das instituições financiadoras”.

Também é importante que as organizações que demandam o financiamento prestem serviços que abrangem a comunidade como um todo, de modo a gerar resultados significativos. “Sempre se deve analisar o site dos organismos internacionais para entender os eixos pelos quais dispensam recursos e, especialmente, verificar para onde esses recursos foram nos últimos dois a cinco anos, por exemplo. É preciso entender que, quando se buscam recursos no exterior, não estamos mais conversando com brasileiros. Isso quer dizer que existem regras e normas específicas de seus países de origem, que devem ser levadas em consideração pelo captador. Os doadores internacionais normalmente estão focados no que a organização pode dar em retribuição à sociedade. Por isso, os resultados a serem apresentados são de extrema relevância”, pontua a educadora.

A consultora Karina Ruffo ressalta a importância do envolvimento dos primeiro e segundo setores para a captação de recursos internacionais: “Se uma entidade do Terceiro Setor apresentar um projeto sozinha, ela possivelmente terá mais dificuldade para aprová-lo. É preciso mostrar que se tem parceria com governo, com instituições privadas, com outras organizações do Terceiro Setor. Essa chancela é muito importante para os possíveis investidores”. Ela cita que, na União Europeia, a instituição não pode entrar com pedido de patrocínio de projeto sozinha, e sim deve contar com o respaldo de organizações parceiras.

## **FONTES DE FINANCIAMENTO PARA PROJETOS BRASILEIROS**

As diretrizes utilizadas pelas agências de financiamento, organizações e fundações internacionais para efetuarem suas doações estão vinculadas a macro-objetivos, cujos interesses políticos internacionais têm forte influência em relação ao destino das verbas, geralmente grandes.

Por serem organismos sofisticados e altamente profissionalizados, em certa medida se assemelham às fundações no que tange a linhas de financiamento e análise de projetos. Mas é certo que podem ser doações volumosas e fazer grande diferença no desenvolvimento da organização.

“Empresas com atividades nos Estados Unidos, por exemplo, podem reverter até 10% do seu imposto de renda em projetos de responsabilidade social no Brasil. Entre as que utilizam esses recursos, estão companhias como a Vale e a Embraer. A regra principal é que a instituição que executará o projeto tenha mais de quatro anos de existência”, conta a consultora Karina Ruffo.

Segundo Eelco Keij, consultor em captação de recursos com fundações norte-americanas, nos últimos dez anos, organizações brasileiras receberam mais de US\$ 430 milhões (cerca de R\$ 1,5 milhão)<sup>2</sup>, oriundos de fundações norte-americanas.



*Quando se buscam recursos no exterior, existem regras e normas específicas que devem ser levadas em consideração pelo captador. Os doadores internacionais normalmente estão focados no que a organização pode dar em retribuição à sociedade. Por isso, os resultados a serem apresentados são de extrema relevância*

De acordo com a educadora Karina Isoton, no Reino Unido, por exemplo, existem cerca de 300 instituições que destinam recursos a projetos realizados no Brasil. Outras fontes para captação são organismos como a Organização das Nações Unidas (ONU), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial (BM). Há ainda organismos multilaterais de crédito, bancos de exportação/importação e também bancos privados, conforme apresentado no Quadro 3.

## **ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS**

Organizações internacionais são entidades voluntárias formadas por Estados e detentoras de personalidade jurídica de direito internacional. Isso significa que organizações não-governamentais não são organizações internacionais, pois nenhum Estado está diretamente ligado a elas. Consistem em sociedades constituídas por meio de tratados, com a finalidade de buscar interesses comuns por intermédio de uma permanente cooperação entre seus membros. Assim, organizações internacionais são um conjunto de Estados possuidores de órgãos próprios capazes de exprimir vontade jurídica distinta da de seus membros.

<sup>2</sup> Valor estimado com base na cotação do dólar de 13 de junho de 2016 (US\$ 1,00 = R\$ 3,487).

Embora diversas organizações internacionais, como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), a Organização dos Estados Americanos (OEA) e outras, possam ter o mesmo objetivo, seus alcances territoriais serão diversos. O alcance territorial da ONU, por exemplo, é muito grande, pois quase todos os países do mundo fazem parte dela, enquanto o alcance territorial da Otan é restrito aos Estados Unidos, ao Canadá e aos países europeus banhados pelo Atlântico Norte.

Os propósitos das organizações internacionais são variados, sempre expressos em seus estatutos. Esses instrumentos têm a natureza jurídica de um tratado internacional e apresentam requisitos comuns.

Entre os objetivos estão: atuar em conjunto, de maneira cooperativa, para buscar avanços econômicos, sociais e políticos para os países membros; buscar soluções em comum para

resolver conflitos de interesse entre os Estados-membros; estabelecer políticas de cooperação técnica e científica; determinar normas e parâmetros comuns; traçar estratégias para a resolução de problemas de urgência, como guerras e outros conflitos militares; fiscalizar, por meio de órgãos específicos, o cumprimento das regras instituídas pelos acordos e organizar reuniões para a troca de experiências, definição de novas políticas ou determinação de novos objetivos.

### **POR QUE FUNDAÇÕES E ORGANIZAÇÕES FINANCIAM PROJETOS EM OUTROS PAÍSES?**

Uma fundação ou organização internacional pode ter vários objetivos que a faça trabalhar em parceria com fundações e instituições de outros países. Segundo o Instituto Synergos<sup>3</sup>, organização

#### **Quadro 3. Principais fontes de captação de recursos externos (não fundações)**

FUNDAÇÃO	CARACTERÍSTICAS
Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	É uma das principais fontes de captação de recursos externos para o desenvolvimento econômico, social e institucional da América Latina e do Caribe. Suas áreas prioritárias são: apoio às políticas e aos programas de desenvolvimento, modernização do Estado, programas sociais e promoção da integração regional para bens e serviços.
Banco Mundial (BM)	Criado juntamente com o Fundo Monetário Internacional (FMI), é composto de cinco agências. A mais importante para captação de recursos externos é o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), agência que contempla o setor público, apoia investimentos em educação, saúde, administração pública, agricultura, meio ambiente, infraestrutura, desenvolvimento financeiro e o setor privado, bem como recursos naturais.
Corporação Andina de Fomento (CAF)/Banco de Desenvolvimento da América Latina	Organização venezuelana que apoia atividades relacionadas ao crescimento econômico e à integração regional no setor de infraestrutura, como rodovias, transporte, telecomunicações, geração e transmissão de energia, água e saneamento ambiental, entre outros.
Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (Fida)	Atua na captação de recursos externos para o incremento da produção agrícola dos países em desenvolvimento, focando em pequenos produtores rurais, trabalhadores sem-terra e outros segmentos da população rural. É voltado a desenvolvimento agrícola, serviços financeiros, infraestrutura rural, pecuária, pesca, treinamento e capacitação institucional, armazenagem, processamento e venda de alimentos, além do desenvolvimento de micro e pequenas empresas.
Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata)	Concede empréstimos, garantias e captação de recursos externos e financia estudos de pré-investimento, identificando oportunidades de interesse dos países membros da Bacia do Prata (Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai), promovendo iniciativas de desenvolvimento harmônico e de integração da região.
Global Environment Facility (GEF)	Organização financeira independente formada por 182 países que financia, de modo não reembolsável, atividades relacionadas a biodiversidade, mudanças climáticas, degradação do solo, entre outros.
Japan Bank for International Cooperation (JBIC)	Organismo 100% constituído de capital do governo japonês, criado para financiar o investimento externo e o comércio internacional das empresas japonesas e apoiar países em desenvolvimento por meio de recursos em condições financeiras subsidiadas para a melhoria da infraestrutura socioeconômica e captação de recursos externos.
Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW Bankengruppe)	Concede empréstimos e contribuições financeiras a fundo perdido a programas de infraestrutura econômica e social; setores agropecuário e industrial; projetos de conservação do meio ambiente e dos recursos naturais; projetos de pequenas e médias empresas e financiamento de estudos e serviços.
Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD)	Financia e acompanha projetos que melhorem as condições de vida das populações, promovam o crescimento econômico, protejam o meio ambiente e ajudem os países frágeis ou recém-saídos de crises. Também oferece assistência técnica visando a um melhor desempenho da captação de recursos externos e dos projetos financiados.

<sup>3</sup>Extraído de <<http://pt.slideshare.net/tipuri/internacionais-synergos>>. Acesso em: 15 maio 2016.



sem fins lucrativos sediada em Nova York e especializada na criação de fundações, entre essas razões estão:

- a possibilidade de trabalhar com fundações que a ajude a ter acesso ao conhecimento e às organizações locais;
- trabalhar com parcerias que dividam os mesmos valores e padrões de responsabilidade;
- aumentar a sustentabilidade de suas iniciativas em outros países por meio de instituições filantrópicas locais que deem continuidade a essas iniciativas.

As fundações e organizações internacionais têm ajudado suas parceiras por meio do cofinanciamento de seus programas de doações, mobilização de recursos adicionais e fornecimento de apoio técnico e de custos operacionais básicos.

## CRITÉRIOS PARA SOLICITAÇÃO DE RECURSOS

Antes de dar início ao processo de captação de recursos externos, as organizações devem estar atentas a alguns aspectos relevantes de seu projeto, como verificar se ele atende a requisitos e diretrizes e se está em consonância com o governo federal. Os primeiros passos a serem observados são sua organização, seu planejamento e se o projeto está bem estruturado. Em seguida, é hora de descobrir o financiador ideal. Se o projeto com captação de recursos externos trata de esgotamento sanitário, pode-se recorrer,

por exemplo, a Japan Bank for International Cooperation (JBIC), que avaliará a solicitação e decidirá se financiará ou não a ideia.

Karina Isoton garante que não há mistério nesse processo, mas adverte: “É preciso pesquisar com muita atenção os editais das fundações e organizações estrangeiras e analisar os projetos já enviados e aprovados via site. Alguns sites disponibilizam mais do que um simples resumo do projeto financiado. Então, é importante atentar para como eles descrevem suas atividades e os resultados pretendidos (e obtidos), bem como o envio de material audiovisual e fotográfico”.

A educadora salienta ainda que, na maioria das vezes, o ideal é ser sucinto, pois o avaliador se prende aos números, às parcerias locais fortes e aos serviços prestados à sociedade, como já citado. “Esses três itens são extremamente importantes, pois servem como meio para que avaliador verifique como a comunidade atendida pelo projeto é beneficiada, o que deixa de sair das esferas públicas por conta dessa parceria entre instituição e atendidos”, completa Karina.

Outro aspecto que se deve ter em mente é que as entidades internacionais, assim como ocorre com suas parceiras, contam com suas próprias políticas relativas a potenciais apoios. “É preciso entender que o perfil do agente que poderá doar o recurso é diferente do brasileiro, principalmente nos quesitos fornecimento de dados e prestação de serviços tangíveis à comunidade em que está inserido. No exterior, estão sempre atentos às questões de

### Quadro 4. Principais organizações internacionais

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL	HISTÓRICO
Organização das Nações Unidas (ONU)	Fundada em 1945, é a maior organização internacional do mundo. Tem como objetivos principais a manutenção da paz mundial, o respeito aos direitos humanos e o progresso social da humanidade.
Organização dos Estados Americanos (OEA)	Fundada em 1948, conta com a participação de 35 nações do continente americano. Tem como objetivos principais a integração econômica, a segurança (combate ao terrorismo, ao tráfico de drogas e a armas), o combate à corrupção e o fortalecimento da democracia no continente.
Organização Mundial do Comércio (OMC)	Fundada em 1994, conta com a participação de 149 países membros. Atua na fiscalização e na regulamentação do comércio mundial, além de gerenciar acordos comerciais.
Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)	Fundada em 1960, é formada por 34 países. Tem como metas principais o desenvolvimento econômico e a manutenção da estabilidade financeira entre os países membros.
Organização Mundial da Saúde (OMS)	Fundada em 1948, faz parte da ONU e tem como objetivo principal a gestão de políticas públicas voltadas para a saúde em nível mundial.
Organização Internacional do Trabalho (OIT)	Organismo especializado da ONU, foi fundada em abril de 1919. Atua, em nível mundial, em assuntos relacionados ao trabalho e a relações trabalhistas.
Fundo Monetário Internacional (FMI)	Criado em 1945, tem como objetivos principais a manutenção da estabilidade financeira e monetária no mundo, o aumento do nível de emprego e a diminuição da pobreza. Conta com a participação de 188 nações.
Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan)	Criada em 1949, conta com a participação de 28 países membros. Tem como objetivo principal a manutenção da segurança militar na Europa e nos Estados Unidos.

**Quadro 5.** Editais e *hubs* de informação

Os links indicados neste quadro são as principais fontes de informação sobre editais. Navegando por eles, pode-se chegar a várias outras oportunidades para conhecer as fundações e o seu papel em relação à sociedade mundial.

**ESTADOS UNIDOS**

O site da Foundation Center ministra cursos on-line para quem tem interesse e fala inglês – <[http://ec.europa.eu/europeaid/work/funding/index\\_en.htm](http://ec.europa.eu/europeaid/work/funding/index_en.htm)>.

**UNIÃO EUROPEIA**

É importante estar atento às chamadas feitas neste link, que dá acesso ao *ranking* das fundações que mais fazem doações – <<http://foundationcenter.org/findfunders/topfunders/top100giving.html>>.

balanço social, seriedade com a qual a organização atua, parceiros importantes, programas em andamento e pessoal atingido diretamente pelas ações, enfim, os impactos reais de suas atividades para com a sociedade”, ela orienta.

A coordenadora da ABIA, Angélica Basthi, ainda ressalta que há critérios que variam de acordo com as agências e seus interesses institucionais. “Existem instituições que preferem apoiar projetos de cunho mais técnico; outras optam por apoiar ações de monitoramento; e há ainda aquelas que disponibilizam recursos para programas de intervenção com uma dimensão voltada à oferta de serviços. No caso da ABIA, contamos com o apoio do MAC Aids Fund, que prioriza ações de prevenção para jovens. Nossa dica é que os interessados em solicitar recursos estudem bem as informações disponíveis na internet e, se possível, conversem com os funcionários dessas instituições para ter uma ideia clara dos critérios e sanar todas as dúvidas”, ela sugere.

### **ERROS COMUNS DURANTE O PROCESSO DE CAPTAÇÃO INTERNACIONAL**

De acordo com o consultor Eelco Keij, um dos erros mais comuns ao buscar financiamento é recorrer somente às fundações e às organizações internacionais mais famosas. “Há milhares de fundações nos Estados Unidos que financiam internacionalmente, então por que se aproximar somente das mais famosas? Uma fundação menos conhecida provavelmente poderia financiar mais uma causa e possivelmente mais rapidamente”, ele adverte.

Outro erro, ainda mais grave, é o desconhecimento de como o setor funciona. “Parafraseando o ex-presidente norte-americano Kennedy: não pergunte o que a fundação pode fazer por você; pergunte a você o que pode fazer pela fundação. Em outras palavras, cada fundação tem seus próprios objetivos e missão. Se

a organização social garantir que consegue contribuir para que ela os alcance, é mais provável que eles os ouçam”, afirma Keij.

Segundo Fernando Rossetti, sócio-diretor da organização Gestão de Interesse Público (GIP), existem dez itens que devem ser evitados por todas as organizações sociais que estão em busca de captação de recursos com fundações internacionais. São eles:

- 1. Pensar apenas na proposta que está sendo apresentada:** pensar apenas no seu próprio projeto/organização sem considerar ou se alinhar com o posicionamento estratégico do potencial doador garante uma “bola fora” e a perda do financiamento.
- 2. Agir como se só existisse seu projeto/sua organização:** acreditar que sozinho é possível mudar uma realidade pode deixá-lo, de fato, sozinho. As fundações lidam com desafios complexos, como a melhoria da educação ou a garantia de direitos, por exemplo, que são alcançados com aproximações sistêmicas, por meio da articulação de diversos atores.
- 3. Depender exclusivamente do financiamento buscado:** depender demais do financiamento em questão afastará a organização social do recurso. Uma das prioridades para os investidores internacionais é que as entidades apoiadas sejam sustentáveis. Escrever uma proposta sem sinalizar como trará outros apoiadores para sua instituição pode demonstrar que a organização não parou para pensar nisso.
- 4. Esquecer a transparência e desconhecer o *accountability*:** não ter bons relatórios, indicadores ou números deixará sua instituição sem recursos. Governo, empresas e fundações querem saber de onde vem o dinheiro, para onde ele vai e quais foram seus resultados e seu impacto.
- 5. Desprezar a governança e descuidar do conselho:** ter conselhos fracos, sem representatividade, afasta potenciais financiadores. Uma das principais garantias de sustentabilidade e transparência de uma organização é ter um bom sistema de

## Quadro 6. Outras fontes para buscas de oportunidades



### **Funds for NGOs** – <<http://www.fundsforngos.org>>

Site internacional, gratuito, com informações sobre as chamadas por propostas (*call for proposals*) de todo o mundo. Envia informativo diário com conteúdo sobre financiamentos e bolsas disponíveis. Contém ferramentas de elaboração de projetos.



### **Associação Brasileira de Captadores de Recursos (ABCR)** – <<http://www.captacao.org>>

Site brasileiro, gratuito, com informações sobre as chamadas por propostas (*call for proposals*) de todo o mundo. Envia informativo semanal com conteúdo sobre financiamentos e captação de recursos.



### **Foundation Center** – <<http://www.foundationcenter.org>>

Organização que reúne informações das milhares de fundações norte-americanas que financiam projetos por todo o mundo. Envia informativo semanal com conteúdo sobre financiamentos e captação de recursos.



### **Terra Viva Grants Directory** – <<http://www.terravivagrants.org>>

Site internacional, gratuito, com informação de doadores na área do meio ambiente. Envia informativo mensal com conteúdo sobre financiamentos e captação de recursos.



### **Latin America Donor Index** – <<http://www.lacdonors.org>>

Banco de doadores de toda a América Latina, organizado pela Fundación Avina e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Gratuito. Contém lista de 548 organizações doadoras, sendo cerca de 100 brasileiras.

governança, que promova a perpetuidade de suas ações para além dos líderes de turno.

6. **Ter apenas objetivos de longo prazo e intangíveis:** vender suas ações sem delimitar os passos que serão dados a cada momento e como se medirá a evolução periodicamente não convence um investidor. É preciso ter um planejamento rigoroso e detalhado.
7. **Pensar pequeno e apenas em sua comunidade:** restringir o olhar ao público diretamente beneficiado limita as fontes de recurso. Por mais específica e circunscrita que seja sua ação, espera-se que ela possa construir soluções capazes de ganhar escala e gerar transformações que ajudem milhões de pessoas.
8. **Esquecer o financiador depois que o cheque foi depositado:** deixar de cuidar do relacionamento fará com que a organização perca esse parceiro. O trabalho do captador não acaba quando o dinheiro entra na conta. A fundação internacional faz uma doação não para o projeto, mas para a relação com aquela instituição. Manter essa relação viva e aberta é parte integral da captação.
9. **Considerar o doador como um auditor:** comunicar apenas as boas notícias gera uma má notícia no fim. Confiança é essencial na relação com os doadores institucionais, e para isso você precisa entender e poder defender. O doador não é um auditor. Portanto, ele quer e precisa que você tenha sucesso. Por isso, você tem de ajudá-lo a entender quais são seus desafios, não apenas os seus sucessos.
10. **Deixar para amanhã:** não é possível atrasar nem perder prazo. Prazo é algo sagrado para parceiros da cooperação. Se a

organização cumprir os pequenos rituais de prazo, horário, formato do *template*, tabela de orçamento, entre outros, fica muito mais fácil negociar as grandes coisas, como mudança de objetivo (se necessário), problemas que surgirem etc.

## EXEMPLOS DE PARCERIAS INTERNACIONAIS COM INSTITUIÇÕES BRASILEIRAS

Em mais de meio século de história, a Cáritas Brasileira tem mobilizado recursos para realizar seu projeto político-pedagógico, construindo relações solidárias e fortalecendo a cidadania. A mobilização de recursos junto às fundações internacionais tem sido uma alternativa viável e recomendável para a Rede Cáritas, que mantém relacionamento próximo com muitas agências e potencial para estabelecer novas parcerias, tanto com agências europeias como norte-americanas. “As exigências das agências financiadoras internacionais quanto à apresentação e ao desenvolvimento de projetos e à gestão dos recursos é uma realidade. Nesse sentido, a capacitação das equipes e a implantação de instrumental de gestão são fundamentais para que a Cáritas possa acessar financiamentos de novas agências. Contudo está claro o limite da cooperação internacional para responder às necessidades da Cáritas. Além da necessidade de sustentação financeira, estreitar o relacionamento com a sociedade brasileira tem-se colocado como uma necessidade política, haja vista a importância de ampliar a visibilidade e a credibilidade institucionais. Ampliar ou dinamizar o acesso aos financiadores públicos e privados no Brasil é uma perspectiva importante para a Cáritas”, afirma a organização.

**Quadro 7.** Exemplos de financiadores internacionais

AGÊNCIAS DA ONU	
United Nations Democracy Fund (UNDEF)	<a href="http://www.un.org/democracyfund">http://www.un.org/democracyfund</a>
UN Women	<a href="http://www.unwomen.org">http://www.unwomen.org</a>
United Nations Office on Drugs and Crime (UNODC)	<a href="http://www.unodc.org">http://www.unodc.org</a>
United Nations Voluntary Fund on Contemporary Forms of Slavery	<a href="http://www.ohchr.org/EN/Issues/Slavery/UNVTFCS/Pages/WhattheFundis.aspx">http://www.ohchr.org/EN/Issues/Slavery/UNVTFCS/Pages/WhattheFundis.aspx</a>
United Nations Girls' Education Initiative (UNGEI)	<a href="http://www.ungei.org">http://www.ungei.org</a>
AGÊNCIAS GOVERNAMENTAIS	
União Europeia	<a href="https://ec.europa.eu/europeaid/home_en">https://ec.europa.eu/europeaid/home_en</a>
Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID)	<a href="https://www.usaid.gov/brazil">https://www.usaid.gov/brazil</a>
The Australian Agency for International Development (AusAid)	<a href="http://brazil.embassy.gov.au/brasportuguese/Development_cooperat.html">http://brazil.embassy.gov.au/brasportuguese/Development_cooperat.html</a>
Irish Aid	<a href="https://www.irishaid.ie/">https://www.irishaid.ie/</a>
SIDA	<a href="http://www.sida.se/English">http://www.sida.se/English</a>
AGÊNCIAS GOVERNAMENTAIS E MULTILATERAIS	
Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID)	<a href="http://www.aecid.es/ES">http://www.aecid.es/ES</a>
The North American Aerospace Defense Command (NORAD)	<a href="http://www.norad.no/en">http://www.norad.no/en</a>
Japan International Cooperation Agency (JICA)	<a href="http://www.jica.go.jp">http://www.jica.go.jp</a>
Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	<a href="http://www.iadb.org/pt">http://www.iadb.org/pt</a>
Banco Mundial	<a href="http://www.worldbank.org">http://www.worldbank.org</a>
COMUNICAÇÃO	
Rising Voices	<a href="http://rising.globalvoicesonline.org">http://rising.globalvoicesonline.org</a>
Fundação Knight	<a href="http://www.knightfoundation.org">http://www.knightfoundation.org</a>
Freedom House	<a href="http://www.internetfreedomfh.strutta.com">http://www.internetfreedomfh.strutta.com</a>
Media Legal Defence Initiative (MLDI)	<a href="http://www.mediadefence.org">http://www.mediadefence.org</a>
Community of Democracies	<a href="http://www.community-democracies.org">http://www.community-democracies.org</a>
PAZ	
Fundo de Inovação Humanitária	<a href="http://www.humanitarianinnovation.org">http://www.humanitarianinnovation.org</a>
Tiet Foundation	<a href="http://tietfoundation.org">http://tietfoundation.org</a>
First Peoples Worldwide	<a href="http://www.firstpeoples.org">http://www.firstpeoples.org</a>
Fundação Mi Sangre (Nexso)	<a href="http://www.nexso.org">http://www.nexso.org</a>
United States Institute of Peace (USIP)	<a href="http://www.usip.org">http://www.usip.org</a>
PAZ E DEMOCRACIA	
Berghof Foundation	<a href="http://www.berghof-foundation.org">http://www.berghof-foundation.org</a>
World Justice Project	<a href="http://worldjusticeproject.org">http://worldjusticeproject.org</a>
Inter-American Foundation	<a href="http://www.iaf.gov">http://www.iaf.gov</a>
Open Society Foundation	<a href="http://www.soros.org">http://www.soros.org</a>
MEIO AMBIENTE	
Japan Water Forum Fund	<a href="http://www.waterforum.jp">http://www.waterforum.jp</a>
The Walt Disney Company	<a href="https://thewaltdisneycompany.com/content/conservation-funding">https://thewaltdisneycompany.com/content/conservation-funding</a>
The Toyota Foundation	<a href="http://www.toyotafound.or.jp/english/program/research.html">http://www.toyotafound.or.jp/english/program/research.html</a>
Prêmio Lee Kuan Yew da Água	<a href="http://www.siww.com.sg/about-prize">http://www.siww.com.sg/about-prize</a>
The Darwin Initiative	<a href="http://www.gov.uk/darwin-initiative-applying-for-main-project-funding">http://www.gov.uk/darwin-initiative-applying-for-main-project-funding</a>
AGRICULTURA E ENERGIA	
Fundação Rei Balduino	<a href="http://kbs-frb.be">http://kbs-frb.be</a>
Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (IFAD)	<a href="http://www.ifad.org">http://www.ifad.org</a>
Ploughshares Fund	<a href="http://www.ploughshares.org">http://www.ploughshares.org</a>
REEEP	<a href="http://www.reeep.org">http://www.reeep.org</a>

Continua...



## Quadro 7. Continuação

INOVAÇÃO	
The Drucker Institute	<a href="http://www.druckerinstitute.com">http://www.druckerinstitute.com</a>
Rockefeller Foundation	<a href="http://centennial.rockefellerfoundation.org">http://centennial.rockefellerfoundation.org</a>
Fundação Siemens	<a href="http://www.empowering-people-award.siemens-stiftung.org">http://www.empowering-people-award.siemens-stiftung.org</a>
Fundación Avina	<a href="http://www.avina.net">http://www.avina.net</a>
Fundo de Inovação Global	<a href="http://www.globalinnovation.fund">http://www.globalinnovation.fund</a>
SAÚDE	
Elton John Aids Foundation	<a href="http://ejaf.org">http://ejaf.org</a>
The American Foundation for AIDS Research (amfAR)	<a href="http://www.amfar.org">http://www.amfar.org</a>
Red Ribbon Award	<a href="http://www.redribbonaward.org">http://www.redribbonaward.org</a>
Fundação Aids Elizabeth Taylor	<a href="http://elizabethayloraidsfoundation.org/grants">http://elizabethayloraidsfoundation.org/grants</a>
Conquer Cancer Foundation	<a href="http://www.conquercancerfoundation.org">http://www.conquercancerfoundation.org</a>
JOVENS	
UN Habitat Urban Youth Fund	<a href="http://www.unhabitat.org">http://www.unhabitat.org</a>
Iniciativa Jovem	<a href="http://www.youthpolicy.org">http://www.youthpolicy.org</a>
Jovens para o Desenvolvimento Internacional (YID)	<a href="http://yfidnetworks.org">http://yfidnetworks.org</a>
Desafio Geração Gênesis	<a href="http://www.genesis-generation.org">http://www.genesis-generation.org</a>
CULTURA	
Fundo Internacional para a Diversidade Cultural	<a href="http://www.unesco.org/new/en/culture/themes/cultural-diversity/diversity-of-cultural-expressions/international-fund">http://www.unesco.org/new/en/culture/themes/cultural-diversity/diversity-of-cultural-expressions/international-fund</a>
Fundación Mapfre	<a href="http://www.fundacionmapfre.org">http://www.fundacionmapfre.org</a>
The Andrew W. Mellon Foundation	<a href="https://mellon.org">https://mellon.org</a>
Prêmio de Inovação Intercultural	<a href="https://interculturalinnovation.org/the-award">https://interculturalinnovation.org/the-award</a>
Projecto Iberescena	<a href="http://www.iberescena.org">http://www.iberescena.org</a>
GÊNERO	
Global Fund for Women	<a href="http://www.globalfundforwomen.org">http://www.globalfundforwomen.org</a>
Red Umbrella Fund	<a href="http://www.redumbrellafund.org">http://www.redumbrellafund.org</a>
The Match International Women's Fund	<a href="http://matchinternational.org/apply">http://matchinternational.org/apply</a>
Frida The Young Feminist Fund	<a href="http://youngfeministfund.org">http://youngfeministfund.org</a>
Astrea Lesbian Foundation for Justice	<a href="http://www.astraeafoundation.org">http://www.astraeafoundation.org</a>
CRIANÇAS	
Saving Lives at Birth	<a href="http://www.savinglivesatbirth.net">http://www.savinglivesatbirth.net</a>
Wise Initiative	<a href="http://www.wise-qatar.org/awards">http://www.wise-qatar.org/awards</a>
Children and Violence Evaluation Challenge Fund	<a href="http://www.evaluationchallenge.org">http://www.evaluationchallenge.org</a>
The Global Fund for Children	<a href="http://www.globalfundforchildren.org">http://www.globalfundforchildren.org</a>
World's Children's Prize	<a href="http://worldschildrensprize.org">http://worldschildrensprize.org</a>
DEFICIÊNCIAS E ESPORTES	
Fundação Abilis	<a href="http://www.abilis.fi">http://www.abilis.fi</a>
Fundación Once para la Solidaridad con Personas Ciegas de América Latina (FOAL)	<a href="http://foal.es/es/content/convocatoria-abierta-y-permanente-de-foal">http://foal.es/es/content/convocatoria-abierta-y-permanente-de-foal</a>
Christopher & Dana Reeve Foundation	<a href="http://www.christopherreeve.org">http://www.christopherreeve.org</a>
Peace & Sport	<a href="http://www.peace-sport.org">http://www.peace-sport.org</a>
Fare Network	<a href="http://www.farenet.org/get-involved/fare-grants">http://www.farenet.org/get-involved/fare-grants</a>
OUTROS	
Brazil Foundation	<a href="http://www.brazilfoundation.org">http://www.brazilfoundation.org</a>
Google	<a href="http://www.google.org">http://www.google.org</a>
Bill & Melinda Gates Foundation	<a href="http://www.gatesfoundation.org">http://www.gatesfoundation.org</a>
Epic Foundation	<a href="http://www.epic.foundation/pt">http://www.epic.foundation/pt</a>
Global Giving	<a href="http://www.globalgiving.org">http://www.globalgiving.org</a>



*“No exterior, estão sempre atentos às questões de balanço social, seriedade com a qual a organização atua, parceiros importantes, programas em andamento e os impactos reais para com a sociedade.”*

**Karina Isoton,**  
educadora em captação de recursos

Atualmente, as estratégias de mobilização de recursos públicos têm sido constantes e significativas para a Cáritas Brasileira. Esse fato não é uma situação específica dessa instituição, mas das organizações sociais no Brasil, decorrente da democratização social ocorrida nos últimos 15 anos, da insuficiência dos recursos internacionais para sustentação das organizações sociais, da abertura de linhas de financiamento vinculadas a programas de interesse do público atendido pelas organizações sociais e da definição de processos mais transparentes e organizados de linhas de financiamento.

Outro exemplo é a Rede La Salle, presente no Brasil desde 1907, que integra a Província La Salle Brasil - Chile, unidade administrativa do Instituto dos Irmãos das Escolas Cristãs, cuja missão religiosa e educacional foi inaugurada por São João Batista de La Salle em 1680 e, desde então, se espalhou pelo mundo.

Segundo José Alberto Antunes de Miranda, assessor de assuntos institucionais e internacionais da La Salle, a rede começou a se movimentar em relação à elaboração de projetos para envio às agências internacionais a fim de captar recursos para suas atividades educacionais. “A fim de dar andamento à aplicação internacional de projetos, o La Salle montou, há algum tempo, um escritório de projetos internacionais que se encontram em fase de adaptações da cultura la sallista. Em outras palavras, o objetivo é mostrar o quanto é importante captar recursos internacionais, porque não se vive de mensalidade de aluno. Para ganhar mercado e notoriedade, é preciso investir em pesquisa aplicada, pois gera recursos para as empresas que buscam patentes”, afirma Miranda.

A ABIA é uma organização não-governamental sem fins lucrativos que atua na mobilização da sociedade civil para o enfrentamento da epidemia de HIV e da aids no Brasil. A entidade também conta com recursos internacionais para dar continuidade aos seus projetos e atividades, conforme

explica Angélica Basthi. “Nossa experiência sempre foi a mais diversificada possível. Historicamente, a associação tem tido forte envolvimento de redes internacionais, como o Conselho Latino-Americano e Caribenho de ONGs com Serviços em HIV/Aids (LACCASO). Aliás, somos hoje a instituição que coordena a diretoria executiva do grupo. São organizações no nosso campo, mas atuamos em outros países e regiões em que estabelecemos parcerias com outros tipos de instituições, com vistas a fortalecer a pressão política e a solidariedade internacional. Já firmamos também parcerias com universidades para projetos de pesquisa, cujos recursos seguiram para a universidade e foram repassados para a execução de algum projeto específico”.

A Netherlands Hanseniasis Relief Brasil (NHR Brasil) é a filial de representação da Netherlands Leprosy Relief (NLR), ONG holandesa fundada em 1967 para combater a hanseníase em 14 países ao redor do mundo. A NHR Brasil e a NLR têm o compromisso de trabalhar para criar um mundo livre do sofrimento causado pela hanseníase e pela deficiência física recorrente da hanseníase, e a NHR Brasil aplica essa missão aqui.

“Atualmente, mantemos parceria com duas organizações internacionais – a Campagne Internationale de L’Ordre de Malte Contre la Lèpre (CIOMAL), organização suíça que trabalha no combate à hanseníase, e a Leprosy Research Initiative (LRI), fundo combinado de várias organizações que trabalham com hanseníase no mundo. Ambas as organizações apoiam o desenvolvimento de pesquisas. A primeira apoia o desenvolvimento de pesquisa operacional em dois municípios no Piauí, e a segunda é uma iniciativa compartilhada entre os programas comunitários do Brasil e da Indonésia, por meio de pesquisa operacional participativa e emancipatória para a Reabilitação Baseada na Comunidade (RBC)”, conta a coordenadora de arrecadação de recursos Margarida Araújo Praciano. 🏠

# MULTIPLICANDO O SUAS



## ALTERAÇÕES NAS REGRAS DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS

**Lei n.º 13.019/14, alterada pela Lei n.º 13.204/15, muda conceito de parcerias com poderes públicos**

**A**tualmente, o Terceiro Setor vivencia um forte movimento de regulação para ampliar sua capacidade de desenvolver vantagens competitivas, especialmente com as novidades nas formas de captação de recursos que têm se proliferado em chamamentos públicos (para verbas públicas) e em editais (verbas privadas). O acesso aos recursos, porém, envolve cada vez mais disputas nos âmbitos de qualidade e de custo. Isso amplia a necessidade de controle e gestão, o que obriga as Organizações da Sociedade

Civil (OSCs) a se adaptarem às novidades para não ficarem fora do mercado.

Nesse contexto, foi aprovada a Lei n.º 13.019/14<sup>1</sup>, que regulariza as parcerias voluntárias, com ou sem transferência de recursos financeiros, entre a administração pública e as OSCs, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público. Mas sua entrada em vigor foi prorrogada até a publicação da Lei n.º 13.204/15<sup>2</sup> que, além de alterar os prazos de vigência, trouxe uma série de modificações no texto da lei original.

<sup>1</sup>A Lei n.º 13.019/2014 está disponível, na íntegra, em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm)>. Acesso em: 15 jun. 2016.

<sup>2</sup>A Lei n.º 13.204/2015 está disponível, na íntegra, em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/Lei/L13204.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Lei/L13204.htm)>. Acesso em: 15 jun. 2016.



♦ **JOSÉ ALBERTO TOZZI** é professor no Núcleo PAULUS de Formação, Pesquisa e Disseminação Social, administrador de empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), graduado em Ciências Contábeis e MBA Executivo Internacional na FIA. Mestre em Administração com ênfase no Terceiro Setor pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

## *Mesmo não obrigatório, seria salutar que a organização da sociedade civil tivesse um regulamento de compras e contratações simples e aplicável a todas as suas atividades, independentemente da origem dos recursos*

A seguir, apresentam-se as principais alterações e os impactos trazidos por essa legislação à prática diária das OSCs e dos entes federados:

- **Vigência:** a vigência para os municípios foi escalonada, mantendo para 1.º de janeiro de 2016 a entrada em vigor para os recursos federais, estaduais e do Distrito Federal; e aos recursos municipais, o prazo foi para 1.º de janeiro de 2017, facultando a implementação da lei a partir de 23 de janeiro de 2016 por ato administrativo próprio.
- **Parcerias:** foram incluídas as cooperativas que atuam com vulnerabilidade social e as cooperativas sociais de combate à pobreza e geração de trabalho e renda. Também se instituiu o acordo de cooperação (parceria sem transferência de recursos).

O artigo 2A determina que “as parcerias disciplinadas nesta Lei respeitarão [...] as normas específicas das políticas públicas setoriais relativas ao objeto da parceria e as respectivas instâncias de pactuação e deliberação”, o que significa reconhecimento das políticas sociais estabelecidas. Ainda nessa linha, incluiu a consulta aos conselhos setoriais de políticas públicas e a administração pública quanto a políticas e ações voltadas ao fortalecimento das relações da parceria, além de promover a participação, nas comissões de seleção e de monitoramento e avaliação, de pelo menos um servidor efetivo ou empregado permanente da administração pública. Daí, subentende-se que qualquer cidadão poderá participar dessas comissões:

- **Chamamento público:** foi incluído o conceito de territorialidade, que limita geograficamente o chamamento em casos de organizações sediadas ou atuantes em determinada localidade por imperativos das políticas públicas. Estabeleceu-se também a isenção de chamamento público para as transferências em casos que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e aos acordos de cooperação, bem como acrescentou a dispensa de chamamento público para atividades de educação, saúde e assistência social, caso a OSC esteja previamente credenciada pelo órgão gestor da respectiva política. Isso pressupõe que deverá haver o cadastro das OSCs habilitadas para a execução dessas políticas públicas. Considerando que pelo menos no âmbito municipal a maioria absoluta dos recursos é destinada a essas três políticas públicas, é de se supor que parte substancial dos termos de colaboração seja assinada sem a necessidade de chamamento público, o que, no entanto, não exclui a obrigatoriedade de

seguir as determinações previstas na lei. O plano de trabalho a ser apresentado no chamamento público foi simplificado, retirando exigências como: comprovação da compatibilidade dos custos com os preços de mercado, plano de aplicação dos recursos, estimativa dos encargos sociais, cronograma de desembolsos, modo, periodicidade e prazos para análise das prestações de contas.

- **Seleção e celebração:** a nova lei escalona o tempo mínimo de existência exigido para as OSCs (um ano para recursos municipais; dois anos para estaduais; e três anos para recursos da União, admitida a redução desses prazos por ato específico de cada ente na hipótese de nenhuma organização atingi-los). Foi excluído o item que exigia documento que evidenciasse a situação das instalações e as condições materiais da entidade, quando estas forem necessárias para a realização do objeto pactuado.
- **Formalização e execução:** a atuação em rede foi simplificada e a OSC deve comunicar à administração pública em até 60 dias a assinatura do termo de atuação em rede.

Foi revogada a obrigatoriedade do regulamento de compras e contratações, o que, em um primeiro momento, parece bom e desburocratizante, mas preocupa na medida em que a lei tem critérios rígidos para não pagamento de servidores públicos a qualquer título e a utilização dos recursos em finalidade alheia ao objeto da parceria. A pergunta que permanece é: como os gestores responsáveis pela parceria terão certeza da utilização adequada dos recursos sem um procedimento de controle e gestão? Considera-se, portanto, que, mesmo não obrigatório, seria salutar que a OSC tivesse um regulamento de compras e contratações simples e aplicável a todas as suas atividades, independentemente da origem dos recursos. Também foi revogada a obrigatoriedade de manutenção de Conselho Fiscal, perda significativa aos conceitos de transparência e gestão.

Manteve-se, porém, a obrigatoriedade de que a OSC com objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social siga as Normas Brasileiras de Contabilidade e preveja, em caso de dissolução, a transferência do patrimônio remanescente a outra pessoa jurídica com os mesmos objetivos e que preencha os requisitos da lei. A novidade é que isso deve estar estabelecido em normas de organização interna, e não necessariamente no estatuto. Também foi mantida a obrigação de contrarrente em banco público, com isenção da tarifa bancária,



## *A responsabilidade quanto aos atos de omissão, e não somente aos atos praticados pelo administrador e pelo gestor público, deve ser disseminada para evitar prejuízos, inclusive pessoais*

permitindo desembolsos em espécie em caso de impossibilidade, comprovada, de pagamento pelo banco.

Revogou-se também a obrigatoriedade de a OSC inserir cláusula, no contrato que celebrasse com fornecedor de bens ou serviços com a finalidade de executar o objeto da parceria, que permitisse o livre acesso de servidores ou de empregados dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos públicos, bem como dos órgãos de controle, aos documentos e registros contábeis da empresa contratada.

A responsabilidade quanto aos atos de omissão, e não somente aos atos praticados pelo administrador e pelo gestor público, deve ser disseminada para evitar prejuízos, inclusive pessoais.

- **Ações compensatórias:** a lei possibilita à OSC a solicitação de autorização para a administração pública a fim de ressarcir o erário, após a exaustão da fase recursal, por meio de ações compensatórias, o que não significa, na prática, a devolução do recurso em dinheiro.
- **Extinção do título de Utilidade Pública Federal:** estenderam-se os benefícios previstos na lei de Utilidade Pública Federal e Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) a todas as entidades sem fins lucrativos, e revogou a lei que instituiu a Utilidade Pública Federal. A lei da Oscip foi mantida, mas com várias alterações.
- **Legislação complementar:** um fator essencial à aplicação da lei é sua regulamentação em todas as instâncias dos entes federados. Ou seja, deve-se publicar decretos federais, estaduais e municipais que adaptarão os termos da lei, naquilo que for pertinente, à realidade de cada ente federado.

Tendo em vista as mudanças exigidas pela nova lei, sugere-se a adoção de medidas para a implantação dos novos conceitos:

- **Prazos:** apesar da prorrogação da vigência da lei, nos municípios, devem-se analisar as exigências para adaptação paulatina. Não se pode esquecer que mudanças estruturais precisam ser feitas o quanto antes para permitir sua adaptação.
- **Conscientização:** fator que pode impedir a implantação desse processo e inviabilizar a OSC em um futuro próximo. Caso a entidade dependa de recursos públicos, as mudanças são obrigatórias para a sobrevivência da OSC.
- **Visão sistêmica:** é preciso pensar em um processo com o envolvimento de diversas áreas e pessoas na OSC. Considera-se que o recurso restrito deve ser controlado em todo o seu movimento na entidade. Todas as áreas envolvidas devem ter noção clara do processo.

- **Planejamento:** papel da contabilidade e do controle financeiro na gestão da OSC, projetos para o próximo ano, volume necessário de recursos, natureza dos recursos (restritos ou irrestritos), informações para prestação de contas.
- **Estruturação:** os recursos restritos devem ser controlados separadamente, tanto nas receitas e despesas quanto nos ativos e passivos. Portanto, o plano de contas precisa prever essa segregação. Cada projeto deve ser um centro de resultados, controlando entradas e saídas daquele recurso restrito.
- **Acompanhamento:** deve haver responsabilidades, prazos, cobranças e reuniões periódicas entre os envolvidos (governança interna) no nível operacional. São esses resultados avaliados internamente que alimentarão a governança estatutária da OSC para tomada de decisões estratégicas. 📌





# COMUNICAÇÃO SOCIAL A SERVIÇO DO BEM COMUM

*Por Matheus Pereira Silva\**

**D**esde os tempos antigos, a comunicação faz parte do cotidiano dos homens; ela é uma das condições para a sobrevivência da espécie e possibilita o desenvolvimento da sociedade. Comunicação, do latim *communicare*, significa tornar comum. Por meio dela, os homens pré-históricos puderam transmitir às próximas gerações as práticas de caça, as estratégias para se refugiar e tantas outras atividades necessárias para a sobrevivência. Já na Idade Média, os padres das igrejas utilizavam os sermões para transmitir a fé e o apoio ao Estado para a população não

letrada. Nesse período, todo o estudo científico e filosófico estava concentrado na nobreza e no clero. No Iluminismo, a comunicação foi essencial para a transmissão dos conceitos de racionalidade entre os estudiosos, e a imprensa foi fundamental para levar a informação à população, agora já com maior parcela letrada. Hoje, expressam-se facilmente, por meio de redes, os sentimentos e pensamentos das pessoas. Assim, a comunicação faz parte da história do homem enquanto instrumento que agrega conhecimento e informação, bem como da relação entre homem e sociedade.

\*Aluno do primeiro semestre de Relações Públicas na Faculdade Paulus de Tecnologia e Comunicação (FAPCOM), de São Paulo.

A sociedade atual tem feito uso da comunicação como possibilitadora de reflexão filosófica acerca das situações de crise que diversas nações vêm enfrentando. Peguemos como exemplo a crise migratória. Em 2 de setembro de 2015, o garoto Aylan Kurdi foi encontrado morto em uma praia da Turquia após a embarcação em que estava com seus pais ter afundado no Oceano Atlântico. A família, com um grupo de pessoas, fugia da Síria por conta das condições impostas pela guerra. Refugiados de seu país de origem, eles tentavam a vida em outro lugar. Esse é o drama que inúmeras pessoas vivem diariamente em busca de uma condição de vida razoável. O mesmo acontece com o grande contingente de haitianos refugiados que chegam ao Brasil. Isso tem sido um problema, pois os países não estão acolhendo esse grande número de pessoas, além de as circunstâncias das viagens ilegais serem extremamente precárias. Quando a cena do garoto sírio comove as pessoas, é papel da comunicação fazer com que a sociedade repense seu posicionamento e entenda a necessidade da mudança de atitude. A comunicação contribui ao provocar, na sociedade, a sensibilidade do que é verdadeiramente ser *ser humano*.

Os comunicadores possuem a imensa responsabilidade de fazer com que as pessoas, fundamentadas em uma reflexão crítica e filosófica, façam as escolhas que mais possam acrescentar para aqueles que está ao seu redor, evitando ao máximo o individualismo e entendendo a forma de viver em sociedade. Mas quais os meios que os comunicadores podem empregar para promover o discernimento entre o certo e o errado, ou seja, a consciência social? Muito simples: um profissional de relações públicas pode, por exemplo, promover nas organizações em que trabalha ações sociais visando ao desenvolvimento dessa consciência por parte dos funcionários e acionistas. Um desafio? Possivelmente sim, ou não. Apesar de em tempos de crise ser preferível para as organizações o acúmulo de riquezas, no mercado é bem-vista uma empresa com práticas de ações objetivadas no desenvolvimento da consciência social. Por isso, aos comunicadores: em suas empresas existem inúmeras formas de despertar a consciência social, e é possível estimular em todos o exercício de seus direitos e deveres.

A ação social está sempre ligada à consciência social: uma leva a outra. Ao reconhecer a necessidade das outras pessoas e tomar uma atitude em relação a isso, o indivíduo zela pela igualdade e pela paz, conformando um princípio da consciência social. Logo, um profissional de relações públicas, enquanto comunicador, deve propor práticas de ação social nas organizações em que trabalha. Incitar a consciência social nesses espaços, além de benéfico, gera reconhecimento no mercado. Não é tendo em vista o lucro que um comunicador deve transmitir consciência social, mas com o objetivo de fazer seu papel de cidadão e ter um olhar diferenciado para

## ***A comunicação contribui ao provocar, na sociedade, a sensibilidade do que é verdadeiramente ser humano***

a sociedade. Ele precisa usar todos os recursos que possui, todos os estudos que realizou e toda a criatividade possível para alcançar tal propósito.

A comunicação tem papel fundamental e poderoso na sociedade. Os telejornais, por exemplo, influenciam a formação da opinião pública, fazem parte da rotina da sociedade e são, para essas pessoas, uma fonte segura e fidedigna de informações. Quando feitos sem ética e com o objetivo de defender os interesses de somente uma parcela da sociedade, podem se tornar perigosos e até alienadores. Um comunicador tem a função de promover a reflexão crítica e filosófica, formando opiniões, informando as pessoas sobre os seus direitos e os seus deveres. Não que isso não seja responsabilidade de toda a população, contudo, os comunicadores têm muito mais ferramentas para melhor exercer esse papel de conscientização. De qualquer maneira, é necessário que as pessoas entendam que o comunicador não educa.

É importante salientar, ainda, o exercício de promover os direitos e deveres dos homens e das mulheres. No Código de Ética das Relações Públicas, do Jornalismo, da Publicidade e Propaganda, entre outras profissões da área de comunicação, fundamenta-se o propósito de realizar todas as atividades competentes a esses profissionais com um olhar para a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Isso também é uma forma de consciência social. Esse profissional discerne o que é certo, transmite esses valores ao desenvolver com ética e responsabilidade o seu trabalho e visa a um mundo melhor e mais igualitário para todos. Com toda a sua tecnologia e velocidade, atualmente, os meios de comunicação estão a favor da prática ética, que agora já pode ser entendida como comunicação social.

A comunicação, intrínseca ao ser humano, é necessária e faz parte do cotidiano. Por meio dela, os homens podem transmitir e expandir o conhecimento. A sociedade precisa da comunicação a seu favor. Aos comunicadores, a humanidade confia o papel de zelar pela consciência e de fazer o bem por meio do que escolheram, estudaram e praticam. 📌



# FAMÍLIA ACOLHEDORA

**Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora  
visa à desinstitucionalização de crianças e adolescentes vítimas de abusos**

**Por** *Dayse Rafael Ferreira<sup>1</sup>, Duana Carolina Sobreira Nascimento<sup>2</sup>,  
Mayara Tavares dos Santos<sup>3</sup> e Rita Lia do Socorro Gouveia<sup>4</sup>*

<sup>1</sup>Estudante de Serviço Social pela Faculdade de São Paulo (FASP).

<sup>2</sup>Especialista em Serviço Social e Políticas Públicas pela Universidade Nove de Julho (Uninove).

<sup>3</sup>Bacharel em Psicologia pela Uninove.

<sup>4</sup>Bacharel em Serviço Social pelas Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU).



**D**e acordo com o *Dicionário da Língua Portuguesa Larousse* (2014), *acolhimento* é derivado do verbo acolher, que significa "receber alguém, agasalhar, hospedar, aceitar, abrigar-se, refugiar-se". Com isso, entende-se que o acolhimento é o período em que alguém está sob o cuidado de outrem dividindo o mesmo espaço, e por meio das relações diárias desses indivíduos, criam-se os vínculos.

O Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora é um direito garantido pela Constituição Federal de 1988, no Artigo 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Mesmo sendo um direito afeiçoado pela Constituição de 1988, o Acolhimento Familiar só ganhou ênfase com a aprovação da Lei n.º 12.010/2009, que veio para ampliar o conceito de família, reconhecendo e legitimando as relações de vínculo. Hoje, o Acolhimento em Família Acolhedora ainda é um serviço pouco conhecido e gera confusão com o apadrinhamento afetivo (neste, a criança ou o adolescente pode sair do abrigo com um responsável por alguns dias como fins de semana, férias escolares etc., retornando depois para o local) e a adoção (em que a família adotante tem a guarda definitiva da criança ou do adolescente).

É necessário esclarecer que o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora tem como objetivo a desinstitucionalização de crianças e adolescentes vítimas de abusos, violências, maus-tratos, entre outras formas de negligências, crueldades e explorações, garantindo assim a convivência familiar e comunitária, pois se entende que o Acolhimento Familiar é um meio de proteção especial para crianças e adolescentes com seus direitos violados e segue como um acolhimento com tempo reduzido. Enquanto a criança tem seu direito à convivência familiar e comunitária assegurado, a equipe interdisciplinar realiza um trabalho com a família de origem para que essa criança possa voltar para sua família e, na impossibilidade disso, ser encaminhada para a família substituta (ação conhecida como adoção).

Desse modo, a criança ou o adolescente entra no serviço de Acolhimento em Família Acolhedora apenas por ordem judicial. Ao adentrar nele, é colocado provisoriamente em famílias acolhedoras que já foram cadastradas e capacitadas para recebê-lo e, a fim de que suas necessidades básicas possam ser supridas, fornece-se subsídio financeiro para a família por um período determinado (esse valor segue o estabelecido por cada município e geralmente acompanha

## *O Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora tem como características a mobilização da comunidade ou a divulgação, o cadastramento, a capacitação, o acompanhamento e a supervisão*

um salário-mínimo). É importante deixar claro que a família acolhedora recebe o termo de guarda da criança ou do adolescente, o que a torna totalmente responsável por ele, porém esse termo é provisório e só tem validade enquanto as famílias estiverem vinculadas ao serviço e forem responsáveis por aquela criança ou adolescente.

O Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora é reconhecido, legitimado e, embora ainda não esteja na prática de todos os estados e municípios do Brasil, também é executado no exterior, sobretudo nos países europeus. Segundo pesquisas, ele tem alcançado índices satisfatórios no que diz respeito à proteção.

No Brasil, o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora está sob respaldo do arcabouço legal conforme a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), as Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, a Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC), a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e o Sistema Único de Assistência Social (Suas).

Mesmo que por pequeno prazo, as famílias acolhedoras devem garantir a essas crianças e adolescentes proteção integral, visto que esse serviço segue as conformidades do ECA, que apontam para a provisoriedade e excepcionalidade da medida de proteção.

O Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora tem como características: mobilização da comunidade ou divulgação, cadastramento, capacitação, acompanhamento e supervisão. Por isso, a importância de se ter uma articulação com a rede de serviços socioassistenciais e um trabalho interdisciplinar no processo de acolhimento dessas crianças e adolescentes, de preferência composto por assistentes sociais e psicólogos, formando assim a equipe psicossocial, a qual vai dar ênfase a uma ação profissional com foco na efetivação e garantia da cidadania. 📌

### REFERÊNCIAS

BRASIL. *Constituição Federal de 1988*. Artigo 227. Brasília, 1988. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10644726/artigo-227-da-constituicao-federal-de-1988>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

# PLANEJAMENTO E ABRANGÊNCIA

Uma necessidade inadiável para organizações que buscam eficiência

Por Claudia Regina Ablas\*

**P**lanejamento é algo abrangente que visa a resultados cada vez mais eficazes no cotidiano das organizações. Essa abrangência envolve visão global mediante atuação de ações, metas ou diretrizes traçadas a curto, médio ou longo prazo. O planejamento é uma ferramenta gerencial importante no cenário empresarial, pois permite descrever fatos ou situações para estabelecer uma identidade institucional. Com base em um diagnóstico preliminar, ele utiliza técnicas e processos para realizar uma análise situacional que defina os objetivos que vão traduzir a missão, a visão e os valores organizacionais.

Definição de ações, metas, execução, monitoramento e resultados esperados é um dos indicativos das estratégias previstas para identificar o caminho e os instrumentos que vão compor o planejamento e que, em conjunto, poderão dimensionar quais processos serão usados na rotina diária e possibilitarão tanto o acompanhamento como a medição do impacto pretendido.

Cada planejamento é elaborado por níveis hierárquicos distintos nas organizações e, em muitos casos, pelos segmentos de atuação, e é de suma importância que a missão, as metas institucionais e a especificidade dos projetos sejam o foco de todo o processo, pois todas as etapas de execução e implantação devem priorizar os objetivos comuns e as estratégias e as formas de atuação.

O primeiro passo ao empregar o planejamento é determinar a estratégia, pois é fundamentado nela que se caracterizam a metodologia, os instrumentos e os processos para se estabelecer a melhor alternativa para alcançar os resultados esperados. Perguntas-chave permitirão conhecer o histórico organizacional e avaliar os pontos fortes e fracos. Por meio das análises e dos indicativos, verificam-se as oportunidades e as ameaças que ocorrem nos ambientes interno e externo. Somando as respostas, é possível mensurar como os projetos dão visibilidade e seus impactos gerados, ou ainda como os resultados atuam/interagem com os diversos públicos envolvidos.

São inúmeras as perguntas que devem ser sistematizadas e organizadas para que as respostas sejam incorporadas aos processos de trabalho consolidados e a outros que possam surgir, permitindo novas ferramentas e procedimentos para resultados eficazes alinhados às metas e aos objetivos traçados.

Ao pensar nas estratégias, é importante saber os níveis de atuação e como dimensionar o futuro organizacional em processos de micro e macrorreferência, ou seja:

■ **nível estratégico:** envolve a visão macro em um contexto global. Tais processos são utilizados para projeções de longo prazo,

proporcionando aos gestores senso de direção para correção de rotas, levando em conta as competências organizacionais e os desafios que se pretendem atingir a fim de validar os propósitos da missão, visão, valores e princípios institucionais;

- **nível tático:** define os objetivos intermediários de cada estrutura organizacional, procura detalhá-los mais e cuida de suas execuções, pois mede os resultados de médio prazo. Geralmente esses processos são elaborados pela coordenação e devem estar integrados ao planejamento estratégico;
- **nível operacional:** procura ser mais objetivo, racional e detalhado, por ser elaborado e executado num horizonte de tempo de curto prazo. Isto é, preocupa-se com o *que fazer e como fazer* as atividades/ações cotidianas da organização.

A junção dos níveis e do planejamento estratégico assegura que todos executem as atividades/tarefas e operações de acordo com os procedimentos e os processos estabelecidos, para que a somatória e as metas alcancem os objetivos traçados em cada uma das etapas de curto, médio e longo prazo.

A maioria dos planejamentos propicia etapas que facilitam avaliar o objeto, as diretrizes, as metas e os indicadores, estipulando um prazo, para mensurar o *como* das ações, facilitando medir e avaliar os resultados previstos em cada uma dessas fases.

A execução das etapas dá-se por meio de processos em que são priorizados: os procedimentos básicos a serem adotados; os prazos, as metas e os resultados esperados; os recursos necessários para seu desenvolvimento e sua implantação; os responsáveis por cada execução prevista; além do acompanhamento e monitoramento para viabilizar todas as etapas previstas, que basicamente necessitam de:

- **procedimentos claros e objetivos:** têm de ser feitos com base em uma sequência de etapas ou passos que precisam ser rigorosamente seguidos para a execução de cada ação/atividade prevista e, assim, chegar aos objetivos traçados. Ou seja, os procedimentos dizem exatamente o que deve e precisa ser feito;
- **orçamento:** independentemente de as ações serem desenvolvidas por voluntários, parcerias ou recursos específicos, é de fundamental importância determinar o período de tempo e a associação entre os projetos relacionados, as atividades a serem executadas e os públicos envolvidos;
- **programas:** com a definição das atividades, dos cronogramas e dos recursos, é necessário relacionar os objetivos e distribuir as ações/atividades ao longo do tempo previsto, para dimensionar cada etapa de execução;

\*Graduada em Serviço Social e em Relações Públicas. Mestre em Educação, com MBA em Gestão Empresarial e Estrutura de Negócios Sustentáveis. Pós-graduada em Planejamento Estratégico e Sustentabilidade no Terceiro Setor.

- **regras e/ou regulamentos:** quanto à atuação e aos responsáveis pelas atividades previstas, regras e/ou regulamentos são essenciais para priorizar o que pode ou não pode ser feito, evitando vários comandos e para que os resultados e objetivos definidos em cada estratégia e etapas sejam cumpridos.

Com base nas habilidades e competências, as organizações muitas vezes efetivam o planejamento, mas perdem-se na execução, por não saberem se as metas estão sendo cumpridas, se os processos estão sendo consolidados e se os resultados fazem parte dos objetivos previstos, comprometendo muitas vezes a gestão e toda a sua sustentabilidade.

É fato que o planejamento bem elaborado e aplicado pode trazer resultados cada vez mais efetivos, permitindo conhecer e compreender melhor as dinâmicas organizacionais, bem como propiciar novas possibilidades para que as organizações se tornem capazes não apenas de planejar, no entanto atuar, tendo em vista que quaisquer modelos e processos dos quais sejam construídos e consolidados alcancem os objetivos previstos.

Nesse sentido, o princípio do planejamento por auto-organização exerce papel potencialmente positivo, oportunizando incorporar ao sistema novas visões de mundo que levem a diversos tipos de organização, estruturalmente mais complexos, com mudanças no modo de agir e de atuar que admitam um passo a passo focado em uma inter-relação direta e indireta das funções administrativa e de gestão tradicional para novas formas de processos, a fim de tentar otimizar não só o tempo, e sim ampliar as ações e os resultados específicos no ato de adotar escolhas e tomar decisões que direcionem o futuro da organização.

O planejamento, quando sistematizado por perguntas-chave objetivas, processos estruturados, seguidos de propostas claras e com envolvimento dos *stakeholders*, evita uma gestão baseada em achismos e intuições e permite uma profissionalização que usualmente traz respostas e faz uso de procedimentos aplicáveis relacionados à missão e aos objetivos institucionais, como:

- o projeto era (e continua sendo) necessário?;
- o projeto corresponde aos objetivos traçados?;
- o projeto teve impacto positivo em relação ao público-alvo envolvido?;
- o projeto proporciona a sustentabilidade e o desenvolvimento local?;
- os resultados do projeto são de relevância social?

A utilização de processos estruturados permite associar todas as etapas planejadas e investir em uma avaliação para corrigir rotas quando necessário, além de flexibilizar uma execução que propicie o acompanhamento em todas as fases.

A Lei n.º 13.019/2014 é um exemplo importante para a auto-organização, desde a capacitação até altos níveis de controle e

gestão, conhecida como Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC). Ela prevê mudanças significativas de natureza administrativa e legal que serão exigidas nas obrigações e responsabilidades. Assim, dependendo da atuação e dos processos cotidianos relacionados ao planejamento e às formas de abordagem, melhores serão a gestão, seu acompanhamento e, consequentemente, os resultados obtidos.

A lei prevê quatro eixos estruturantes e fundamentais para que todos os artigos possam ser aplicados, executados e monitorados:

- **aspectos legais – conceitos e princípios:** fundamentos e aplicação da Lei n.º 13.019/2014: princípios, transparência e controle, capacitação de gestores, divulgação das ações e fortalecimento da participação social;
- **aplicabilidade – novos instrumentos:** procedimento de manifestação de interesse social, termo de colaboração, termo de fomento, requisitos para a celebração, vedações/impedimentos, responsabilidades e sanções;
- **aspectos práticos – plano de trabalho, formalização e execução:** plano de trabalho, chamamento público, possibilidade de atuação em rede, formalização de parcerias, execução da parceria: despesas e liberação de recursos, movimentação e aplicação financeira dos recursos;
- **controle – monitoramento, avaliação e resultados:** monitoramento, obrigações do gestor, prestação de contas.

Por sua vez, essa auto-organização fornece base para saltos qualitativos e mudanças estruturais, no sentido de sistematizar, formalizar, dar sustentação e, em alguns casos, padronizar formas de atendimento e controle, permitindo inclusive a perspectiva de atuação em rede, qualificando os atendimentos independentemente do público e/ou do segmento em que está inserida.

Outro ponto que merece destaque na lei é fazer com que organizações busquem cada vez mais capacitação no âmbito micro e macro de gestão e processos por meio de infinitos sistemas para compreender as mudanças constantes nesse novo contexto.

Pensando nesse novo cenário, é possível traçar um paralelo à luz da teoria do pensamento complexo<sup>1</sup>, em que pese facilitar alguns procedimentos básicos relacionados às ferramentas de processos que valorizam as relações numa visão significativa de ações práticas de gestão no cotidiano das organizações. 📖

#### REFERÊNCIAS

- MORIN, E. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- \_\_\_\_\_. *O método 3: a consciência da consciência*. Tradução de Juremir Machado da Silva. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2002.
- \_\_\_\_\_. *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. Tradução de Eloá Jacobina. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Introdução ao pensamento complexo*. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2007.

<sup>1</sup>MORIN, E. *Introdução ao pensamento complexo*. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2007.



# ANTES DO AMANHECER

Por Aurimar Pacheco\*

A estação Itaquera do metrô de São Paulo ainda começa sua movimentação matinal. Os futuros passageiros dos vagões lotados, agora nas filas de todos os dias, não conversam entre si. Com os fones de ouvido à mostra, comunicam sua decisão de não quererem ser incomodados. Na improvável expectativa de um discípulo de Edgar Morin, a maioria das pessoas escreve em seus minúsculos teclados *touch*. Quem está longe sempre tem a preferência da atenção.

Na área externa, no terminal de ônibus intermunicipal, o 2370 da empresa Sol de Prata encosta suavemente na plataforma 16, em mais uma viagem cumprida, depois de rasgar a parte Leste da chamada Grande São Paulo.

Depois de duas horas de viagem, o coletivo despeja seus passageiros, sonolentos e pontuais. Descem três operários, o vendedor de seguros, a comissária de bordo, o desempregado e, em seguida, o casal Bertioaga.

Decerto o somatório de suas idades do casal não chega a quatro décadas de vida e suas razões de ali estar apenas são compreensíveis pelo que ainda virá: ele, com nome francês, estatura acima da média, penteado retrô que lhe confere a confirmação da personalidade marcante.

Alain veste roupa escura, pesada, e já demonstra certo cansaço daquela nova rotina. De sua decisão de ser escritor, ainda não veio o movimento definitivo. Mas passeia pela ideia e desconfia de seu potencial, como todo jovem que anseia o sucesso e o sonho da autossustentação, de preferência pelo caminho escolhido. A cada manhã, Alain subverte a lógica e vence o sono, a distância e a ambiguidade dessa vida que ainda há de vir.

Ela, Svetlana. Nome russo, sorriso de brasileira. Linda. Lembra, sem esforço estético, Audrey Hepburn em *Bonequinha de luxo*. Esguia, sílfide, parece planar quando se desloca. Diz tudo com gestos. Explica-se pela sonoridade despreziosa de quase 18 anos. A vida é bela, o paraíso é um comprimido. Quer ser bailarina, mas nada que queira agora parece definitivo. A não ser viver cada dia a


seu tempo e descoberta. Tem nos olhos os segredos da raposa de sete caudas que enterrou o graveto verde no topo da montanha.

Os dois são estudantes, conviventes e batalhadores de futuro. Cursam Tecnologia Aplicada. Trazem nas mochilas um projeto de vida adulta, o suprimento que a família insistiu. Não querem nada que não seja seu.

Metrô da linha vermelha superlotado. Alain, como um verdadeiro cavaleiro, ampara Svetlana. Ele pode. Tem porte e força. Ela se esgueira e se dá por satisfeita. A jornada prossegue subterrânea. O metrô leva-os por quase uma vintena de estações artificialmente iluminadas. A trilha é matinal, mas a verdadeira luz demora a chegar. O dia começa antes do alvorecer, porém só recebe a anuência do sol no instante em que desembarcamos na estação Marechal. A odisséia da madrugada é sombria, no entanto, enche-se de ânimo quando ascendemos as escadas para desembocar numa manhã morna. Ainda faltam uns 350 metros de caminhada. Moleza, se pensar que foram vencidos mais de 40 quilômetros em dezenas de paradas. Esse caminho é feito em seis dias da semana.

Eles têm diversas controvérsias na rotina, contudo, a maior dificuldade está exatamente na locomoção. Passam mais tempo nos meios de transporte do que na própria faculdade. Ao dividirem atividades cotidianas, o tempo gasto em viagens age como um empecilho para a concretização de coisas comuns e trabalhos acadêmicos.

Quando param para pensar em todos esses fatores, dão-se conta da importância e da posição da família diante dessa etapa de suas vidas. Observam muitas outras pessoas que dividem essa realidade com eles, algumas para trabalhar, outras para estudar; independentemente do motivo, sabem que não é algo tão incomum.

Sabem que nada é simples ou descomplicado. Querem o que querem e sabem que tem um preço. Pagam agora e aos poucos descobrem o nicho do que é um desabrochar. A primavera vai chegar. Quando ela vier, seus espíritos estarão cevados pela glória do insistir. Aquilo que faz deles hoje um dueto, um casal, sobretudo uma força da natureza que sabe, precisa e deseja alterar seu curso de vida. Quem viver verá. 

\*Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Atualmente, é professor da Faculdade Paulus de Tecnologia e Comunicação (FAPCOM) nos cursos de Comunicação Social e Filosofia.





**O INSTITUTO PHI AUXILIA EMPRESAS  
E PESSOAS FÍSICAS A DOAREM DE  
MANEIRA ESTRATÉGICA E EFICIENTE.**

**Conheça nosso trabalho: [www.institutophi.org.br](http://www.institutophi.org.br)**





# O QUE OS ANÚNCIOS DE SUSTENTABILIDADE COMUNICAM?

A emergência global do debate e as atitudes sobre sustentabilidade afloram a necessidade de um posicionamento institucional das organizações acerca do tema, o que pressupõe um aumento no investimento corporativo em comunicação que enfatize as virtudes e as ações socioambientais das marcas. Para tanto, esses esforços podem ser transmitidos aos consumidores de diversas maneiras, sendo a compra de espaço publicitário uma das abordagens utilizadas pelas organizações para difundir suas posturas e políticas de responsabilidade social e ambiental.

Os anúncios permitem a construção de uma narrativa a respeito do significado da sustentabilidade dentro e fora das empresas e, simultaneamente, orientam o público quanto à sua aplicação prática. Eles também podem servir para educar e conscientizar os cidadãos quanto a problemas e soluções rumo a um modelo de sociedade sustentável, como também para mobilizar o consumo a favor de uma economia verde, incentivando ou fundamentando a demanda por produtos e serviços éticos, sociais e ambientais.

Se, então, podem existir várias fontes plausíveis de inspiração para comunicar a sustentabilidade, cabe perguntar: são esses os tipos de objetivo que a publicidade sustentável no Brasil persegue e implementa? Até que ponto as grandes organizações aproveitam o espaço publicitário para alimentar a credibilidade e o envolvimento do público com a sustentabilidade?

Apesar da influência econômica e social da indústria publicitária no país e do crescente reconhecimento do paradigma da sustentabilidade como modelo de ação corporativa, ainda se tem pouca notícia sobre a natureza substancial dos anúncios de sustentabilidade no Brasil, sejam das instituições privadas, sejam das públicas. Uma exceção é o recente estudo inédito do instituto de pesquisa e opinião pública Market Analysis que procurou entender o que os anúncios de sustentabilidade de fato comunicam. Com base em indicadores objetivos no tocante à materialidade da comunicação publicitada, a pesquisa investigou 208 edições da revista *Veja* publicadas entre os anos de 2000 e 2015, totalizando

477 anúncios com temas parcial ou totalmente voltados à responsabilidade empresarial socioambiental.

Vários indicadores registraram um *boom* de difusão sobre sustentabilidade nesse período. O número de matérias em jornais cresceu exponencialmente (no ano 2000 foram apenas 71 notas; em 2015, esse número subiu para 1.248<sup>1</sup>), a quantidade de empresas publicando balanços de desempenho socioambiental disparou (em 2000 havia dois relatórios no formato Global Reporting Initiative, ou GRI; em 2015, eles já somavam 259) e o uso de rótulos para informar ou persuadir o consumidor das virtudes ambientais dos produtos quintuplicou (de 408 para 2.358 apelos verdes, só entre 2010 e 2014, conforme pesquisa sobre *greenwashing* no Brasil<sup>2</sup>). Aconteceu o mesmo então com a publicidade sustentável?

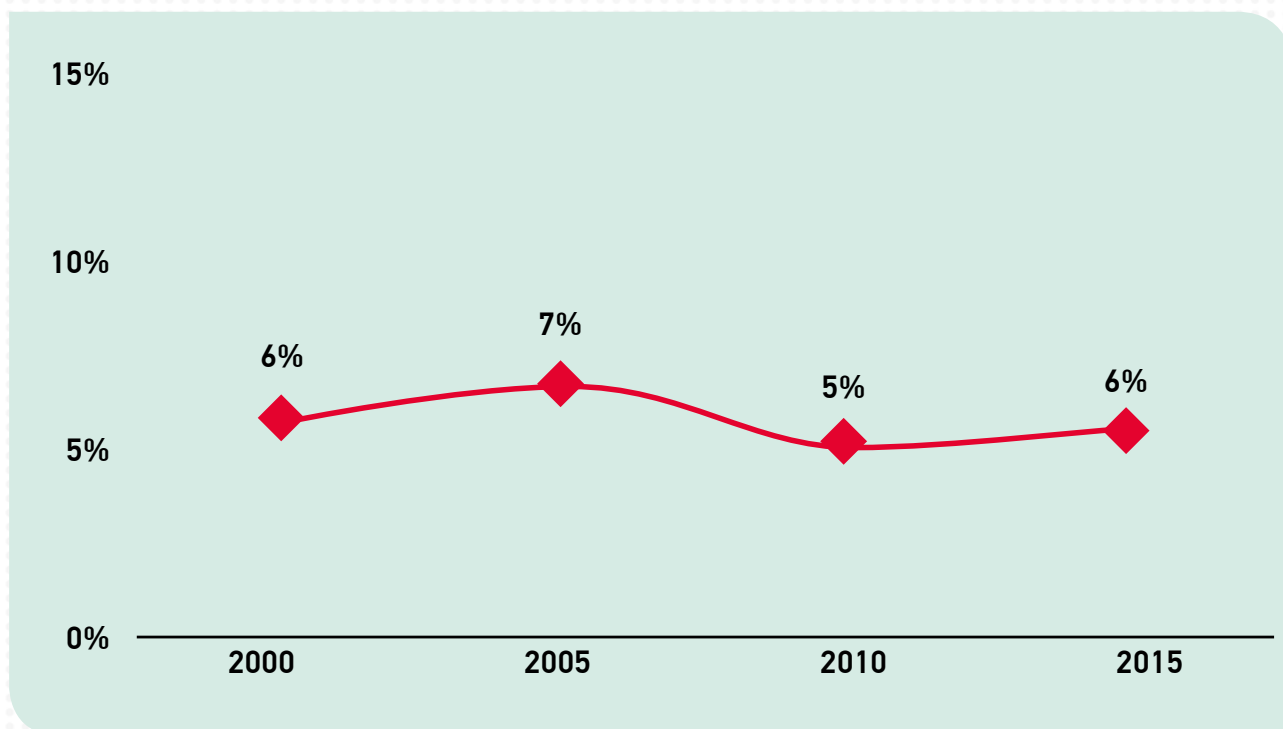
No Gráfico 1, vemos que, curiosamente, a proporção de anúncios sobre o tema no espaço publicitário da revista se manteve estável ao longo do período. O ano com maior incidência de anúncios foi 2005, em que 7% deles continham informações relacionadas à sustentabilidade corporativa. No último ano, 6% dos anúncios abordaram o tema.

Que tipos de mensagem são difundidos por meio dos anúncios? As grandes organizações aproveitam para detalhar seus esforços em prol da sustentabilidade e conscientizar os consumidores, ou – pelo contrário – utilizam os anúncios apenas como vitrine retórica? O estudo analisou a presença de informações de programas ou ações sustentáveis, volumes investidos ou recursos mobilizados, efeitos ou impactos socioambientais alcançados, assim como referências aos públicos ou regiões beneficiados e tipo de retorno obtido pela organização como fruto dos seus compromissos. Na medida em que um ou vários desses detalhes são comunicados pelos anúncios, podemos dizer que a organização transmite de modo transparente e crível seu engajamento com a causa da sustentabilidade? É esse tipo de posicionamento que a auditoria da publicidade sustentável da Market Analysis tentou desvendar.

A análise do conteúdo das peças publicitárias revela que só uma parcela do universo corporativo tem se preocupado em



**Gráfico 1** – Incidência de anúncios de sustentabilidade relativa ao número total de anúncios publicados por ano



Fonte: Market Analysis, 2015.

evidenciar de modo claro e substantivo seus compromissos socioambientais e, mais, que essa preocupação ultimamente tem arrefecido. Do período examinado, o ano de 2005 destaca-se com o maior volume de informações objetivas nos anúncios em todos os indicadores explorados.

Entre as principais mudanças, percebe-se que as corporações suprimiram de maneira gradual referências sobre programas e políticas específicas. Em 2015, somente 18% dos anúncios de sustentabilidade corporativa indicavam iniciativas específicas, comparado aos 40% observados em 2005. A falta de nomeação direta de programas ou políticas nos anúncios aponta a inclinação do marketing empresarial a privilegiar a retórica e desfavorecer ações práticas. De forma semelhante, decaíram em volume as informações claras sobre os impactos ou efeitos, seja para a sociedade, seja para o meio ambiente, do engajamento das empresas. Atualmente, menos de um em cada cinco anúncios contém quaisquer informações objetivas acerca das consequências positivas por trás dos apelos de sustentabilidade.

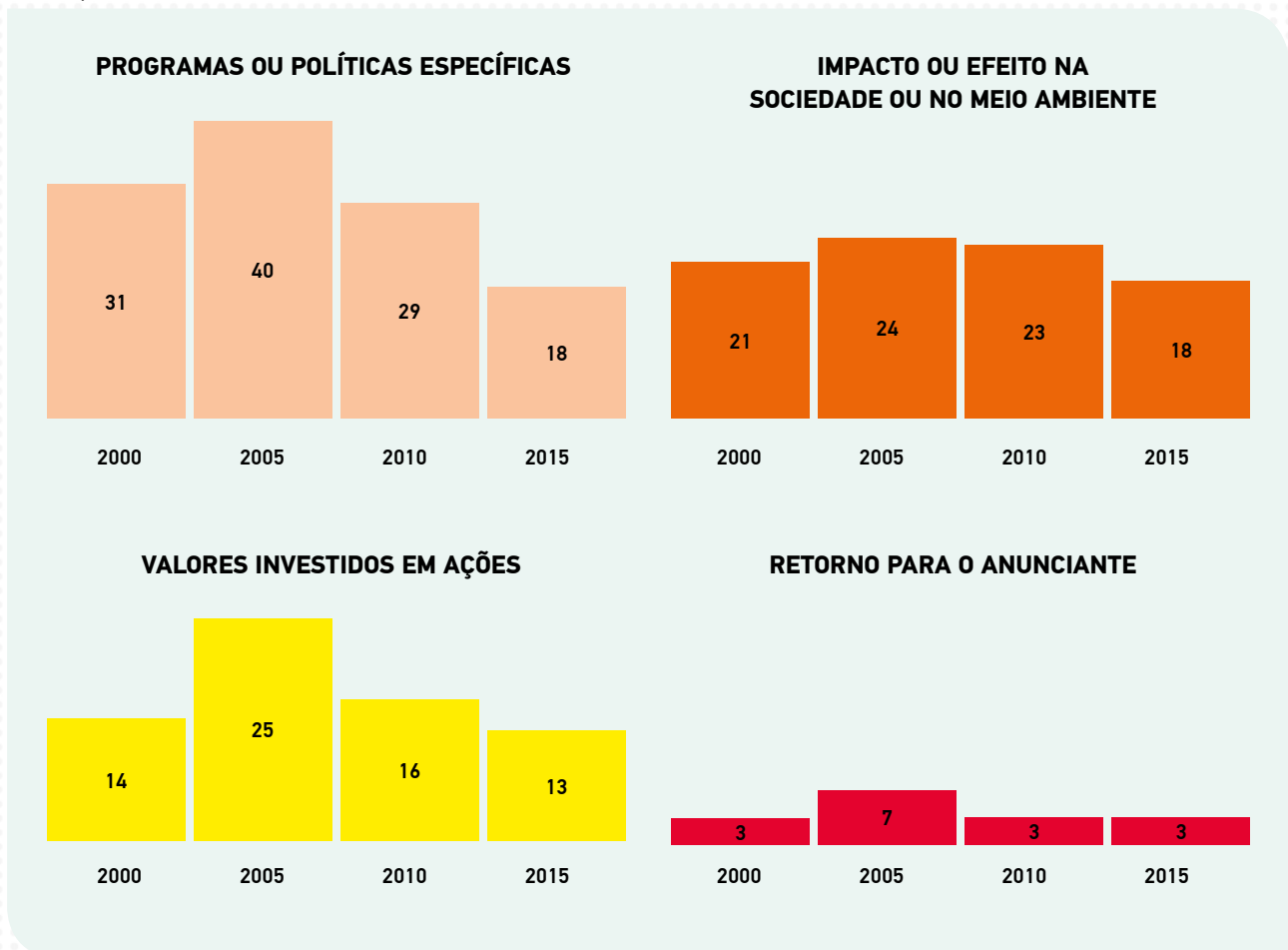
Houve também queda na exposição da quantia de valores investidos pelas empresas em ações sustentáveis. Em 2015, 13% dos anúncios mostravam o montante aplicado em iniciativas, enquanto em 2005 essa informação estava presente em 25% desse tipo de publicidade. Durante todo o período, é escassa a menção

do retorno (direto ou indireto) para o anunciante dos resultados dos investimentos em sustentabilidade, tais como ganhos em produtividade e menores despesas, maiores fatias do mercado, premiações ou certificações. Apenas um em cada dez anúncios comunicavam objetivamente sobre retornos para o anunciante. Atualmente, 3% dos anúncios apresentam alguma referência acerca do retorno para quem anuncia.

Esse tipo de comunicação que não deixa claro como a empresa sai ganhando com isso também impacta no crescente cinismo do consumidor a respeito da credibilidade corporativa. Interligado com uma interpretação sintética da abordagem publicitária da sustentabilidade feita pelas empresas, acaba reproduzindo uma noção banalizada e desinformada de responsabilidade socioambiental como uma ação de altruísmo corporativo, desconectada de benefícios significativos para as organizações. Podemos encontrar indícios no Monitor de Sustentabilidade Corporativa, pesquisa sindicada pela Market Analysis, em 2015, que mostra que a parcela de cidadãos que confia na honestidade e veracidade da comunicação das empresas sobre o que fazem em matéria social e ambiental foi a menor registrada na última década.

Nesse contexto, parece que o mundo corporativo aposta que o mais seguro é transmitir uma mensagem genérica, por meio de conteúdos ambíguos e emotivos em vez de substantivos e racionais,

**Gráfico 2** – Percentual de anúncios com informações sobre programas ou políticas específicas, impacto ou efeito, valores investidos e retorno para o anunciante



Fonte: Market Analysis, 2015.

ignorando que a falha na comunicação faz com que as propostas de marketing socioambiental das organizações não sejam capazes de fazer o consumidor entender por que um produto ou marca pode ser considerado ambiental ou socialmente responsável e, em vista disso, preferível.

Os grandes anunciantes brasileiros não estão sozinhos na escolha de abordagens ambíguas e pouco informativas. Pesquisas similares realizadas nos Estados Unidos, na década de 1990, e na Argentina, recentemente, mostram que é grande a tentação em utilizar apelos enganosos ou vagos<sup>3</sup> ou o meio ambiente não como alvo de iniciativas concretas, mas apenas como pano de fundo (um arquétipo) para se falar sobre os produtos, as marcas, as companhias etc.<sup>4</sup>.

O que a auditoria da publicidade sustentável no Brasil aponta é que, entre os anos de 2000 a 2015, foi se esgotando a ambição por ancorar nos anúncios a mudança de paradigma que ocasionou a sustentabilidade – esquivando-se de maior exposição sobre programas, investimentos em ações ou retornos

para o anunciante e também os resultados para a sociedade e o meio ambiente –, trazendo à tona a pouca disponibilidade, por parte das empresas, de compartilhar informações diretas sobre suas propostas de responsabilidade. Como consequência, promovem-se questionamentos quanto à transparência e ao oportunismo das atitudes empresariais, alimentando o cinismo e a descrença do consumidor em relação às organizações, o que enfraquece o debate geral no tocante à responsabilidade empresarial. 🌱

#### REFERÊNCIAS

- 1 Folha de S.Paulo. Informações coletadas em março de 2016.
- 2 Pesquisa realizada pelo instituto Market Analysis. Disponível em: <[http://marketanalysis.com.br/wp-content/uploads/2015/06/Greenwashing-no-Brasil\\_20151.pdf](http://marketanalysis.com.br/wp-content/uploads/2015/06/Greenwashing-no-Brasil_20151.pdf)>. Acesso em: 15 mar. 2016.
- 3 KANGUN, N.; CARLSON, L.; GROVE, S. J. Environmental advertising claims: a preliminary investigation. *Journal of Public Policy & Marketing*, v. 10, n. 2, p. 47-58, 1991.
- 4 SABRE, M. E. Green advertising in Argentina. *Cuadernos Info*, n. 34, jun. 2014. Disponível em: <<http://www.cuadernos.info/index.php/CDI/article/view/544>>. Acesso em: 16 mar. 2016.



# Produção editorial de **REVISTAS E INFORMATIVOS** de organizações sociais

- Produção de textos e reportagens
- Diagramação, revisão e tradução
- Impressão e publicação on-line
- Publicação em tablets e smartphones
- Distribuição



Peça um orçamento: (11) 2978-6686 | [comercial@zeppelini.com.br](mailto:comercial@zeppelini.com.br)



**ZEPPELINI**  
PUBLISHERS

| [www.zeppelini.com.br](http://www.zeppelini.com.br)



## ONU BRASIL LANÇA CONCURSO DE VÍDEOS DE 1 MINUTO EM DEFESA DA IGUALDADE DE GÊNERO



A Organização das Nações Unidas (ONU) lançou, no fim de maio, um concurso de vídeos para estudantes do ensino médio e profissionais de audiovisual. O Concurso de Vídeos de 1 Minuto: o Valente não é Violento traz o tema "Como seria o mundo sem as imposições sociais em relação ao que é esperado de homens e mulheres?". Os vencedores terão seu vídeo exibido por canais da ONU Brasil nos 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres, celebrados mundialmente de 25 de novembro a 10 de dezembro. O objetivo do concurso é celebrar o direito de todos a uma vida plena e digna, sem discriminações de gênero, raça, etnia ou orientação sexual. A ação busca também estimular papéis sociais que empoderem mulheres e meninas: nas escolas, na vida profissional, na política, nos esportes, entre outros. Os interessados podem enviar suas inscrições e vídeos até 30 de setembro de 2016.

▶ [ovalentenaovievolento.org.br](http://ovalentenaovievolento.org.br)

## APAM LANÇA APLICATIVO QUE FACILITA DOAÇÕES POR MEIO DA NOTA FISCAL PAULISTA

**A** Associação Paulista de Amparo à Mulher (Apam), entidade sem fins lucrativos que atende a mulheres em situação de vulnerabilidade social, criou um aplicativo que facilita a doação de comprovantes fiscais sem anotação de cadastro de pessoa física (CPF) para a instituição, feita por meio da Nota Fiscal Paulista (NFP), política do estado de São Paulo para estimular os consumidores a exigir o documento fiscal a cada compra realizada, com cadastro do CPF do consumidor. Pelas regras da política, os comprovantes fiscais sem cadastro de CPF podem ser doados para instituições certificadas no sistema pró-social do governo. Assim, 30% do Imposto sobre Circulação de Produtos e Serviços (ICMS) recolhido pode ser encaminhado para ações transformadoras na sociedade por organizações sem fins lucrativos de utilidade pública, como é o caso da Apam. Por exemplo, se o consumidor cadastrar uma nota fiscal de compra de alimentos básicos de R\$ 100, o imposto devido é R\$ 7 (7%), dos quais R\$ 2,10 (30% do imposto devido) poderão ser doados para instituições. O aplicativo está disponível para sistemas Android e iOS.

▶ <http://www.apamp.org.br>

## EDUKATU LANÇA ANIMAÇÃO QUE ESTIMULA O COMBATE AO DESPERDÍCIO DE ALIMENTOS

Em todo o mundo, o desperdício de alimentos é um tema que merece muita atenção, pois ele acontece em todo o ciclo do alimento, da produção ao consumo. Essa é uma das reflexões propostas pela nova animação do Edukatu, plataforma gratuita e aberta de aprendizagem sobre consumo consciente, que relata de forma lúdica e simples o ciclo de desperdício dos alimentos e dá dicas para o enfrentamento desse problema. Só no Brasil, um terço dos alimentos é desperdiçado. Isso acontece na colheita, no armazenamento, no transporte e no consumo, e significa desperdício de água, sementes, trabalho, energia elétrica, combustíveis, dinheiro, entre outros recursos. Os números são impressionantes, mas pequenas mudanças de hábitos podem mudar essa realidade.

▶ <http://bit.ly/videodespalimentos>

## MICROSOFT LANÇA CROWDFUNDING PARA PROJETOS LIGADOS AO ESPORTE



**A** Microsoft lançou uma plataforma de *crowdfunding*, batizada de Coletivo do Esporte, cujo objetivo é facilitar a captação de recursos financeiros para projetos esportivos em todo o Brasil. O site também contempla o financiamento integrado (*crossfunding*). Assim, tanto pessoas quanto empresas podem apoiar com doações e receber benefícios de leis de incentivo. O portal também visa disseminar o conhecimento da lei de incentivo ao esporte, que oferece abatimento fiscal no imposto de renda. Para pessoas físicas, o desconto será de 6%, e de 1% para pessoas jurídicas. O cálculo do benefício pode ser simulado pela calculadora fiscal disponível no site. A plataforma conta com o apoio do Comitê Olímpico do Brasil (COB) e do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) na curadoria dos projetos participantes.

▶ <http://www.coletivodoesporte.com.br>



## INSTITUTO ETHOS LANÇA GUIA *COMO LER CONTRATOS*

**P**arte do projeto Jogos Limpos, o guia *Como ler contratos* foi concebido para celebrar o quarto aniversário da Lei de Acesso à Informação. Seu objetivo é auxiliar o cidadão a compreender melhor os documentos que podem ser obtidos com essa legislação, fortalecendo o controle social, uma importante estratégia de combate à corrupção. A publicação foi elaborada por um grupo de advogados especialistas em direito administrativo público e está dividida em seis capítulos, que tratam de temas como: o que é um contrato e como ele funciona; requisitos de um contrato público e exemplos; condições em que uma licitação pode ser alterada, e estratégias de fiscalização da sociedade e órgãos que podem ser acionados para ajudar nessa tarefa. O guia também traz desde as contratações feitas pela tradicional Lei de Licitações (n.º 8.666/1993) até as novidades trazidas pelo Regime Diferenciado de Contratações (RDC), criado para facilitar as licitações de obras para a Copa do Mundo.

📄 <http://www.ethos.org.br>

## FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL LANÇA PLATAFORMA DIGITAL DE VOLUNTARIADO PARA AMÉRICA LATINA

A Fundação Itaú Social lançou uma plataforma digital de engajamento social e voluntariado para os países da América Latina que também possuem fundações e institutos e contam com investimentos sociais e culturais do banco: Argentina, Chile, Uruguai e Paraguai. Além de tornar a ferramenta multilíngue, o objetivo é facilitar a conexão entre os voluntários de todas as unidades Itaú e ampliar ainda mais o engajamento e as ações sociais realizadas pelos funcionários. Atualmente, a rede conta com mais de 15.500 voluntários e mais de 1.000 ações sociais cadastradas. Além da América Latina, o Itaú Social tem assessorado pontualmente a realização de ações voluntárias para colaboradores do banco que trabalham em outras unidades, como Nova York (EUA) e Lisboa (Portugal). No segundo semestre, a plataforma digital também passará a atender estes países.

📄 <http://bit.ly/videodespalimentos>



## CARTILHA ENSINA IMIGRANTES SOBRE SEUS DIREITOS TRABALHISTAS

**S**e entre os brasileiros existem casos de trabalho em situações análogas à escravidão, imagine o que acontece com os imigrantes. Por medo de serem deportados ou presos, muitos sofrem calados esse tipo de exploração. Para combater o problema, o Ministério Público do Trabalho (MPT) elaborou a cartilha *Direitos dos Trabalhadores*, que explica como funcionam as leis trabalhistas no Brasil e deixa claro que a denúncia feita por um imigrante da exploração por parte do empregador não trará riscos legais a ele. O guia também lista instituições às quais esse público pode recorrer. Disponível para download gratuito, a cartilha tem versões em português, inglês, espanhol e francês e é entregue em locais de referência no atendimento a imigrantes, como a Caritas Arquidiocesana de São Paulo e a Missão Paz.

📄 <http://www.prt2.mpt.gov.br/informe-se/cartilhas>

## SENAI E SESI ESTÃO COM INSCRIÇÕES ABERTAS PARA EDITAL DE INOVAÇÃO

**E**stão abertas as inscrições para o Edital Senai Sesi de Inovação. A iniciativa visa valorizar a prática de inovação no país, financiando o desenvolvimento de novos produtos, processos e serviços. O edital é destinado a empresas de todos os portes e *startups* de base tecnológica que, em parceria com pelo menos uma unidade operacional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) ou do Serviço Social da Indústria (Sesi), desejam desenvolver e implementar um projeto inovador. Os interessados poderão enviar propostas durante todo o ano. Os resultados serão divulgados em três momentos, e as ideias não aprovadas podem ser aprimoradas e reenviadas. Na edição de 2016, a cada ciclo, instituições âncoras disponibilizarão recursos em desafios específicos. O edital possui três categorias para submissão de propostas: inovação tecnológica, protótipos inovadores e inovação em segurança e saúde no trabalho e promoção da saúde.

<http://plataforma.editaldeinovacao.com.br>





## COOPERATIVA CASULO

Fruto do projeto Transformando Canoas, a **Cooperativa Casulo** está atualmente incubada pelo Movimento Ação por Canoas (MACA) e pela Secretaria de Projetos Especiais, Captação e Inovação da Prefeitura de Canoas. Seus integrantes são moradores de Canoas (RS) em fragilidade socioeconômica, que, desde 2009, estão envolvidos em projetos de qualificação profissional e de geração de renda. Em 2014, com o objetivo de buscar autonomia pelas próprias mãos, o grupo consolidou-se, criando a Cooperativa de Trabalho Casulo e, assim, além de serem responsáveis pela confecção da cenografia natalina do município, criaram uma coleção de objetos e luminárias em garrafas PET. A Cooperativa Casulo visa à mudança de vida das pessoas.

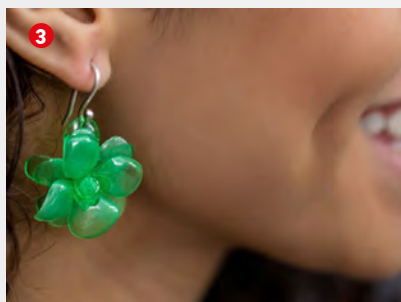
[www.cooperativacasulo.com.br](http://www.cooperativacasulo.com.br)



1. Abajur  
R\$ 188,00



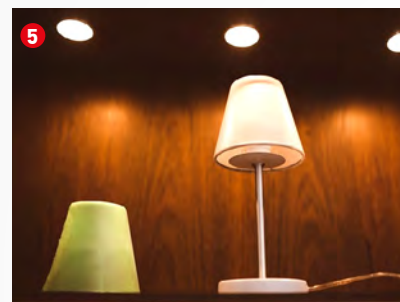
2. Abajur colmeia  
R\$ 160,90



3. Par de brincos  
R\$19,90



4. Colar  
R\$ 34,90



5. Luminária  
R\$ 73,90

## ASSOCIAÇÃO DE MULHERES CANTINHO DA AMAZÔNIA

A **Associação de Mulheres Cantinho da Amazônia** (AMCA) foi fundada em 2009, no Assentamento Vale do Amanhecer, em Juruena (MT), por iniciativa de um grupo de mulheres da zona rural que se organizaram para viabilizar alternativas de melhoria das condições de vida no campo. O objetivo da ONG é incentivar as mulheres a terem seu trabalho remunerado, propor alternativas aos usos do solo e dos recursos naturais, e estimular um novo modelo de produção agrícola baseado na diversificação. As atividades envolvem diretamente cerca de 1.580 pessoas. O Projeto CultivAção é uma iniciativa da AMCA e tem como objetivo de promover a geração de emprego e renda para agricultores familiares e a inclusão social, digital e de gênero para jovens e adultos das comunidades Vale do Amanhecer, 13 de Maio e Somapar, situadas em Juruena.

[www.mulheresdaamazonia.org.br](http://www.mulheresdaamazonia.org.br)

Valores sob consulta pelo e-mail [amcajuruena@hotmail.com](mailto:amcajuruena@hotmail.com)



1. Castanhas do Brasil



2. Biscoito salgado



3. Macarrão com castanha do Brasil



## REDE CULTURAL BEIJA-FLOR

A **Rede Cultural Beija-Flor** (RCBF) é uma organização social sem fins lucrativos, localizada em Diadema (SP), que atua há cerca de duas décadas em defesa da criança e do adolescente, por meio de projetos sociais, com atividades culturais, esportivas e programas, incentivando o empreendedorismo juvenil e o desenvolvimento de comunidades que sofrem com problemas de violências, drogas, infraestrutura, falta saneamento básico e habitação, educação, precariedade de serviços e equipamentos públicos. Atualmente, a ONG realiza 2.000 atendimentos diretos por ano. O Arte Brasil, projeto da RCBF, oferece uma forma de renda alternativa aos jovens e mães da comunidade Sítio Joaninha. É uma oportunidade para cada participante conhecer diferentes meios de gerar sua própria arrecadação financeira, valorizando conceitos como sustentabilidade e inclusão social.

[www.artebrazilecbf.blogspot.com.br](http://www.artebrazilecbf.blogspot.com.br)

*Valores sob consulta*



1. Colar



2. Cinta



3. Xerequê



1. Capa para notebook



2. Carteira Brasil



3. Necessaire Julia

## ASSOCIAÇÃO RENDAS DO AMANHÃ

Fundada em 2008 na cidade de Bananal (SP), a **Associação Rendas do Amanhã** é um projeto filantrópico com o objetivo de gerar renda para pessoas que se encontram à margem da cadeia produtiva. O projeto, financiado pela iniciativa privada, capacita a mão de obra artesanal, orienta o design das peças produzidas e as comercializa. Mais de 70 artesãos garantem parte de seu sustento produzindo trabalhos em crochê e bordados feitos à mão. Além de promover a geração de renda, a entidade estimula a cidadania, a inclusão e a integração social por meio dos valores transmitidos pelo trabalho.

[www.rendasdoamanha.com.br](http://www.rendasdoamanha.com.br)

*Valores sob consulta*



4. Carteira Belle



# RECURSOS SEM FRONTEIRAS

**D**o alto, bem lá do alto, não existem os contornos arbitrários que aprendemos a enxergar nos livros de geografia. Suspeito, inclusive, que a idolatria à propriedade – desde um pequeno pedaço de terra, até um país todo – seja um dos pilares da longa ficha criminal de nossa espécie. Aqui por perto, e em todo canto, há gente nefasta que tenta, a todo custo, esculachar o coreto já tão instável das relações humanas.

No entanto, quantos foram os protagonistas que ignoraram as fronteiras criadas pelo ser humano? Não faço a menor ideia, apenas arrisco dizer que qualquer tentativa de resposta daria com os burros n'água. Há muito mais gente do que imaginamos desafiando a cegueira que cria muros e dedicando-se a erguer pontes para além-mares, além-montanhas, além-fronteiras.

Busco me lembrar dessa gente com a máxima frequência. Gente que vem procurando e criando, desde sempre, oportunidades de elevar a vida, de usar as múltiplas inteligências para aprimorar a convivência. Não pode ser essa, afinal, uma maneira bela e prática de se entender ética? Esforços e investimentos coletivos que protegem a vida, em todas as suas formas, não importando sua localização, nacionalidade, raça, credo ou quaisquer outras características? Esses personagens, até mesmo os fictícios, me desafiam a manter a esperança ativa. Atenção, não confunda esperança com ingenuidade. Até porque eu escrevi “esperança ativa”. Nada de passividade, por favor. E, leia-se bem, eu nem fico pensando muito se o mundo tem solução ou não. Uma parte importante de mim já se convenceu de que não há mesmo soluções definitivas. Há, se tanto, a possibilidade de se desafiar continuamente a mediocridade que já custou tão caro a nós, humanos, quanto às demais manifestações de vida.

Contudo, antes de citar alguns desses seres lindamente doidos e inspiradores, trago uma provocação sobre a utopia. Creio que

há uma relação possível entre ela e o que eu escrevi sobre a esperança ativa. A referência vem de um vídeo com o escritor uruguaio Eduardo Galeano, que eu assisti no YouTube. Ele conta que estava em uma universidade em Cartagena, na Colômbia, dando uma palestra com um amigo argentino, diretor de cinema, chamado Fernando Birri. Em dado momento, um estudante propôs o que Galeano considerou a pergunta mais difícil de todas: “Para que serve a utopia?”. A resposta dada pelo amigo argentino o encantou. Disse o cineasta: “A utopia está no horizonte. Eu sei muito bem que nunca a alcançarei. Se eu caminho dez passos, ela se afasta dez passos. Quando mais eu buscá-la, menos a encontrarei, porque ela vai se afastando à medida que me aproximo. Então, para que ela serve? Exatamente para isso, para caminhar”. O resto é silêncio e caminhada, passo a passo.

Ah, e os personagens inspiradores? Pois bem. Lembro-me de Madre Teresa de Calcutá, religiosa que saiu da Albânia para cuidar por décadas de gente paupérrima na Índia. Lembro-me de Albert Schweitzer, médico, músico, filósofo, que saiu da Alsácia (que hoje é uma região administrativa francesa) para criar unidades de saúde no Gabão, um país africano marcado pela pobreza e escassez de recursos de todas

as sortes. Lembro-me do inglês Nicholas Winton, corretor de imóveis que, no início da Segunda Guerra Mundial, abandonou sua vida para organizar o resgate de 669 crianças judias na antiga Tchecoslováquia, iminentemente condenadas à morte pelo nazismo. Para terminar o que eu poderia seguir fazendo infinitamente, felizmente, lembro-me do Pequeno Príncipe, de Saint-Exupéry, garotinho extraterrestre de cabelos cacheados que sai de seu pequeno asteroide B-612 para receber e promover provocações essenciais em diversos locais, inclusive em nosso planeta tão carente de lucidez.

Estou ciente do risco de citar o Pequeno Príncipe, o livro predileto das misses. Nada contra essa predileção (desde que elas realmente leiam o livro para além do desejo de impressionar os jurados), muito menos contra o moleque viajante. Precipita-se, a meu ver, quem não dedica a essa obra atenção especial. Respeito as reflexões de Saint-Exupéry, autor que escreveu que “ser homem é ser responsável. É sentir que colabora na construção do mundo”. Então, que os esforços de construção de um melhor modo de estar e viver no mundo se inspirem na ideia redentora de que é responsabilidade de todos, para além das fronteiras, nutrir mais e intoxicar menos. 🍷







DESDE 2005, OFICINAS ABERTAS NO  
CANTO CIDADÃO.

ABRA A  
PORTA E  
DEIXE O SEU  
PALHAÇO  
SAIR.

PROGRAMAÇÃO E DESCONTOS ESPECIAIS PELO:  
[INFO@CANTOCIDADA0.ORG.BR](mailto:INFO@CANTOCIDADA0.ORG.BR)

CANTO CIDADÃO

[WWW.CANTOCIDADA0.ORG.BR](http://WWW.CANTOCIDADA0.ORG.BR)

• (11) 3667 0167

# Assistência Social PAULUS



O Assessoramento ajuda a qualificar Projetos, Programas e Serviços.  
Gera um novo agir

A PAULUS participa da implantação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, por meio do assessoramento técnico às entidades socioassistenciais em todo o Brasil.



[paulus.com.br/assistencia-social](http://paulus.com.br/assistencia-social)

nucleosocial@fapcom.edu.br